

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Engenharia
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SANEAMENTO,
MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

FERNANDA DEISTER MOREIRA

POR UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DO PÚBLICO DA POLÍTICA: UM
ESTUDO SOBRE BANHEIROS NA ORLA DA LAGOA DA PAMPULHA SOB A
PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Belo Horizonte

2021

FERNANDA DEISTER MOREIRA

**POR UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DO PÚBLICO DA POLÍTICA: UM
ESTUDO SOBRE BANHEIROS NA ORLA DA LAGOA DA PAMPULHA SOB A
PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fabiana Lopes Del Rei
Passos

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Sonaly Cristina
Rezende Borges de Lima

Belo Horizonte

2021

M838p

Moreira, Fernanda Deister.

Por uma política pública a partir do público da política [recurso eletrônico] : um estudo sobre banheiros na orla da Lagoa da Pampulha sob a perspectiva dos direitos humanos/ Fernanda Deister Moreira. – 2021.

1 recurso online (ix, 115 f.: il. color.) : pdf.

Orientadora: Fabiana Lopes Del Rei Passos.

Coorientadora: Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia.

Anexos: f. 104-115.

Bibliografia: f. 92-103.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Engenharia sanitária - Teses. 2. Saneamento - Teses. 3. Políticas públicas - Teses. 4. Banheiros públicos - Teses. 5. Saúde pública - Teses. I. Passos, Fabiana Lopes Del Rei. II. Rezende, Sonaly Cristina, 1972-. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Engenharia. IV. Título.

CDU: 628(043)

Ficha catalográfica: Biblioteca Prof^o Mário Werneck, Escola de Engenharia da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
[ESCOLA DE ENGENHARIA]
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO / PÓS-GRADUAÇÃO EM [SANEAMENTO, MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS]

FOLHA DE APROVAÇÃO

**[" POR UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DO PÚBLICO DA POLÍTICA: UM ESTUDO
SOBRE BANHEIROS NA ORLA DA LAGOA DA PAMPULHA SOB A PERSPECTIVA DOS
DIREITOS HUMANOS "]**

[FERNANDA DEISTER MOREIRA]

Dissertação de Mestrado] defendida e aprovada, no dia [31 de março de 2021], pela Banca Examinadora designada pelo [Colegiado do Programa de Pós-Graduação EM SANEAMENTO, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS] da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

[Prof. Dr. Léo Heller] - **Membro Externo]**

[FIOCRUZ]

[Prof. Dr. Rogerio Palhares Zschaber de Araujo] - **Membro Interno]**

[UFMG]

[Profa. Dra. Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima - **Coorientadora]**

[UFMG]

[Profa. Dra. Fabiana Lopes Del Rei Passos - **Orientadora]**

[UFMG]

APROVADA PELO COLEGIADO DO PPG SMARH

Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima - **Coordenadora**

Belo Horizonte, 31 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Lopes Del Rei Passos, Professora do Magistério Superior**, em 29/04/2021, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 29/04/2021, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Palhares Zschaber de Araujo, Professor do Magistério Superior**, em 03/05/2021, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Léo Heller, Usuário Externo**, em 07/05/2021, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0700085 e o código CRC CCA57901.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de começar agradecendo aos meus pais por terem me dado oportunidades e ferramentas para chegar à universidade pública. Por acreditarem em mim e por me darem todos os incentivos que me permitiram chegar à pós-graduação. À minha irmã, Fabiana, por seu meu ponto de escape dessa vida corrida e turbulenta.

Ao meu companheiro, Matheus, que além de todo carinho e amor foi peça chave para o desenvolvimento desse trabalho, sem seu empenho em me ajudar a compreender as complexidades da pesquisa social esse trabalho não seria o mesmo.

Aos meus amigos de longa data, por sempre terem acreditado em mim e me motivado a seguir meus sonhos. Aos amigos que fiz em Belo Horizonte, se tornaram uma grande família que quero levar para a minha vida. Agradeço especialmente à Paulinha por ter sido minha mentora desde a graduação, que me incentivou a chegar até o mestrado e por ter se tornado uma pessoa tão importante na minha formação.

A todos os professores que tive até aqui por terem me inspirado, cada um da sua forma, a continuar no rumo à docência. Às minhas orientadoras, Fabiana e Sonaly, por terem se juntado a mim em um tema tão desafiador e complexo e acreditado no meu trabalho. Ao professor Carlos, por ter me sugerido trabalhar com esse tema e me dado a oportunidade de trabalhar no projeto SanBas e, por esse motivo, também agradeço à professora Uende.

À Lívia Lobato, por toda a paciência e atenção em momentos de conflitos existenciais da pós graduação. À Bel Chiodi e Sônia Knauer, que foram essenciais para o desenvolvimento desse trabalho, não medindo esforços para me conectar com gestores da Prefeitura.

Agradeço aos entrevistados por terem dedicado um tempo em contribuir com a pesquisa. À banca examinadora, Léo e Rogério, pela disponibilidade e contribuições.

Ao CNPq pelo financiamento da bolsa de mestrado. À todos os funcionários do DESA/SMARH pelo suporte.

À organização Engenheiros sem Fronteiras Brasil, a qual eu tenho muito orgulho de fazer parte, por ter contribuído tanto para a minha formação prática em engenharia e gestão, mas, principalmente, por fazer um trabalho incrível em comunidades de todo o Brasil. Vocês me dão energia para continuar na luta por uma sociedade menos desigual! À Sandra Rufino, por ser minha inspiração para atuar por uma engenharia popular e solidária. À Global WaSH, organização que me acolheu e a qual tenho orgulho de trabalhar por um saneamento para todos!

E, por último, mas não menos importante, a todos os brasileiros que são os verdadeiros financiadores da universidade pública, gratuita e de qualidade!

RESUMO

Os banheiros públicos são infraestruturas essenciais para garantir o direito ao saneamento em espaços públicos e o direito a cidades inclusivas e sustentáveis. Além disso, a oferta de banheiros fomenta o turismo, o lazer e a vida social. No entanto, parece ser um desafio para o poder público a oferta desse serviço para toda a população de forma democrática, acessível e segura. Diante dessa problemática, a presente pesquisa se propõe a compreender a perspectiva da oferta e da demanda de banheiros públicos na Orla da Lagoa da Pampulha (OLP), em Belo Horizonte, considerada Patrimônio Cultural da UNESCO e importante espaço público turístico para o município. Foram feitas observações e entrevistas semiestruturadas com os transeuntes e comerciantes da OLP e entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público municipal. Os dados de campo foram analisados pela técnica da Análise de Conteúdo e discutidas em seis categorias para os transeuntes (disponibilidade, acessibilidade, saúde, qualidade e segurança, escolhas conflitantes e cobrança pelo uso do banheiro) e duas para os gestores (responsabilização e adversidades). Para complementar os dados coletados nas entrevistas, foram utilizados como base de dados secundária os comentários sobre banheiros da OLP presentes no *Google Local Guides*. Tais comentários foram analisados segundo a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo em vista de compreender a opinião coletiva expressa no meio virtual. Nas entrevistas com transeuntes, houve maior aprofundamento nas questões da disponibilidade, acessibilidade, qualidade e segurança e cobrança no uso do banheiro, por representarem questões a serem solucionadas na OLP, também reconhecidas pelo poder público. Ficou evidente, tanto pela revisão de literatura, quanto pela análise dos dados obtidos, que a falta dessa infraestrutura traz diversas consequências principalmente para mulheres e meninas, idosos e pessoas com deficiência, pessoas transgênero, trabalhadores ambulantes e pessoas em situação de rua. Os gestores públicos apresentaram diversos desafios na conservação e manutenção de banheiros em espaços públicos, reafirmando o que foi encontrado na revisão de literatura. Interpreta-se que devido a esses desafios, muitos municípios não garantem a provisão de banheiros em locais públicos ou não os assumem como uma prioridade, o que se deve à falta da materialização das políticas públicas em leis, normas ou diretrizes que disponham sobre a titularidade do serviço, diretrizes da oferta e manutenção, entre outros aspectos.

Palavras chave: Políticas Públicas; Saneamento; Sanitários públicos; Saúde Pública.

ABSTRACT

Public toilets are essential infrastructure to guarantee the right to sanitation in public spaces and the right to inclusive and sustainable cities. Besides, the offer of restrooms encourages tourism, leisure, and social life. However, it is a challenge for the public authorities to offer these services that are frequently targeted at vandalism, drug use, and sex in public. Thus, the provision of these services requires constant maintenance and surveillance. Given this problem, this research aims to understand the perspective of supply and demand for public restrooms on the Pampulha Lake Shore (PLS) in Belo Horizonte, considered a UNESCO Cultural Heritage Site and a relevant public tourist space for the municipality. Observations and semi-structured interviews were conducted with passers-by and PLS street vendors and semi-structured interviews with representatives of the municipal government. The field data were analyzed using the Content Analysis technique and discussed in six categories for passers-by (availability, accessibility, health, quality and safety, conflicting choices, and affordability) and two for managers (accountability and adversities). To complement the field, comments on PLS toilets were used as a secondary database, which was present in Google Local Guides and was analyzed according to the Collective Subject Discourse technique in order to understand the collective opinion expressed in the virtual environment. In interviews with passers-by, greater depth was obtained in the issues of availability, accessibility, quality and safety, and affordability, as these are issues to be solved at PLS, also recognized by the public authorities. It was evident, both from the literature review, but confirmed by the data in the field, that the lack of this infrastructure has several consequences, mainly for women and girls, the elderly and people with disabilities, transgender people, street workers, and homeless people. Public managers presented several challenges in the conservation and maintenance of toilets in public spaces, reaffirming what was found in the literature review. It is interpreted that due to these challenges, many municipalities do not guarantee the provision of toilets in public places or do not take them as a priority. This is due to the lack of materialization of public policies in laws, standards, or guidelines that provide for ownership service, supply, and maintenance guidelines, among other aspects.

Keywords: Loo; Public Health; Public Policy; Restrooms; Sanitation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Roda da Mudança de Comportamento.....	34
Figura 2: Representação gráfica do ciclo de políticas públicas.....	40
Figura 3: Representação gráfica das três fase da pesquisa	41
Figura 4: Mapa com marcação dos banheiros físicos da OLP.	55
Figura 5: Escadas de acesso ao banheiro subterrâneo (esquerda) e banheiro trancado e descuidado (direita)	57
Figura 6: Banheiros químicos do Praça São Francisco de Assis (Ponto 1).....	58
Figura 7: Condições dos banheiros químicos da Praça São Francisco de Assis (Ponto 1) em dias de campo.	59
Figura 8: Banheiros trancados na Praça Geralda da Mata Pimentel (Ponto 2).....	60
Figura 9: Banheiro com porta quebrada na Praça Geralda da Mata Pimentel (Ponto 2).....	61
Figura 10: Banheiros químicos na Praça Geralda da Mata Pimentel (Ponto 2) em um domingo de evento esportivo.....	62
Figura 11: Banheiro físico com cadeado e sem sinalização no Mirante Bem te Vi (Ponto 3).	63
Figura 12: Entrada dos banheiros do Parque Ecológico (Ponto 4).....	64
Figura 13: Detalhes dos banheiros do Parque ecológico (Ponto 4) , pias e espelho à esquerda e baia para cadeirantes à direita.....	65

Figura 14: Banheiro público do Mirante Sabiá (Ponto 5) trancado com cadeado e sem sinalização.	67
Figura 15 : Banheiro no Mirante das Garças (Ponto 6) com placa informativa sobre o serviço	68
Figura 16: Placa informativa na porta do banheiro do Mirante das Garças (Ponto 6).	69
Figura 17: Imagens do interior do banheiro público no Mirante do Biguá (Ponto 7).	70
Figura 18: Banheiros feminino (esquerda) e masculino (direita) do Museu de Arte da Pampulha (Ponto 8)	71
Figura 19: Porta de acesso ao banheiros público externo com aviso na Casa do Baile (Ponto 9).....	73
Figura 20: Banheiro público interno à Casa do Baile (Ponto 9).....	74
Figura 21: Representação de órgãos envolvidos com a política de banheiros públicos da OLP	79
Figura 22: Ciclo de Políticas Públicas referente à política de banheiros da OLP	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias e códigos da análise das entrevistas	52
Quadro 2:Características dos banheiros públicos da OLP	56

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

DHAES – Direitos humanos à água e esgotamento sanitário

DHAES-EP – Direitos humanos à água e esgotamento sanitário em espaços públicos

OLP – Orla da Lagoa da Pampulha

PBH- Prefeitura de Belo Horizonte

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	OBJETIVOS	17
2.1	OBJETIVO GERAL	17
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
3	REVISÃO DA LITERATURA	18
3.1	DIREITOS HUMANOS À ÁGUA POTÁVEL E AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ESFERAS DA VIDA ALÉM DO DOMICÍLIO	18
3.2	PROVISÃO DE BANHEIROS PÚBLICOS	21
3.3	BANHEIROS PÚBLICOS E SEXO/GÊNERO.....	25
3.4	BANHEIROS PÚBLICOS E SAÚDE.....	29
3.5	BANHEIROS PÚBLICOS E ACESSIBILIDADE	31
3.6	COMPORTAMENTOS RELACIONADOS A BANHEIROS PÚBLICOS.....	33
3.7	POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS A BANHEIROS PÚBLICOS.....	35
4	MATERIAL E MÉTODOS	41
4.1	FASE EXPLORATÓRIA.....	41
4.2	FASE DE CAMPO.....	42
4.2.1	<i>Caracterização do local de estudo</i>	<i>42</i>
4.2.2	<i>Coleta de Dados</i>	<i>43</i>
4.3	ANÁLISE DE DADOS.....	50
4.3.1	<i>Análise de entrevistas e observações.....</i>	<i>50</i>
4.3.2	<i>Análise dos comentários do Google Local Guides</i>	<i>52</i>
4.3.3	<i>Devolutiva da análise dos dados</i>	<i>54</i>
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
5.1	DIAGNÓSTICO DOS BANHEIROS PÚBLICOS DA OLP E SEUS USUÁRIOS	55
5.1.1	<i>Ponto 1 – Praça São Francisco de Assis.....</i>	<i>57</i>

5.1.2	<i>Ponto 2 – Praça Geralda Damata Pimentel (Nova Pampulha)</i>	59
5.1.3	<i>Ponto 3 – Mirante Bem te Vi</i>	62
5.1.4	<i>Ponto 4 – Parque Ecológico</i>	64
5.1.5	<i>Ponto 5 – Mirante do Sabiá</i>	66
5.1.6	<i>Ponto 6 – Mirante das Garças</i>	67
5.1.7	<i>Ponto 7 – Mirante do Biguá</i>	69
5.1.8	<i>Ponto 8 – Museu de Arte da Pampulha</i>	71
5.1.9	<i>Ponto 9 – Casa do Baile</i>	72
5.2	DA POLÍTICA PÚBLICA: A PERSPECTIVA DA GESTÃO MUNICIPAL.....	74
5.2.1	<i>Responsabilização</i>	75
5.2.2	<i>Adversidades</i>	81
5.2.3	<i>Reflexões sobre a gestão de banheiros públicos da OLP</i>	85
5.3	AO PÚBLICO DA POLÍTICA	88
5.3.1	<i>Disponibilidade</i>	88
5.3.2	<i>Acessibilidade</i>	93
5.3.3	<i>Escolhas Conflitantes</i>	96
5.3.4	<i>Saúde</i>	97
5.3.5	<i>Qualidade e Segurança</i>	99
5.3.6	<i>Cobrança pelo uso do banheiro</i>	102
5.3.7	<i>Reflexões sobre a perspectiva dos usuários</i>	104
6	CONCLUSÕES	105
7	RECOMENDAÇÕES	107
8	REFERÊNCIAS	108
9	APÊNDICES	120
9.1	APÊNDICE 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	120
9.2	APÊNDICE 2 – MODELOS DE TCLE.....	123
9.3	APÊNDICE 3 – DEVOLUTIVA DA PESQUISA AO PÚBLICO	130

1 INTRODUÇÃO

O problema que inspira essa dissertação é o saneamento em espaços públicos que se materializa no serviço de banheiros públicos. Os banheiros em espaços públicos são essenciais para a higiene e a saúde pública. Existem desafios na provisão desses serviços como os altos custos de manutenção e o vandalismo, entre outros fatores que interferem na efetivação do serviço (GREED; DANIELS, 2002). Por outro lado, a provisão desses serviços traz benefícios como o fomento à economia local, o uso do transporte público ou mesmo o fortalecimento do turismo (GREED, 1995; GREED, 2003).

Esses banheiros podem ser fornecidos em beira de rua ou dentro de prédios comerciais e/ou públicos. Assim, devem ser tratados como componentes importantes das cidades modernas e considerados em políticas públicas municipais. Ao se planejar e implementar essas infraestruturas, deve-se levar em consideração todos os diferentes grupos sociais e suas diferentes demandas relativas a esse serviço (GREED, 2003; HOUSE OF COMMONS LONDON, 2008; HELLER, 2019).

A falta de banheiros nas ruas incentiva a micção e a defecação em público, essa última, podendo acarretar em problemas de saúde pública (NORÉN, 2010; STANWELL-SMITH, 2010). Com o objetivo de resolvê-los, é comum que algumas cidades imponham sanções a cidadãos que usam as ruas como banheiros (NORÉN, 2010; COZENS; GRIEVE; ROGERS, 2019). No entanto, isso apenas mascara o problema real, ou seja, a negligência do direito de acessar banheiros públicos como um direito do cidadão. Por exemplo, grupos que lutam por direitos de gênero e direitos de pessoas com deficiência têm advogado em favor da oferta de banheiros públicos na perspectiva de adoção de direitos civis inclusivos (SERLIN, 2010).

A luta por banheiros públicos como direito tem sido descentralizada, tanto por gênero quanto por grupos de pessoas com deficiência. No entanto, recentemente, o relator especial das Nações Unidas em Direitos Humanos à Água e Esgotamento Sanitário, publicou um relatório (A / HRC / 42/47) sobre os direitos humanos à água potável e ao esgotamento

sanitário (DHAES) nas esferas da vida além dos domicílios (HELLER, 2019). Do ponto de vista dos espaços públicos, o saneamento deve ser garantido especialmente a trabalhadores de rua, moradores de rua, pessoas com deficiência, transgêneros e mulheres e meninas (HELLER, 2019). O referido relatório recomenda veementemente que os Estados incluam o saneamento em espaços públicos em seus marcos legais, estabeleçam diretrizes e regulem os prestadores de serviços, a fim de cumprirem com o compromisso assumido com a Agenda 2030.

A Agenda 2030 apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecendo metas a serem alcançadas até o ano 2030, incluindo acesso universal à água e ao esgotamento sanitário, e acabar com a defecação a céu aberto (ODS 6 – metas 6.1 e 6.2), proporcionando o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência (ODS 7- meta 11.7) (ONU, 2015). Além disso, de forma indireta, o saneamento em espaços públicos está relacionado a outros ODS e metas, como Erradicação da Pobreza (ODS 1 – Meta 1.4), Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2- meta 2.2), Saúde e Bem Estar (ODS 3- metas 3.3. e 3.9), Educação de Qualidade (ODS 4- meta 4a), Igualdade de Gênero (ODS 5 – meta 5.1), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8- meta 8.8), Redução de Desigualdades (ODS 10- meta 10.2) (UNGA, 2019).

Por isso, toma-se partido de que os banheiros públicos sejam uma infraestrutura que deve ser fornecida para garantir os direitos das pessoas ao saneamento quando estiverem em espaços públicos – sejam como local de moradia, lazer, trabalho - e na garantia do direito a cidades inclusivas e sustentáveis. Para isso, o primeiro passo para compreender o saneamento em espaços públicos é entendê-lo à luz da intersetorialidade. Um estudo sobre banheiros públicos deve se apoiar em aspectos que extrapolam o setor de saneamento, abrangendo o planejamento urbano, a saúde pública, da acessibilidade e de gênero. Entretanto, são poucos os países que desenvolveram uma estrutura normativa para implementação e regulação desses serviços (HELLER, 2019). Dentre os existentes, nenhum trata o serviço a partir da lente do conteúdo normativo do direito ao saneamento (HELLER, 2019). Mesmo nas cidades onde os

banheiros públicos são fornecidos em número suficiente para o atendimento da demanda ou em que exista uma política de incentivo ou obrigatoriedade da oferta, ainda há insatisfação com as soluções atualmente adotadas, relacionadas a fatores de segurança e violência, precariedade na higiene e limpeza, projetos inadequados, nível de suprimento insuficiente, localização e acessibilidade (GREED, 2003).

No Brasil, não existe uma base de dados nacional que forneça informações sobre esses serviços nem uma legislação federal que torne a sua provisão obrigatória ou a recomende, o que dificulta a análise e a implementação de um serviço tão importante. Trazer a perspectiva dos direitos humanos em estudos sobre banheiros públicos é essencial, tendo em vista a necessidade de complementar o que outras áreas estão desenvolvendo.

Os banheiros públicos representam um serviço de interface com o usuário e por isso é essencial compreender tanto a política sob a perspectiva da gestão pública, quanto sob a ótica do público usuário do serviço. Dessa forma, o presente trabalho busca compreender as perspectivas da gestão pública e do público usuário atinente aos principais desafios encontrados na gestão desse serviço. Assim, a pesquisa possibilita lançar luz a diversas experiências, em maior profundidade, que permitem uma compreensão das situações observadas em campo e que podem servir de subsídio para o fortalecimento de uma política pública que melhor atenda às pessoas no contexto específico de estudo. Nesse trabalho, considera-se política pública aquelas ações que buscam resolver um problema público, estejam materializadas em leis, regulações ou outras diretrizes formais, ou não. No marco teórico, esta escolha é discutida.

Com base no exposto e tendo em vista a importância da oferta de banheiros públicos buscou-se responder a seguinte questão: “Como é feita a oferta de banheiros públicos e quais são as experiências dos usuários com as soluções existentes em um espaço público turístico de Belo Horizonte e como se relacionam com conteúdo normativo dos direitos humanos ao saneamento em espaços públicos? ”

2 OBJETIVOS

2.1 *Objetivo geral*

Analisar a provisão de banheiros públicos em relação às experiências de seu público alvo e dos gestores municipais, a fim de verificar o atendimento do ao conteúdo normativo dos direitos humano à água e ao esgotamento sanitário (DHAES), especificamente na orla da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte.

2.2 *Objetivos específicos*

- Identificar as características da oferta de serviços de banheiros públicos e seu público usuário na Orla da Lagoa da Pampulha.
- Analisar a gestão dos banheiros públicos da Orla da Lagoa da Pampulha sob a perspectiva de gestores municipais.
- Analisar as experiências relacionadas à banheiros públicos do público que frequenta a OLP associando com os elementos normativos do DHAES.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 *Direitos humanos à Água Potável e ao Esgotamento Sanitário em esferas da vida além do domicílio*

A água potável e o esgotamento sanitário foram reconhecidos formalmente como direito humano pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 2010, por meio da Resolução A/RES/64/292 (UNGA, 2010). Nessa resolução, afirma-se a importância dos direitos humanos à água e esgotamento sanitário (DHAES) para que as pessoas possam usufruir a vida e dos outros direitos humanos de forma plena. A Resolução apela aos Estados que providenciem estratégias e ações para o desenvolvimento de capacidades e transferência de tecnologias, em cooperação entre países, para que haja a garantia dos DHAES a todas as nações (UNGA, 2010).

O reconhecimento aos DHAES como direitos independentes é um marco na história do saneamento (MEIER *et al.*, 2014). Essa resolução encoraja os Estados a adotarem a perspectiva dos direitos humanos em suas legislações e políticas públicas (MEIER *et al.*, 2014; BROWN; NEVES-SILVA; HELLER, 2016). No entanto, existem diversos obstáculos para a adoção dos DHAES na prática, como a falta de vontade política, restrições financeiras, informação incipiente sobre o acesso da população aos serviços de saneamento, insuficiente capacidade técnica para implementação das políticas públicas, entre outros fatores sociais, políticos ou econômicos (MEIER *et al.*, 2014).

Brown, Neves-Silva e Heller (2016) afirmam que a adaptação de políticas nacionais ou locais não é suficiente para a garantia dos DHAES, porque, muitas vezes, as legislações coexistem com outras leis, políticas ou ações que não estão alinhadas aos DHAES, geralmente por fatores econômicos. Além disso, os esforços para uma boa implementação de políticas de saneamento à luz dos direitos humanos devem contemplar ações em nível local, junto aos gestores e trabalhadores do setor, pois esses são pouco envolvidos acerca desses debates em nível internacional (MEIER *et al.*, 2014).

Os DHAES também devem ser garantidos em esferas da vida além do domicílio uma vez que muitas pessoas passam a maior parte de seu tempo fora de casa ou moram em domicílios considerados não convencionais (ex: prisões, rua etc.). No entanto, pouco se sabe sobre a situação do saneamento em espaços não domiciliares (CRONK; SLAYMAKER; BARTRAM, 2015). O recente relatório da ONU, A/HRC/42/47, tem ênfase nesses espaços, tratando como esferas da vida, além do domicílio, as escolas, os hospitais e clínicas médicas, as unidades prisionais, os locais de trabalho e a rua (HELLER, 2019).

Das esferas citadas no relatório, uma vasta literatura sobre saneamento é encontrada para escolas (JASPER; LE; BARTRAM, 2012; SIBIYA; GUMBO, 2013; ALEXANDER *et al.*, 2014; CRONK; SLAYMAKER; BARTRAM, 2015; MORGAN *et al.*, 2017; COSWOSK *et al.*, 2019) assim como para centros de saúde (SAAD, 2007; BARTRAM *et al.* 2015; CRONK; SLAYMAKER; BARTRAM, 2015; HUTTINGER *et al.*, 2017; CRONK; BARTRAM, 2018). Além disso, esses dois espaços são alvo de monitoramento da agência da ONU para a Infância, a UNICEF, e da Organização Mundial de Saúde (OMS) através do *Joint Monitoring Programme (JMP)* para Água, Esgotamento Sanitário e Higiene (WaSH) (WHO/UNICEF, 2020).

Apesar de existirem alguns estudos sobre condições sanitárias em unidades prisionais, esses estudos são principalmente desenvolvidos por pesquisadores da área da saúde, do direito e das ciências sociais (FGV, 2015; MINAYO; RIBEIRO, 2016; DE ARAÚJO; CHAVES; RIBEIRO 2019), sob a perspectiva do saneamento, pouco aprofundamento é encontrado. O mesmo acontece para abastecimento de água e esgotamento sanitário nas ruas, em que a maioria dos trabalhos encontrados é desenvolvido por pesquisadores do planejamento urbano, psicologia e sociologia (GREED, 2003; STANWELL-SMITH, 2010; SIU; WONG, 2013; JEFFREYS, 2014; GREED, 2016; FRYE; CAPONE; EVANS, 2019). Nos dois casos, ainda há lacunas a serem preenchidas, principalmente sob a ótica dos DHAES.

Para saneamento em locais de trabalho, um manual desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) discute, de forma prática, a importância e as diretrizes para

garantir o saneamento e a higiene nos ambientes de trabalho (ILO, 2016). Esse manual discute o saneamento sob a perspectiva da saúde do trabalhador e suas condições de trabalho, apontando diversos estudos que já foram feitos sobre o tema sendo muitos deles desenvolvidos pela própria organização (ILO, 2016).

O relatório A/HRC/42/47 tem enfoque nos espaços públicos que, conforme definido pela Nova Agenda Urbana (ONU, 2016), são “*áreas multifuncionais para interação e inclusão social, saúde humana e bem-estar, intercâmbio econômico e expressão cultural [...] e que sejam desenhadas e geridas para assegurar o desenvolvimento humano, para construir sociedades pacíficas, inclusivas e participativas, bem como promover a vida coletiva, a conectividade e a inclusão*” (ONU, 2016, p 12). O acesso a espaços públicos vai muito além da questão física, pois são espaços de coletividade, apropriação social e ultrapassam a questão do *design* do espaço coletivo (SERPA, 2018).

Nessa perspectiva, o relatório lança luz sobre os públicos mais afetados com a falta de provisão de serviços de saneamento. Os trabalhadores que realizam seus serviços nas ruas, por exemplo, podem sofrer problemas de saúde por falta de soluções de saneamento e terem que se afastar do trabalho. Esse fato pode ocasionar perda econômica, pois muitos deles trabalham como autônomos (HELLER, 2019). Para o caso de moradores em situação de rua, a falta de saneamento pode reforçar a discriminação que sofrem por falta de higiene e, ainda, podem ser recriminados por buscarem alternativas de acesso a água ou banheiros que estão sempre em falta em lugares públicos (HELLER, 2019).

Pelo fato de pessoas transgêneros não estarem em conformidade com o padrão binário imposto por uma tradição sexista e heteronormativa, é comum que sejam negados ao uso do banheiro. A falta de soluções adequadas pode torná-los vulneráveis a abusos e os tornam um público negligenciado tocante às soluções de saneamento em espaços públicos (HELLER, 2019). Mulheres e meninas também são públicos vulnerabilizados quando há precárias soluções de banheiros em locais públicos, uma vez que diversos estudos demonstram que mulheres utilizam banheiros com mais frequência que homens (HELLER, 2019).

Por fim, outro público negligenciado por soluções inadequadas de saneamento em espaços públicos são as pessoas com deficiência física ou dificuldade de mobilidade física. A falta de soluções apropriadas para as suas necessidades os limita no uso do espaço público e no engajamento com atividades sociais (HELLER, 2019).

Para atender adequadamente a todos os públicos é necessário que cinco elementos do conteúdo normativo, expostos no relatório A/HRC/42/47, sejam seguidos: i) disponibilidade, ou seja, que existam soluções em quantidade adequada de acordo com o público frequentador do local; ii) acessibilidade física, de forma que as soluções estejam disponíveis para todos os públicos de forma contínua considerando sua segurança; iii) acessibilidade financeira, de maneira que a cobrança pelo acesso não limite o uso de pessoas por suas condições socioeconômicas; iv) qualidade e segurança, de modo que não haja prejuízos à saúde do usuário, e; v) dignidade, aceitabilidade e privacidade, para garantir o atendimento da demanda de todos os usuários sem constrangimento ou insegurança (HELLER, 2019).

Além dos elementos apresentados, quaisquer serviços de saneamento devem garantir a não discriminação, a equidade, a participação social, a responsabilidade, o acesso à informação e transparência, a realização progressiva e o não retrocesso, que são os princípios dos direitos humanos (BROWN; NEVES-SILVA; HELLER, 2016).

Os públicos mencionados e alguns dos elementos do conteúdo normativo do saneamento em espaços públicos são discutidos com maior profundidade nas seções seguintes com enfoque para banheiros públicos nas ruas, que é o objeto de estudo dessa pesquisa.

3.2 Provisão de banheiros públicos

Pesquisas anteriores mostraram os banheiros públicos como uma infraestrutura importante para cidades sustentáveis, acessíveis e inclusivas (GREED, 1995; BICHARD; HANSON; GREED, 2006; KITCHIN; LAW, 2001; BRIDGMAN, 2010; ZIEGLER; KARANJA; DIETSCH, 2013; GARCIA *et al.*, 2015). Com o cenário da pandemia de COVID-19, os banheiros públicos se tornaram ainda mais essenciais pois são a principal

infraestrutura para lavagem das mãos para pessoas em situação de rua, para pessoas em trânsito de trabalho ou ainda para aquelas que estão indo fazer compras essenciais (HOWARD *et al.*, 2020).

A provisão dessas instalações também é muito importante sob o ponto de vista da saúde pública e limpeza das cidades, visto que na falta de banheiros nas ruas, as pessoas urinam em paredes e calçadas (ABRASPE, 2000; STANWELL-SMITH, 2010; DAHIYA; SINGH; YADAV, 2018). Além da questão de saúde mencionada, a micção pública traz para a discussão o ato criminoso. Por um lado, a própria micção pública é um crime e a falta de fornecimento desse serviço acaba precipitando esse ato (COZENS; GRIEVE; ROGERS, 2019). Por outro lado, urinar em público pode estimular comportamentos anti-sociais e conflitos sociais que levam à outras ofensas. No entanto, como a falta de provisão é de responsabilidade da administração pública, as pessoas que urinam em público usam a falta de provisão como um argumento para minimizar a sua falha, principalmente pessoas do sexo masculino (GREED, 2006; COZENS; GRIEVE; ROGERS, 2019).

Em um cenário urbano, não se pode presumir que poucos banheiros sejam necessários pelo fato de existirem alternativas em restaurantes, bares, shoppings e outros espaços comerciais – que se tornam alternativas para o usuário na falta de banheiros fornecidos pelo poder público (GREED, 2006). Molotch (2010) ilustra bem esse argumento observando que, em Nova York, a rede de cafeterias *Starbucks* foi chamada de "banheiro da cidade". Em uma pesquisa realizada pela própria empresa, na ilha de Manhattan, descobriu-se que a grande maioria dos usuários de banheiros não eram clientes (MOLOTOCH, 2010). Portanto, a provisão de banheiros públicos é importante e está relacionada ao primeiro princípio dos DHAES em espaços públicos (DHAES-EP), o da disponibilidade.

Não existe uma diretriz sobre a quantidade de banheiros públicos por habitante. A densidade de banheiros públicos por população e área, em parques ou espaços abertos, foi calculada para cidades nos Estados Unidos (EUA), Austrália e da Europa e Ásia usando ferramentas de geoprocessamento e base de dados referentes a banheiros públicos e

demografia dos países mencionados (BLISS; PARK, 2019; PARK; BLISS, 2019). Os autores, encontraram para Minneapolis-St. Paul, nos EUA, a maior densidade de banheiros por população (24, 1 banheiros / 100.000 residentes) e em Nova York, a maior densidade de banheiros por área (4,41 banheiros / km²) (PARK;BLISS, 2019). Para cidades em todo o mundo, a maior densidade de banheiros em parques por área foi em Osaka, Japão (1, 44 banheiros / km²) e para espaços abertos, em Paris, França (3, 74 banheiros / km²) (BLISS;PARK, 2019). Os autores reforçam a importância de divulgação de dados sobre a disponibilidade de banheiros públicos e que estudos como esses devem ser estimulados com o objetivo de colaborar com a melhoria da saúde e da qualidade de vida, por exemplo de pessoas com incontinência que podem planejar melhor suas atividades fora de casa

Greed e Daniels (2002) consideram que a principal razão para o não fornecimento de banheiros públicos é a não existência de legislações que tornem esse serviço obrigatório. Para desenvolver uma política de fornecimento de banheiros é importante entender as demandas e necessidades do usuário. Alguns estudos foram realizados com intuito de compreender a perspectiva dos usuários de banheiros, dos quais dois cabem menção.

Em um estudo de caso envolvendo a cidade de Ancara, Turquia, Afacan e Gurel (2015) analisaram entrevistas com 300 pessoas, 100 adultos com menos de 65 anos, 100 idosos e 100 com deficiência, dos quais 60 são deficientes físicos e 40 são deficientes visuais, em 14 banheiros públicos da cidade, para compreender quais eram os problemas em torno dos banheiros públicos e como as necessidades e demandas mudavam de acordo com sexo, idade e características físicas de mobilidade (AFACAN;GUREL, 2015). Os autores analisaram fatores de acesso (como distância e presença de escada ou rampa) e condições do banheiro (como iluminação, limpeza, horário de funcionamento, facilidade de manuseio das portas). Para os entrevistados, a resposta do grupo de idosos apresentou diferenças significativas no fator “visibilidade” dos banheiros em relação aos outros grupos. Assim como o fator de acessibilidade ter se mostrado significativamente mais importante para idosos e pessoas com deficiência. Os autores consideraram que esses fatores devem ser levados em consideração para que a provisão de banheiros seja integrada ao planejamento da cidade.

Em Kegalle, no Sri Lanka, foram realizadas entrevistas com 155 pessoas para avaliar os banheiros públicos da cidade (BELLANTHUDAWA *et al.*, 2018). Dos entrevistados, 56,6% se declararam usuários frequentes de banheiros público, desses 56,6%, 59,3% eram homens. Ainda, 94% dos entrevistados declararam que mau cheiro, falta de limpeza e falta de segurança são os principais motivos de não usarem um banheiro público. Outras perguntas também foram realizadas e foi feito um cálculo da médio de pessoas que usam o banheiro por ano (175.200 usuários) e por dia (480 usuários). A partir desses resultados, os autores concluíram que a provisão de banheiros deveria aumentar em pelo menos um novo complexo de banheiros públicos e, adicionalmente, propuseram a instalação de câmeras de segurança, limpeza com maior frequência e conscientização de conservação e higiene da infraestrutura.

Como apresentado, há diversas demandas de diferentes públicos usuários de banheiros em espaços públicos e isso deve ser levado em consideração na tomada de decisão e desenvolvimento de uma política pública. Além disso, o custo de manutenção, vandalismo recorrente e atividades criminosas que ocorrem nos banheiros parecem ser fatores que interferem nessa tomada de decisão por parte dos gestores públicos (GREED E DANIELS, 2002). Por esse motivo, muitas cidades decidem limitar o horário de funcionamento desses estabelecimentos, embora isso possa interferir na garantia da acessibilidade, em consonância com os DHAES-EP.

A falta de banheiros ou o seu acesso limitado penaliza mais os trabalhadores ambulantes, pessoas em situação de rua, transgêneros, mulheres, meninas e pessoas com deficiência (HELLER, 2019). Os quatro últimos citados são discutidos adiante nas seções “Banheiros públicos e sexo/gênero” e “Banheiros públicos e acessibilidade”.

Na perspectiva de pessoas em situação de rua, Silva (2017) realizou um estudo em Belo Horizonte em que detectou violação ao direito humano à água e ao saneamento pela falta de soluções em espaços públicos que atendessem a esse público. Mesma condição foi apresentada por Frye, Capone e Evans (2019) que discutiram como a falta de banheiros públicos estimula a defecação a céu aberto e possíveis surtos de doenças infecciosas nessa

população. No entanto, consideraram que apenas a provisão de banheiros não seria suficiente para garantir que a defecação a céu aberto cesse, reiterando que um acompanhamento contínuo deve ser realizado.

A falta de banheiros também afeta diretamente a qualidade de vida de trabalhadores de rua ou ambulantes. Moreira (2008) entrevistou transeuntes e comerciantes da Rua Uruguaiana, importante centro comercial na cidade do Rio de Janeiro, e a falta de banheiros públicos foi apontada como a principal dificuldade pelos trabalhadores ambulantes e apontado pelos clientes, como o serviço de que mais sentem falta. Ademais, Ayala (2015) relata que em Porto Alegre, onde existem banheiros públicos disponíveis, a principal dificuldade relatada por trabalhadores ambulantes é a falta de materiais de higiene e a necessidade de confiar em alguém para cuidar de objetos pessoais durante o uso. Um estudo realizado com vendedores ambulantes na Índia, apontou que doenças do trato urinário foram encontrados em 44% dos 50 entrevistados, sendo a falta de banheiros públicos uma das principais causas para esse problema, principalmente entre as mulheres (MEHER E GHATOLE, 2020).

Apesar de a importância da provisão de banheiros ser bem consolidada na literatura, ainda há diversos obstáculos no fornecimento desses serviços como a questão de gênero, acessibilidade física, saúde pública e políticas públicas, que são discutidos em sequência.

3.3 Banheiros públicos e sexo/gênero

Os banheiros públicos são uma das únicas infraestruturas que ainda segregam sexo (feminino/masculino), uma herança advinda do século XVIII (BLUMENTHAL, 2014). Inconvenientes dessa prática, como longas filas de espera em banheiros femininos, são resultado de um planejamento que privilegia homens (COOPER *et al.*, 2000; FLANAGAN, 2014). Isso também está conectado ao fato de as posições profissionais de planejamento, de engenharia e de arquitetura ainda serem dominadas por homens, influenciando em todos os âmbitos da construção das cidades (ANTHONY; DUFRESNE, 2007; FLANAGAN, 2014). Nesta perspectiva, ainda há muita discussão a ser feita, visto que os banheiros são fronteiras

de gênero (PAÉZ, 2017) e, na pior das hipóteses, as minorias de gênero são vulnerabilizadas quando os banheiros públicos não são fornecidos (HELLER, 2019).

O estudo de Flanagan (2014) sobre o fornecimento de banheiros públicos em quatro capitais do mundo - Londres, Chicago, Toronto e Dublin - na época das reconstruções urbanas no início do século XX, mostrou que a tomada de decisão para a adoção de banheiros foi fortemente influenciada por conceitos patriarcais, também destacados por Greed (1995; 1996).

Enquanto os homens estavam preocupados com o desenvolvimento das cidades para o crescimento econômico, as mulheres lutavam por igualdade de direitos em associações, grupos ou clubes, e em suas pautas encontrava-se os direitos a espaços públicos, incluindo banheiros públicos. Elas acreditavam que essas instalações trariam saúde individual e coletiva, sendo uma necessidade social (GREED, 2003; FLANAGAN, 2014). De acordo com Meller (2017), se os banheiros públicos fossem fornecidos às mulheres, elas acabariam acessando outros espaços públicos, o que resultaria em desordem social. É evidente se tratar de um pressuposto machista, que refletiu no planejamento urbano de muitas cidades, nas quais mesmo em locais turísticos, sendo a disparidade entre o número de banheiros femininos e masculinos patente, por exemplo, em aeroportos, estações de trem e pontos turísticos (STEYN, 2015).

A necessidade biológica das mulheres em relação ao uso do banheiro é diferente dos homens, pelo fato de menstruarem e engravidarem e, nesse momento da vida, urinarem com mais frequência (ANDREWS, 1990; GREED, 2016). Para Greed (2016), desconsiderar a diferença biológica entre homens e mulheres, principalmente no que se refere à menstruação, impõe às mulheres o ônus de não terem suas demandas garantidas por políticas públicas, negligenciando sua dignidade.

Na Turquia, Afacan e Gurel (2015) verificaram alguns banheiros públicos e, em alguns pontos estudados, havia menos banheiros femininos e suas cabines eram menores que

as masculinas; em outros, não havia sequer a opção do banheiro feminino. Além disso, eles detectaram diferenças significativas nas respostas de homens e mulheres adultos em relação às seguintes variáveis sobre banheiros públicos: luz adequada para uso noturno, presença de guardas de segurança, dispositivo para apoiar ou pendurar bolsas ou sacolas, conforto no uso da infraestrutura e características estéticas dos banheiros. Camenga *et al.* (2019) detectaram que a falta de limpeza das instalações representava um fator de uso auto-restritivo para mulheres adolescentes e adultas nos EUA.

Usar banheiros fora de casa pode promover ansiedade e medo nas mulheres e até se tornar uma fobia (DITRICH, 1999). O medo de usar um banheiro público, no entanto, não expressa apenas a preocupação das mulheres. Privacidade e sujeira são preocupações que os homens também demonstram ao usarem o serviço público. O fato de esses banheiros serem públicos, mas ao mesmo tempo uma instalação para necessidades particulares, gera grande desconforto e vergonha para ambos os sexos (MOORE; BREEZE, 2012).

Segundo a literatura, essas preocupações podem surgir porque os banheiros públicos não são usados apenas para necessidades fisiológicas. Nessas instalações, muitas atividades podem acontecer, como uso de drogas, tabagismo, atos criminosos - como estupro e agressões -, e sexo (BROWN, 2008; SCHAPPER, 2012; LIGHT; MITCHELL; WIKSTROM, 2018). Algo que também causa conflito no uso do banheiro público é a percepção visual da sinalização de sexo do banheiro (placa, símbolos), que nem sempre é clara para os usuários, causando constrangimento (TRISNAWATI; SRIWARNO, 2018). Os problemas mencionados podem afetar a privacidade, a segurança e a dignidade do usuário do banheiro, elementos do DHAES-EP que devem ser levados em consideração ao planejar uma solução de banheiros em espaços públicos.

Para além da provisão masculina e feminina, os banheiros públicos devem ser discutidos no âmbito da pluralidade de gênero. Por um lado, alguns pesquisadores acreditam que a provisão deve ser "*degenerated*" e universal, isto é, independentemente do sexo / gênero,

para que qualquer banheiro possa ser usado por todos. Para os defensores dos banheiros de gênero neutro, a segregação dos banheiros ajuda a (re)produzir o binário de sexo e gênero do ponto de vista da heteronormatividade (MURATA, 2002; BLUMENTHAL, 2014; NIRTA, 2014; DEL RIO ALMAGRO; RODRÍGUEZ, 2016). Kogan (2016) reitera esse argumento ao dizer que o fornecimento de banheiros com base no sexo de nascimento apenas corrobora a visão da mulher vulnerável e frágil que precisa se proteger dos homens em domínio público. Além disso, pessoas transgêneros procuram banheiros públicos em que possam se sentir seguras, sem hostilidade ou risco de violência. As narrativas dessas pessoas são sempre sobre a ansiedade e o medo de usar o serviço público, muitas delas relatando evitar o uso do banheiro (ELLIS; MCNEIL; BAILEY, 2014; PLASKOW, 2016; SANDERS; STRYKER, 2016).

Por outro lado, existem pesquisadores que acreditam que os banheiros de gênero neutro apenas mantêm a desigualdade entre homens e mulheres, pois nem sequer consideram as experiências e os medos das mulheres no uso dessa infraestrutura (JEFFREYS, 2014; RAMSTER; GREED; BICHARD, 2018; GREED, 2019). Eles acreditam que a provisão de banheiros universais é importante para a inclusão de transgêneros e outros gêneros não binários, mas que a conversão de banheiros existentes, separados por sexo em banheiros universais só prejudicaria a prestação desse serviço para mulheres (GREED, 2019). Adicionalmente, os banheiros masculinos não se tornariam banheiros de gênero neutro, devido à presença de mictórios, assim somente os banheiros femininos se adaptariam a essa nova perspectiva. Nesse caso, a provisão para homens permaneceria como antes e a provisão para mulheres seria ainda mais restrita (GREED, 2019).

Foi possível perceber que ainda não existe um consenso entre a provisão de banheiros públicos universais ou segregados por sexo ou gênero. No entanto, é essencial que as demandas de cada grupo sejam levadas em consideração, em particular os mais vulnerabilizados socialmente, para promover dignidade, privacidade e segurança no uso de banheiros públicos.

3.4 Banheiros públicos e saúde

O saneamento emerge como resposta a problemas de saúde pública, sendo essencial para o desenvolvimento sustentável das cidades (MARA *et al.*, 2010; SOUZA *et al.*, 2015). No Reino Unido, em 2010, o fechamento de mais de 40% dos banheiros públicos e a cobrança dos que permaneceram abertos reduziram o acesso ao banheiro pela população, sendo os grupos mais afetados os idosos, as mulheres, famílias com crianças, turistas, pessoas em situação rua e pessoas com incontinência urinária. O fechamento foi considerado um caso de saúde pública e, desde então, há um movimento visando promover campanhas em favor desses serviços (STANWELL-SMITH, 2010). Devido ao fechamento e à monetização dos que permaneceram abertos, a taxa de micção nas ruas aumentou (STANWELL-SMITH, 2010).

Além da questão da micção pública, a falta de banheiros públicos afeta particularmente a saúde das mulheres, uma vez que é um público que visita banheiros com mais frequência, devido à particularidades como a gravidez, período menstrual, cuidados com os filhos e amamentação ou problemas relacionados ao mau funcionamento da bexiga ou intestino (GREED, 1995; CAMENGA *et al.*, 2019; STEYN, 2019). Além disso, comportamentos femininos no banheiro relacionados às posturas para urinar, são uma preocupação para a saúde, pois podem levar a sintomas da doença do trato urinário inferior (YANG *et al.*, 2010; XU *et al.*, 2016)

No entanto, não apenas esse público é afetado. A necessidade de banheiros públicos também é uma preocupação para a saúde dos idosos, pois eles evitam ir aos espaços públicos devido sua frequente necessidade em urinar (NAVARRO *et al.*, 2014). Barnett *et al.* (2015) mostraram uma relação positiva entre a presença de estabelecimentos públicos, como banheiros públicos, e idosos caminhando para recreação. Portanto, essas instalações incentivam os idosos a ir às ruas e reduzir o sedentarismo. Já para as pessoas com deficiência, é importante ter instalações de fácil acesso para suprir suas necessidades. Este é o caso das Pessoas com Deficiência Visual (VIP) estudadas por Siu e Wong (2013), que também querem

garantir sua saúde ao usar espaços públicos e para isso precisam de banheiros públicos adequados às suas necessidades.

Com isso, percebemos a importância do fornecimento de banheiros públicos nas ruas para garantir o direito das pessoas a espaços públicos saudáveis. No entanto, o banheiro como solução de saneamento em espaços públicos também pode ser considerado inadequado do ponto de vista do usuário em relação à limpeza e sujeira (NAVARRO *et al.*, 2014; YEN *et al.*, 2016; WU *et al.*, 2019). Em um estudo recente, muitas mulheres descreveram um *trade-off* (na qual a escolha de uma alternativa implica em prejuízos para a outra) na tomada de decisão no uso do banheiro, entre a preocupação com a limpeza dos banheiros e a vontade de urinar (PALMER *et al.*, 2019). A possibilidade de se infectar é real e foi comprovada por estudos que fizeram análises microbiológicas em vasos sanitários e encontraram bactérias, vírus e fungos patogênicos (POTASMAN; OREN; SRUGO, 1999; YEON; CHANG; KIM, 2001; GERHARDTS *et al.*, 2011; NIGATU *et al.*, 2014; BALOGUN *et al.*, 2020). Um outros estudo analisou bactérias no intestino de moscas domésticas que estavam em banheiros públicos. Os resultados mostraram que essas moscas estavam contaminadas com bactérias que causam intoxicação alimentar, diarreia, sepse fulminante e disenteria (GUPTA *et al.*, 2012). No contexto da pandemia de COVID-19, muitas cidades fecharam seus banheiros públicos sob a prerrogativa de que eram um facilitador da disseminação da doença (HOWARD *et al.*, 2020).

Outro fator intensamente relatado relacionado a saúde e banheiros públicos, é o medo de contrair o HIV, embora a transmissão do HIV por meio do uso do banheiro público não seja real (HERLITZ; BRORSSON, 1990; PORTER, 1993; CHEMTOB *et al.*, 2006; HILLMAN, 2008; JOVIĆEVIĆ *et al.*, 2019). No entanto, outros comportamentos relacionados ao uso dessas instalações podem facilitar a transmissão do HIV. Os banheiros públicos são alvo de pessoas que desejam fazer sexo desprotegido e anônimo (KLEIN, 2012; KWAN; LEE, 2018) e de pessoas que injetam drogas (KLEE; MORRIS, 1995; FITZGERALD *et al.*, 2004; SMALL *et al.*, 2007; PARKIN; COOMBER, 2010; MAISA *et al.*, 2019), que podem ser fatores de risco para o HIV e outras doenças. Além disso, as pessoas que já têm

HIV / AIDIS são mais vulneráveis a outras doenças devido à sua baixa imunidade, de modo que os banheiros públicos podem ser um dos locais onde podem ser contaminados (DWIVEDI *et al.*, 2007; WUMBA *et al.*, 2012).

3.5 Banheiros públicos e acessibilidade

A criação de cidades sustentáveis a partir da perspectiva dos banheiros públicos vai além da provisão, pois é necessário que esse serviço seja efetivamente acessível a todos. Primeiro, há o acesso físico. Existem numerosos obstáculos a serem superados no planejamento urbano, porque o caminho de acesso a banheiros públicos geralmente contém escadas, degraus ou espaços estreitos, impossibilitando o acesso de pessoas com deficiência física ou visual, idosos, cadeirantes ou mesmo pais com carrinhos de bebê (GREED, 2003; TIJM; CORNIELJE; EDUSEI, 2011; FAKTOR, 2011; DAVEY; IMMS; FOSSEY, 2015; CAO; HANG; FUNG, 2019). Tijm, Cornielje e Edusei (2011) narraram a queda de um usuário de muletas devido ao piso escorregadio do banheiro público. Esse tipo de condição nos banheiros torna a vida pública das pessoas com deficiência muito insegura.

Mesmo os banheiros tradicionais para pessoas sem deficiência não são bem planejados e causam dificuldades no uso. Em 2006, em Londres, os banheiros de rua que atendiam aos padrões britânicos de acessibilidade costumavam ser trancados e as pessoas deveriam comprar a chave de acesso ou pedir emprestado a alguém que a tivesse, tornando o uso dos banheiros constrangedor para os deficientes (BICHARD; HANSON; GREED, 2006). Muitos desses banheiros públicos foram equipados com luzes azuis para impedir que usuários de drogas injetáveis pudessem ver as próprias veias. No entanto, isso afetou pessoas com deficiência visual, colostomia e urostomia que precisam de luz branca para enxergar melhor (BICHARD; HANSON; GREED, 2006).

Um estudo realizado em Hong Kong (SIU, 2011; SIU; WONG, 2013) verificou as condições dos banheiros a serem utilizados pelos deficientes visuais. Os autores perceberam que suas preocupações se resumiam a aspectos de higiene, falta de informações sobre a

localização dos banheiros, dificuldade em identificar qual banheiro era feminino ou masculino - uma vez que não havia informações na forma de áudio ou Braille - e a possibilidade de se ferir nos banheiros dos deficientes físicos devido aos vários dispositivos de seu desenho. Além disso, as mulheres eram mais resistentes ao uso de banheiros. Os autores concluíram que os banheiros não estavam preparados para receber pessoas com deficiência visual e isso limitava o acesso ao saneamento e à saúde a essas pessoas em espaços públicos. Por fim, eles não sugerem a criação de um banheiro especial para pessoas com essa deficiência, mas que os banheiros comuns sejam universais e acessível a todos.

Essa solução universal mencionada por Siu e Wong (2013) é uma sugestão no âmbito do planejamento urbano para que as soluções sejam únicas e sirvam a todos, em vez de colocar barreiras ao criar banheiros separados para pessoas com deficiência (GREED, 2003). Essa solução chamada de universal, neste ponto não é relacionada a gênero, que já foi discutido anteriormente.

O acesso aos banheiros vai muito além das características espaciais e do próprio desenho, pois é uma questão social e política que interfere na possibilidade de fazer parte da vida pública (KITCHIN; LAW, 2001). Além disso, o debate sobre acesso deve ir além do público alvo, uma vez que também tem relação com a cobrança e horário de funcionamento. Stanwell-Smith (2010), afirma que a decisão de cobrar pelo uso do banheiro público reduz o acesso, trazendo a acessibilidade à discussão, pois nem todos são capazes de pagar por esse serviço.

Dito isso, políticas públicas de banheiros em espaços públicos devem ser inclusivas, permitindo acessibilidade a todos. Assim, os gestores de prefeituras e tomadores de decisão responsáveis por banheiros públicos devem estar comprometidos em atender as demandas de todos os potenciais grupos usuários desse serviço, em particular as minorias sociais.

3.6 Comportamentos relacionados a banheiros públicos

Alguns estudos já citados nas seções anteriores relatam comportamentos violentos, anti-sociais, constrangedores e destrutivos que afetam o uso de banheiros públicos (GREED; DANIELS, 2002; FITZGERALD *et al.*, 2004; SMALL *et al.*, 2007; BROWN, 2008; SCHAPPER, 2012; LIGHT; MITCHELL; WIKSTROM, 2018).

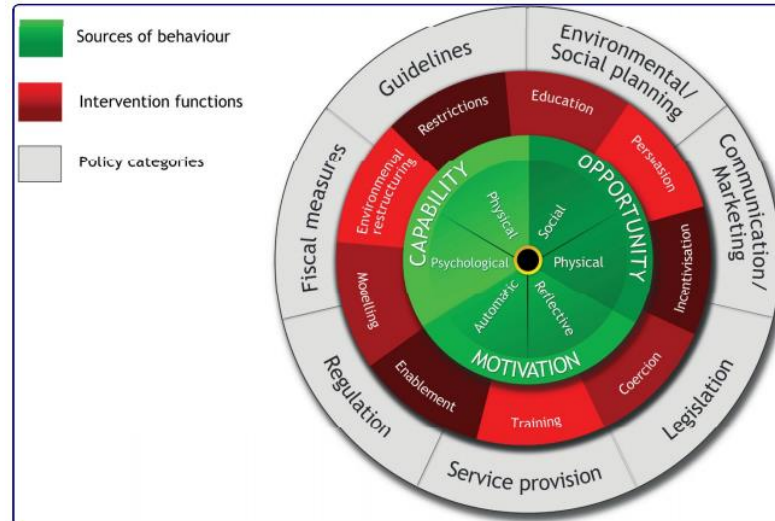
Estudos mais aprofundados desses comportamentos são necessários para a realização de intervenções. Cita-se, aqui, como exemplo, o estudo realizado por Delabrida (2010a), que buscou compreender o comportamento de usuários de banheiros públicos em uma universidade pública a partir de uma intervenção com *prompts* (mensagens que sinalizam o comportamento adequado). Um caso apresentado pela autora é o uso de uma mensagem que dizia: “a manutenção das paredes sem pichação será revertida em doação de dinheiro para a universidade por meio de uma fundação de apoio ao ensino”, remetendo a não pichação da parede a um ato de altruísmo (DELABRIDA, 2010a). Em seu estudo, foi possível observar que mesmo após a retirada do *prompt* não aconteceram mais pichações no banheiro, afirmando a efetividade da intervenção.

Em Londres, o poder municipal encontrava problemas recorrentes de uso de drogas injetáveis em banheiros públicos e optou por instalar luzes azuis para que ficasse mais difícil para os usuários dessa droga enxergarem suas veias. No entanto, essa intervenção prejudicou usuários com deficiência visual, comprovando-se uma intervenção com resultados parciais e que gerou outro problema, como citado na seção de Acessibilidade (BICHARD;HANSON;GREED, 2006)

Existem diversas teorias e abordagens sobre a mudança de comportamento de pessoas relacionadas a questões de saúde pública e diversos trabalhos demonstram a importância de planejar ações sistematizadas muito antes de qualquer intervenção para evitar que as ações acarretem em outros problemas (MICHIE; VAN STRALEN; WEST., 2011; MICHIE; JOHNSTON, 2012; DAVIS *et al.*, 2015; PATEY *et al.*, 2018).

Uma das abordagens recentemente difundidas de mudança de comportamento é o uso da Roda de Mudança de Comportamento (*Behaviour Change Wheel*), que sistematiza diversas abordagens em uma só técnica (MICHIE; VAN STRALEN; WEST, 2011). Por meio dessa técnica é possível definir qual é a fonte do comportamento, se está relacionada com questões sociais, psicológicas, físicas, ambientais, se são comportamentos automáticos ou reflexivos. Feita essa definição, pode-se estabelecer intervenções práticas para a mudança do comportamento, podendo ser de nove tipos: treinamento, coerção, incentivos, persuasão, educação, restrição, reestruturação ambiental, criação de modelos e capacitação. Essas intervenções são ainda categorizadas no âmbito de políticas públicas em sete eixos: medidas fiscais, diretrizes, planejamento social/ambiental, comunicação/marketing, legislação, provisão de serviços e regulação (MICHIE;VAN STRALEN; WEST., 2011). A Roda de Mudança de Comportamento está representada na Figura 1.

Figura 1: Roda da Mudança de Comportamento



Fonte: MICHIE; VAN STRALEN; WEST; 2011.

Em escala comunitária reforça-se que diversas abordagens também são utilizadas na mudança de comportamento relacionadas a serviços de saneamento voltados para a adaptação

de novas tecnologias em uma comunidade ou a utilização correta de um equipamento ou serviço, por exemplo. (ALAM *et al.*, 2016; MOSLER; CONTZEN, 2016; VELLEMAN; NORTHOVER, 2017; DURRANS, 2018; TIDWELL *et al.*, 2019).

3.7 Políticas Públicas relacionadas a banheiros públicos

Não existe um consenso sobre o conceito de política pública (SOUZA, 2006; BIRKLAND, 2011). Para Dye (1992), por exemplo, uma política pública é tudo aquilo que o Estado faz ou deixa de fazer. Para Cochran e Malone (1995), a política pública consiste em decisões e ações do governo para implementar programas para alcançar objetivos sociais. Outro autor define política pública como a soma de ações do governo, diretas ou indiretas, que influenciam na vida dos cidadãos (PETERS, 2015). Além da discussão sobre o conceito de política pública, também não há consenso sobre quem são os atores que fazem a política pública, para alguns o papel é exclusivamente do Estado e, para outros, que se ancoram na perspectiva multicêntrica, a política pública pode ser feita por uma diversidade de atores (SECCHI, 2013).

Outro nó conceitual está relacionado à omissão do governo em relação a um problema público, há aqueles que acreditam que a omissão é uma política pública (DYE, 1992; BACHRACH; BARATZ *apud* SOUZA, 2007). No entanto, para aqueles que partem do ponto de que a política pública é uma solução para resolver um problema público, aceitar a omissão como política se contrapõe às suas premissas iniciais (GOODIN; REIN; MORAN, 2006; SECCHI, 2013). Para complementar a complexidade que envolve o entendimento das definições de políticas públicas, há teóricos que acreditam que a política pública se atém a diretrizes estruturantes, sendo seus desdobramentos (ações, planos, projetos, programas, base de dados, grupos de pesquisas e novas legislações) apenas ações operativas (COMPARATO, 1997; BUCCI, 2006). Já para Secchi (2013), restringir o conceito de política pública apenas às próprias diretrizes estruturantes e considerar que programas, planos e projetos são apenas elementos operativos, desconsideraria esforços em nível regional, estadual, municipal e intraorganizacional em resolver problemas públicos de forma operacional (SECCHI, 2013).

O objetivo dessa seção não é entrar em debates conceituais sobre políticas públicas mas apresentar que a política pública pode ser trabalhada sob diversas óticas. Em vista de orientar as discussões desse trabalho, atém-se ao fato de que políticas públicas são soluções (estruturantes ou operacionais) para resolver um problema público, de forma que a omissão não será considerada política pública.

Nessa seção, especificamente, serão apresentadas políticas que se materializaram em um arcabouço legal ou programa, pois sua sistematização permite que elas sejam divulgadas, conectando-se ao público. As ações públicas não sistematizadas em um documento ou sistema de informação são difíceis de analisar em um contexto global e, geralmente, analisadas em situações específicas como um estudo de caso, que é circunstância da presente pesquisa.

São poucos os países que desenvolveram uma estrutura normativa para implementação e regulação de banheiros públicos (HELLER, 2019). Dos existentes, nenhum trata tal serviço sob a ótica do direito ao saneamento em espaços públicos (HELLER, 2019). Cabe citar aqui, então, as poucas ações de referência encontradas ao redor do mundo relacionadas a banheiros públicos.

Na Nova Zelândia, em 1999, foi publicada a norma *New Zealand's NZS 4241:1999 : Public toilets* com diretrizes para banheiros em espaços públicos considerando quantidade de banheiros, localização, o seu tipo (universal ou segregado), guia para higienização e saneamento das unidades (AMERICAN RESTROOM ASSOCIATION-ARA, 2019). No País de Gales, em 2018, foi publicado um guia para autoridades locais realizarem políticas públicas de banheiros públicos em suas municipalidades (WALES, 2018). Também em Londres (Reino Unido), há uma legislação que dá poder às autoridades locais de prover banheiros públicos, mas não os torna obrigados a fazê-lo (HOUSE OF COMMONS LONDON, 2008). Em 2008, a Câmara dos Comuns do parlamento londrino publicou um extenso relatório sobre os banheiros públicos da cidade fazendo diversas recomendações, sendo uma delas a importância da participação comunitária no processo decisório (HOUSE OF COMMONS LONDON, 2008).

Na Austrália, através do *National Continence Program*, o governo disponibilizou um mapa com informações sobre a localização, horários de funcionamento, facilidades encontradas nas unidades sanitárias - como chuveiro ou trocador de fralda - de mais de 19.000 banheiros públicos (AUSTRALIA, 2020). Dahiya, Singh e Yadav (2018), citam a política de banheiros da Tailândia (*Thailand Healthy Toilet Policy*), que traz princípios e componentes importantes para o fornecimento de banheiros públicos naquele país. Também citam a política de banheiros públicos de Central Otago (*Central Otago Public Toilet Policy*) que traz discussões como sinalização, segregação de gênero ou soluções universais, desafios para pessoas com deficiência, entre outros, na provisão de banheiros dessa região da Nova Zelândia.

A ação do poder público em estabelecer uma política pública, muitas vezes, surge da demanda da população. A sociedade civil pode solicitar a solução para um problema público ao município, estado ou federação por meio de ouvidorias, conselhos, movimentos sociais ou se organizando formalmente em organizações da sociedade civil (OSCs). No mundo todo, foram identificadas OSCs que têm como causa o fornecimento de banheiros e duas delas advogam exclusivamente em favor de banheiros públicos: American Restroom Association (ARA), nos Estados Unidos, estabelecida em 2004 (ARA, 2019) e; British Restroom Association (BTA), no Reino Unido, estabelecida em 1999 (BTA, 2020). Essas organizações atuam sob a ótica dos direitos humanos e têm como objetivo auxiliar a formulação de políticas públicas em seus países por meio de diálogos com o poder público e fazendo campanhas de conscientização da população, de forma a pressionar por legislações que garantam esses serviços (ARA, 2019; BTA, 2020).

Foi possível perceber que as normas ou legislações encontradas em outros países não são relacionadas às políticas de saneamento, embora muitas delas estejam relacionadas à política de saúde pública. No Brasil, os elementos e práticas associados à política pública de saneamento como a Lei Nacional de Saneamento Básico n.11.445/07 (BRASIL, 2007), o Plano Nacional de Saneamento Básico –PLANSAB (BRASIL, 2013) e os Planos Municipais de Saneamento Básico também não contemplam saneamento em espaços públicos. O

saneamento abordado por essas políticas e seu sistema de informação possui informações claras para a esfera domiciliar mas pouco esclarecimento sobre saneamento em espaços públicos, mostrando ser algo ainda pouco desenvolvido no setor. Além disso, a universalização do saneamento em outras esferas da vida é importante porque muitas pessoas passam menos tempo em suas casas do que no trabalho ou na escola, por exemplo.

Outros setores foram pesquisados para trazer luz aos marcos legais sobre banheiros públicos. No entanto, também não existe uma legislação específica sobre o assunto nem uma legislação que estabeleça de quem é a competência no fornecimento e regulação desses serviços. O Estado de São Paulo, por exemplo, possui legislações para banheiros em lugares específicos como a Lei n. 14.547/2011 que garante a gratuidade do uso de banheiros públicos em estações de ônibus (SÃO PAULO, 2011).

Em 2018, foi aprovada a Lei Federal n.13.647/2018 que estabelece a obrigatoriedade de equipamentos para evitar o desperdício de água em banheiros destinados ao público, porém se destina a banheiros em prédios públicos ou privados, não considerando beira de rua ou áreas turísticas (BRASIL, 2018a). Também em 2018, a Lei Federal n.13.724/2018 que institui o Programa Bicicleta Brasil, dispõe sobre a responsabilidade de órgãos governamentais e não governamentais na instalação de banheiros públicos, em locais estratégicos, com a finalidade de fomentar o Programa (BRASIL, 2018b).

A Lei de Acessibilidade, n.10.098/2000, que dispõe sobre normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, estabelece que os banheiros de uso público em parques, praças, jardins e espaços livres públicos devem ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT relacionada a infraestruturas adaptadas para deficientes físicos (BRASIL, 2000). Em 2019, foi aprovada a Lei n. 13.825/2019 que altera a Lei de Acessibilidade ao adicionar que a partir da data de publicação é obrigatório que em todo evento público ou privado 10% dos banheiros químicos disponíveis sejam destinados a pessoas com deficiência física ou dificuldade motora (BRASIL, 2019).

O Estatuto das Cidades, Lei n.10.257/2001, dispõe sobre as diretrizes gerais das políticas urbanas no país - em seu artigo segundo diz:

“Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; [...]

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; [...]” (BRASIL, 2001)

Embora esteja prevista a oferta de equipamentos urbanos e comunitários e serviços públicos para a garantia de serviços como um direito às cidades sustentáveis, não há especificação de quais seriam esses serviços. Dessa forma, a interpretação de que banheiros públicos são serviços públicos essenciais para a garantia desse direito não é clara e fica a critério de cada município adequando-se às necessidades da população e às características locais.

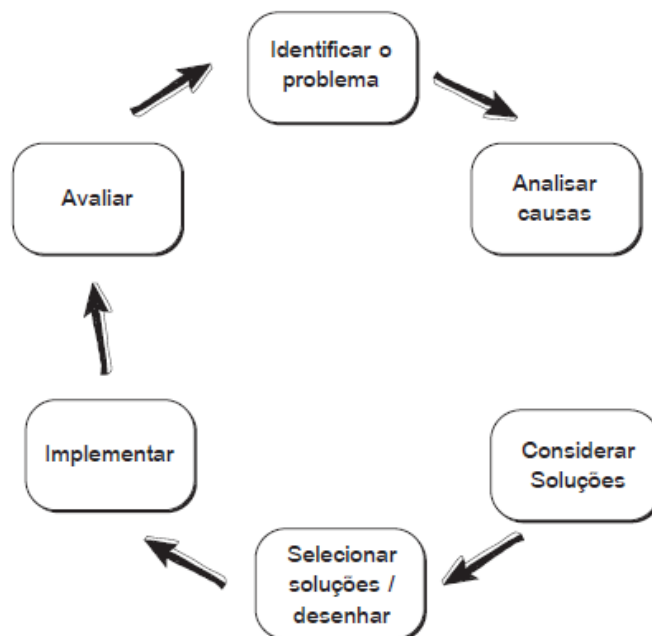
No Portal da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/>), o termo “banheiros públicos” foi pesquisado em vista de buscar projetos de leis (PL) relacionadas ao assunto. Nesse relatório de 150 páginas gerado automaticamente pelo site, encontraram-se por volta de 50 PLs relacionadas ao assunto, desde 2003, seja para a tentativa de isenção de pagamento em banheiros públicos, a obrigatoriedade de banheiros infantis em espaços públicos, para a proporcionalidade da quantidade de banheiros femininos e masculinos, a instalação de chuveiros em banheiros públicos, entre outros. É importante ressaltar que a maioria dos PLs foram arquivados e alguns se encontram em tramitação (BRASIL, 2020).

Recentes PLs sobre o assunto surgiram em 2020 relacionando-se com a pandemia da Covid-19 que vem sendo enfrentada desde março de 2020 no Brasil. Entende-se que analisar os PLs seria uma outra pesquisa. Neste estudo, essa informação limita-se a mostrar tentativas de materialização de legislações relacionadas a banheiros que em sua maioria não são

efetivadas. Além disso, nenhuma delas traz luz à obrigatoriedade desses serviços, sobre titularidade, regulação e provisão (BRASIL, 2020).

O estudo de políticas públicas, no entanto, vai muito além do entendimento do seu resultado final, ou seja, da legislação ou da diretriz sistematizada. Para avaliar uma política pública, existem diversos modelos que podem ser aplicados, o que não significa que representam a melhor forma de explicar o processo político, mas são importantes para as materializar a sua análise, agregando a multiplicidade de fatores envolvidos em problemas coletivos e processos políticos e sociais (SOUZA, 2011). No contexto deste trabalho, considerar-se-á o modelo “ciclo de políticas públicas” que define fases da formulação de políticas públicas (HOWLETT; RAMESH, 1955; SOUZA, 2006; CONDÉ, 2013). Esse ciclo possui algumas variações e nem sempre condiz com a realidade, mas é uma importante ferramenta analítica para compreensão do processo decisório em políticas públicas (SOUZA, 2006). Em geral, o ciclo pode ser definido como na Figura 2.

Figura 2: Representação gráfica do ciclo de políticas públicas



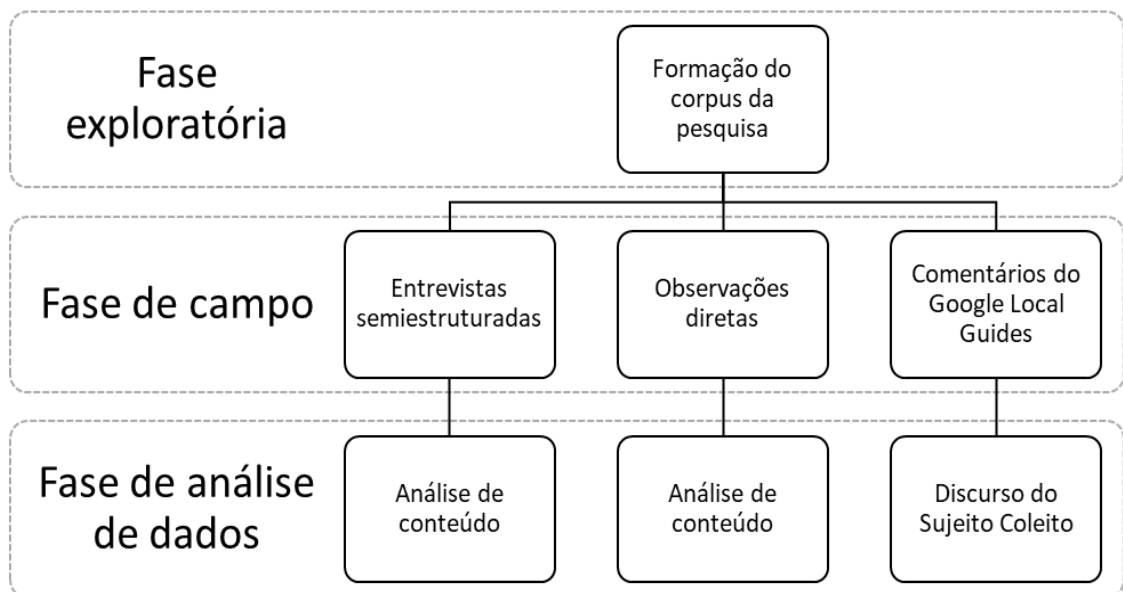
Fonte: CONDÉ, 2013

4 MATERIAL E MÉTODOS

Entende-se que a abordagem metodológica qualitativa foi a melhor forma para se alcançar os objetivos deste trabalho, já que compreende a experiência e a percepção de pessoas, entre usuários e gestores, em relação aos banheiros públicos. A pesquisa qualitativa, para efeitos práticos, pode ser dividida em três fases: i) fase exploratória; ii) trabalho de campo e; iii) análise e tratamento do material empírico e/ou documental (MINAYO, 2009).

A Figura 3 representa essas três fases da pesquisa a serem discutidas nos tópicos adiante:

Figura 3: Representação gráfica das três fase da pesquisa



Fonte: Autoria própria

4.1 Fase Exploratória

A fase exploratória consistiu na pesquisa e aprofundamento da literatura em torno do tema dos banheiros públicos e as lacunas existentes. A partir dessa etapa, definiu-se a questão

de pesquisa norteadora: “Em que medida a provisão de banheiros públicos e a experiência do público alvo está relacionada aos DHAES-EP?”

Para uma maior investigação e aprofundamento nesse campo de estudo sob a ótica do saneamento e dos direitos humanos, definiu-se usar como método o estudo de caso. Tal método consiste em múltiplas abordagens atinentes à coleta e análise de dados (SIMONS, 2009; 2014). O estudo de caso qualitativo tem como foco o indivíduo e suas experiências relacionadas ao objeto de estudo, sendo uma abordagem flexível às mudanças encontradas no campo (SIMONS, 2014).

4.2 Fase de Campo

4.2.1 Caracterização do local de estudo

Considerando os espaços públicos do município de Belo Horizonte, escolheu-se a Orla da Lagoa da Pampulha (OLP) como alvo desse estudo, já que é espaço de turismo e lazer de grande importância para o município. Ademais, a Orla da Lagoa da Pampulha, diferente do centro da cidade, por exemplo, não possui tantas alternativas de banheiros como shoppings, lojas e /ou centros comerciais, tornando-se assim o local ideal para avaliar as experiências e atitudes que as pessoas tomam em situações em que não há ou não consideram adequadas as soluções de banheiros públicos.

A construção da Lagoa da Pampulha foi iniciada na gestão do prefeito Octacílio Negrão de Lima, em 1936, e tinha como objetivo represar as águas do ribeirão Pampulha em vista de abastecer a capital (FIOCRUZ, S.I.). O complexo arquitetônico da Pampulha, localizado ao longo da OLP, foi uma encomenda do Prefeito da cidade de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, ao Arquiteto Oscar Niemeyer com a proposta de trazer um conceito modernista para a obra em uma fusão da arquitetura, paisagismo e belas artes. Niemeyer então convida outros artistas como o Burle Marx, Paulo Wernek e Portinari, na década de 1940, para concretizar o projeto iniciado pela gestão anterior. O objetivo do Prefeito era que a

região da Pampulha se tornasse um lugar turístico e para lazer dos cidadãos da capital mineira (FIOCRUZ, S.I.).

O complexo arquitetônico e paisagístico foi tombado em 1984 pelo Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2017). Além da esfera estadual, o tombamento ocorreu na esfera federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1997 (a Igreja São Francisco de Assis já era tombada pelo órgão desde 1947) e na esfera municipal em 2003 pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM-BH). Em 2016, foi reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura (UNESCO) sendo então nomeado Conjunto Moderno da Pampulha, abrigando os seguintes monumentos: a Igreja de São Francisco de Assis, o Museu da Pampulha, a Casa do Baile e, o Iate Clube, além do espelho d'água da Lagoa e sua orla paisagística (UNESCO, 2017).

Para identificação dos banheiros públicos na OLP, foi realizado um reconhecimento do local e conversas livres com ambulantes, funcionários dos museus/parque e turistas. Dentre os banheiros públicos identificados, foram definidos cinco pontos de interesse para as entrevistas com o público: Praça São Francisco de Assis (Ponto 1), Praça Fleming (Ponto 2), Mirante Bem te Vi (Ponto 3), Parque Ecológico (Ponto 4) e Mirante do Biguá (Ponto 7) por representarem locais com banheiro químico aos finais de semana, com banheiros lacrados e banheiros químicos somente em grandes eventos, sem banheiro (lacrado), com banheiro de manutenção terceirizada e banheiro físico em funcionamento, respectivamente.

4.2.2 Coleta de Dados

4.2.2.1 Experiencia dos usuários

Para que as observações e as entrevistas do estudo de caso gerassem dados de qualidade, essas foram feitas nos pontos da OLP escolhidos como mencionado anteriormente. Além disso, as visitas em campo foram realizadas em diversos dias e horários diferentes, pois

um único dia escolhido para observar ou um único horário poderia revelar-se tendencioso (YIN, 2016).

A observação foi um processo contínuo e concomitante às entrevistas, mesmo que tenha começado previamente, para que questões emergissem das situações observadas e pudessem ser consideradas durante as entrevistas. As anotações provenientes das observações geraram dados para um caderno de campo usado posteriormente na formulação dos memorandos.

A observação em um estudo de caso consiste em anotações de eventos, atividades, diálogos e incidentes dentro de um determinado contexto (SIMONS, 2014) e permite que o pesquisador, na medida em que observa, possa compreender questões emergentes do campo e retirar questões que passam a ser irrelevantes para a etapa de entrevista (MINAYO, 2009). A observação nas imediações dos banheiros públicos poderia permitir a compreensão das diferentes reações das pessoas que interagem sem mesmo saber sobre a pesquisa (ex: pedir para olhar a porta do banheiro, reclamar sobre as condições de uso, pedir para cuidar de algum pertence para usar o banheiro, questionar se estava estudando, entre outras interações). Portanto, as observações caracterizaram-se como participantes e não estruturadas. A observação não estruturada significa que foram definidos critérios ou situações específicas a serem anotadas no diário de campo, uma vez que tudo referente ao contexto de estudo foi anotado.

Não foi limitado um período máximo por dia em que ocorreria a observação. A média de tempo, no entanto, foi de duas horas. A duração da observação em campo era definida pelas próprias atividades do local. Em um domingo, quando mais pessoas frequentava a OLP, era esperado que as observações durassem mais tempo enquanto, nos dias de semana, as observações ocorriam apenas em horários de pico e por não mais de uma hora. Não obstante, o horário noturno não foi contemplado por uma questão de segurança. As idas a campo foram realizadas exclusivamente pela pesquisadora.

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, em vista de captar perspectivas individuais dos entrevistados. Para isso, o pesquisador norteia a conversa com questões importantes sobre o tema, mas não se prende a elas (FLICK, 2013). As perguntas norteadoras para cada grupo de entrevistados se encontram no Apêndice 1 dessa dissertação.

O momento de encerrar a etapa de entrevistas foi dado pela saturação teórica. Considerando que a pesquisa qualitativa possibilita o aprofundamento em um tema com ênfase nos significados e singularidades, a saturação teórica pressupõe que a complexidade do estudo é o que define o tamanho da amostra (MINAYO, 2017). Sabemos que o ponto de saturação foi alcançado quando o campo não traz novas demandas, evidências ou esclarecimentos ao objeto de estudo (MINAYO, 2017). No caso dos transeuntes, especificamente, a abordagem considerou o sexo do entrevistado, buscando encontrar um equilíbrio entre eles. Além disso, percebeu-se que os transeuntes vão à OLP buscando diferentes atividades (atividade econômica, turismo, atividade física, lazer, entre outros) e as entrevistas buscaram captar essa diversidade.

Como o público entrevistado era muito diverso dentro do grupo de transeuntes, as entrevistas tiveram caráter particular de forma, ou seja, não todas as perguntas eram feitas a todos os entrevistados. Essa estratégia foi escolhida pelo fato de o tempo disponível para a entrevista ser bem curto uma vez que as pessoas estavam ali temporariamente. Essa estratégia se mostrou positiva, pois a partir do momento em que os entrevistados se demonstravam mais interessados e disponíveis, a pesquisadora avançava nas perguntas. Muitas vezes, percebeu-se que os entrevistados aproveitavam a oportunidade para falar livre e emocionalmente sobre o assunto. A saturação foi considerada quando percebeu-se a repetição dos comentários independente do ponto que as pessoas estavam sendo entrevistadas uma vez que em sua maioria elas falavam de experiências no geral e não do ponto específico em que foram abordadas.

Para o caso dos comerciantes, a ideia era de entrevistar pelo menos um comerciante de cada ponto. No entanto, devido à suspensão da pesquisa de campo explicada mais adiante,

apenas dois comerciantes foram entrevistados formalmente e algumas conversas informais com os outros foram registradas no caderno de campo. A saturação teórica não foi atingida mas as perspectivas dos entrevistados se mostraram muito importantes e foram analisadas e discutidas.

Ao total, 41 pessoas foram entrevistadas na Orla da Lagoa da Pampulha (sendo 2 comerciantes e 39 transeuntes). Todas as entrevistas foram gravadas e tiveram consentimento do entrevistado. Como a pesquisa qualitativa é uma metodologia que permite que novas questões emergjam da fase de campo é comum se deparar com novas ideias e dados que não se esperava no início da pesquisa. No caso desse estudo, durante as observações de campo a pesquisadora recebeu uma solicitação no celular no aplicativo do *Google Maps*, que estava conectado à internet e com localizador ativo, a pergunta: “Você gostaria de avaliar o Mirante Bem te Vi?”. Além de ter a opção de escrever sobre o local era possível avaliar de um a cinco estrelas o local e anexar fotos.

Essa ferramenta do *Google Maps* é chamada *Google Local Guides (GLG)* e tem como principal objetivo ajudar pessoas que queiram visitar locais como restaurantes, hotéis, parques, entre outros locais turísticos de uma cidade, a obter informações de interesse sobre o local dadas por pessoas da própria cidade ou outros turistas. Para se tornar um “guia local” do Google basta estar conectado a um Gmail no uso do Google Maps. Já conectado, é possível fazer avaliações, postar fotos, dar notas e responder/fazer perguntas sobre qualquer lugar do mundo. De acordo com o site da plataforma, milhões de usuários fazem uso dessas contribuições para saber o que uma empresa ou local pode oferecer (<https://support.google.com/business/answer/9205430?hl=pt-BR>).

Os “guias locais” ganham pontos a cada avaliação, foto ou comentário que publicam. A plataforma contabiliza esses pontos e o usuário pode ir passando de nível. Com isso, os usuários podem se tornar qualificados e receber selos e benefícios do *Google* (nenhum financeiro) (<https://support.google.com/business/answer/9205430?hl=pt-BR>). Existe uma política de conteúdo que monitora as publicações e fotos para que não sejam publicadas fotos

ou discursos ofensivos ou inadequados. Além disso, a plataforma promove outras experiências criando uma comunidade de guias locais, que podem interagir divulgando eventos promovidos por eles em suas cidade, postando histórias pessoais no formato blog, fotos, vídeos, entre outras experiências, se tornando uma rede social.

Frente a essa nova fonte de dados, buscou-se a palavra “banheiros” na barra de pesquisa da plataforma *GLG* para verificação da existência de comentários sobre o objeto de estudo. Em todos os pontos considerados turísticos na OLP pelo *Google Maps*, havia pelo menos um comentário sobre banheiros no local. Foram encontrados 260 comentários sobre o assunto para os nove pontos pesquisados, desde 2017 até fevereiro de 2020 contemplando o período avaliado nesse estudo e a mesma gestão municipal (1º Mandato do Prefeito Alexandre Kalil). Nesse momento, percebeu-se a relevância dos comentários no marco da pesquisa, que foi então incluída no *corpus* da pesquisa.

Os comentários no *GLG* foram filtrados por meio das palavras “banheiro(s)”, “sanitário(s)” e “bebedouros” (essa última, incluída a fim de permitir o entendimento da questão da disponibilidade de água) nos 9 pontos da Orla da Lagoa da Pampulha: Praça São Francisco de Assis (13 comentários); Praça Geralda Damata, também conhecida por Praça Nova Pampulha (71 comentários); Mirante Bem te Vi (23 comentários); Parque Ecológico (114 comentários); Mirante Sabiá (5 comentários); Mirante do Biguá (2 comentários); Mirante das Garças (7 comentários); Museu de Arte da Pampulha (12 comentários) e; Casa do Baile (13 comentários). Uma observação importante é que não foi possível identificar o sexo, idade ou outras características das pessoas que publicaram os comentários.

4.2.2.2 Experiência dos gestores municipais

No caso dos gestores da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU) foi identificada pelo Gabinete do Prefeito e subsecretaria do planejamento urbano como melhor setor para concessão das entrevistas. O funcionário entrevistado recomendou que a entrevista também fosse feita com a coordenação da Regional Pampulha, diretamente responsável pelos banheiros públicos da OLP. No entanto, após

diversas tentativas de contato com a Regional, a pessoa responsável pela manutenção dos banheiros falou que a gestão dos banheiros e relacionamento com os comerciantes eram feitos pela SMPU, o contato com essa secretaria foi então retomado e outro gestor foi entrevistado.

Na referida entrevista, percebeu-se a necessidade de novo contato com a Regional para identificar especificidades da região da Pampulha e com a Belotur para identificar questões da gestão de banheiros químicos. Além disso, durante a pandemia a questão dos banheiros da Pampulha ganhou destaque na mídia devido à vandalização dos banheiros do mirante e da suspensão dos banheiros químicos. Nessas entrevistas, foi identificada a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) também contactada para uma entrevista.

No total, cinco gestores da PBH foram entrevistados de forma virtual, utilizando o *Google Meet* ou por telefone, devido a limitações impostas pela pandemia de COVID-19. Além dos cinco gestores, também percebeu-se a necessidade de entrar em contato com mais um funcionário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para alcançar a saturação teórica desse público, utilizou-se a técnica de *bola de neve* onde um entrevistado indica outro potencial entrevistado para complementar os dados da pesquisa. Assim como para os transeuntes da OLP, todas as entrevistas desta etapa foram gravadas e tiveram consentimento do entrevistado.

4.2.2.3 Identificação dos entrevistados

A codificação foi feita considerando que a primeira letra H/M se refere ao sexo do participante, (H: homem e M: mulher), a segunda letra T/M/C se refere a relação com o local (T: turista, M: morador da cidade e C: comerciante). Os números subsequentes às letras de identificação se referem a ordem de entrevistas e os números que subsequentes à linha se referem ao ponto em que a pessoa foi entrevistada, por exemplo MM01_02 (mulher, moradora da cidade, primeira entrevista do Ponto 2) Para os comerciantes não foram feitas a identificação do local da entrevista visando resguardar o anonimato. Pelo mesmo motivo, para os gestores não foi feita identificação por sexo e o número representa a ordem da entrevista.

Os DSC formados por comentários do *GLG* foram identificados pela numeração dos comentários que os formavam e o ponto turístico, exemplo: C57 a C65 – Ponto 2.

4.2.2.4 Considerações sobre a Pandemia

As observações se iniciaram em janeiro de 2020 e as entrevistas com o público da OLP em fevereiro de 2020. Em meados de março foi decretado isolamento social pela Organização Mundial de Saúde (OMS) devido à pandemia da COVID-19. Sendo assim, a Universidade Federal de Minas Gerais também suspendeu suas atividades e a pesquisa de campo foi paralisada.

Devido à grande quantidade de dados já coletados antes do isolamento físico, a saturação com os transeuntes ter sido atingida e a partir de uma reflexão da complexidade de retornar ao campo após o retorno das atividades pelo fato de a OLP ser um local de grande aglomeração, decidiu-se por não continuar o campo com os usuários. Não foram realizadas entrevistas no ponto 4 (Parque Ecológico) uma vez que no início do ano devido às intensas chuvas o Parque ficou fechado para visitação, reabrindo no fim de fevereiro quando foram iniciadas as observações nesse ponto, porém sem entrevistas. O início das entrevistas no Parque Ecológico estava no cronograma de campo para a semana em que a pesquisa foi suspensa devido à pandemia, não sendo possível realizá-las. Procurando sanar a falta de entrevistas nesse local, a avaliação dos comentários do público no *Google Local Guides* tornou possível analisar a opinião pública relacionada aos banheiros do local.

A segunda parte da pesquisa de campo foi realizada durante o isolamento via plataformas virtuais que permitiam gravação com os gestores. Posteriormente, a terceira etapa de transcrição e análise das entrevistas realizadas foi levado a cabo, como descrito a seguir.

4.2.2.5 Ética

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais, CAAE 30180620.0.0000.5149. O modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é apresentando no Apêndice 2 dessa dissertação.

4.3 *Análise de dados*

4.3.1 *Análise de entrevistas e observações*

O método utilizado para análise dos dados obtidos em campo (entrevistas e memorandos) foi a Análise de Conteúdo (AC). A AC tem como finalidade buscar a compreensão lógica acerca de uma representação por meio do entendimento de possíveis causas e efeitos enunciados pelos entrevistados (BARDIN, 1977). Apesar de a AC ter surgido em um contexto positivista que buscava o rigor quantitativo da análise de textos, estratégias qualitativas foram ganhando espaço e se consolidando nesse método analítico. De acordo com Bardin (1977), clássica referência sobre o método, a AC consiste em:

“conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p.49)

Conforme Bardin enuncia, a AC consiste em um conjunto de técnicas com diversas formas de trabalhar os dados coletados. Para o presente trabalho, utilizou-se a Análise de Conteúdo temática que consiste em descobrir temas ou “núcleos de sentido” a fim de compreender o que a repetição desses temas ou a presença/falta destes representa para o objetivo escolhido (BARDIN, 1977). As unidades de registro de uma AC temática podem ser palavras, frases ou resumos das falas dos entrevistados ou dos memorandos (MINAYO, 2009).

O procedimento metodológico da AC qualitativa perpassa por quatro fases, sendo elas: i) categorização; ii) descrição; iii) inferência e; iv) interpretação. A seguir estão elucidadas as etapas referentes a o processo de análise do conteúdo desse trabalho:

- i) *Categorização*: classificação do material analisado em temas por diferenciação, que resultaram em 13 códigos para o público da política. Realizou-se posteriormente o agrupamento desses temas similares em 6 categorias. Para os gestores, foram identificados 4 código que foram agrupados em 2 categorias.

- ii) Descrição: resumo das características das categorias importantes para a etapa posterior, de interpretação de forma a compreender se nenhuma categoria estava sobrepondo o tema de outra, revisando o material analisado com foco na categoria para torna-lá exaustiva, seguindo os mesmos princípios de análise para cada uma delas e retificando que nenhum dos temas era muito abstrato ou amplo, se adequando ao objetivo da análise
- iii) Inferência: nessa etapa os resultados encontrados foram analisados para compreender convergências e divergências com o encontrado na literatura
- iv) Interpretação: na última etapa, baseado na etapa anterior de inferência, buscou-se compreender de forma ampla o significado da análise a fim de contribuir para o campo científico estudado.

Nessa pesquisa, as categorias foram previamente definidas, baseadas nos elementos do conteúdo normativo dos DHAES-EP, sendo elas: a) Disponibilidade, b) Acessibilidade, c) Qualidade e Segurança e d) Cobrança pelo uso do Banheiros. O elemento “Dignidade, privacidade e aceitabilidade” não foi contemplado por se acreditar que seriam necessárias entrevistas mais aprofundadas, o que não era a proposta deste estudo. Adicionalmente, duas novas categorias emergiram da leitura dos dados e foram incluídas na discussão dos resultados sendo elas: e) Saúde e f) Escolha conflitante. Nas etapas de inferência e interpretação, buscou-se relacionar as categorias encontradas com os elementos do conteúdo normativo e com outros trabalhos realizados sobre a temática de banheiros públicos. Para as entrevistas com os gestores da PBH, as categorias não foram previamente definidas. Posteriormente, com a AC, formaram-se 2 categorias, sendo elas: a) Responsabilização e b) Adversidades. O quadro 1 mostra as categorias e os códigos usados nesse trabalho de mestrado.

Quadro 1: Categorias e códigos da análise das entrevistas

Categorias	Códigos
Usuários da OLP	
A – Disponibilidade	Falta de banheiros, presença de banheiros, banheiros distantes.
B – Acessibilidade	Limitação de horário de funcionamento, falta de adaptação para vários grupos
C- Qualidade e segurança	Manutenção, conservação, cuidado com o equipamento
D- Cobrança pelo uso do banheiro	Opinião sobre pagamento do banheiro, valor viável para uso de banheiro público
E- Saúde	Doenças que podem pegar no banheiro, problemas de saúde e falta de banheiros
F- Escolhas conflitantes	Motivos de uso e não uso de banheiros
Gestores municipais	
A – Responsabilização (no sentido da tradução de <i>Accountability</i>)	Responsabilidades, intersetorialidade
B – Adversidades	Falhas, desafios

4.3.2 Análise dos comentários do *Google Local Guides*

Para tratamento e análise dos comentários do *Google Local Guides (GLG)*, buscou-se métodos alternativos à AC para análise qualitativa de textos curtos e repetitivos. Não foi encontrada nenhuma pesquisa (em português ou inglês) que utilizava o *GLG* como fonte de dados para tomar como base de possíveis métodos a serem utilizados. O Discurso do Sujeito Coletivo de Lefèvre e Lefèvre (2003) (DCS) foi, então, a técnica de análise utilizada para complementar e reforçar os resultados da Análise de Conteúdo das entrevistas.

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que se trata de uma técnica desenvolvida por pesquisadores brasileiros em Saúde Pública, da Universidade de São Paulo (LEFREVE; LEFREVE, 2003), se baseia nos pressupostos da Teoria das Representações Sociais. O desafio a que a DSC se propõe a responder é o da autoexpressão ou da opinião coletiva (LEFREVE; LEFREVE, 2006),

As etapas metodológicas para formar um DSC, consistem em identificar *Ideias Centrais* ou *Ancoragens* e suas correspondentes *Expressões Chave*. As Expressões Chave são partes de trechos do discurso individual que ganham destaque por sua relevância ao tema estudado, enquanto as Ideias Centrais são as respostas presentes em cada comentário analisado e de cada conjunto homogêneo de comentários. De acordo com Figueiredo, Chiari e Goulart (2013), algumas Expressões Chave remetem não apenas a uma Ideia Central correspondente, como também a uma Ancoragem, que é a expressão de uma dada teoria ou ideologia proferida pelo autor do discurso/comentário e que está embutida no seu discurso como se fosse uma afirmação qualquer. A formação do DSC se dá a partir da reunião das Expressões Chave que têm Ideias Centrais ou Ancoragens semelhantes, em um discurso em primeira pessoa do singular (LEFREVE; LEFREVE; MARQUES, 2009).

Cada comentário foi lido e categorizado por suas Ideias Centrais em três grupos: a) Disponibilidade, b) Acessibilidade e c) Qualidade e segurança. Posteriormente, as Expressões Chave dos comentários foram agrupadas para formar um discurso que fluísse e convergisse para uma opinião coletiva. A edição dos comentários consistiu em reunir as Expressões Chave de cada comentário. Embora o DSC seja apresentado no singular, ele representa muitos indivíduos mostrando a emergência de uma opinião coletiva. O banco de dados da plataforma *GLG* foi tratado separadamente para cada ponto na OLP, portanto, para cada ponto temos pelo menos um DSC.

Ao longo do texto, os DSCs dos comentários do *GLG* foram identificados e codificados pelo número que representava a ordem do comentário na plataforma e o ponto na OLP, por exemplo: C57 a C65 - Ponto 2, mostra o discurso construído com comentários

número 57 a 65 no Ponto 2. O método de DSC foi executado usando o *software* gratuito DSCsoft, desenvolvido especificamente para análise de dados por esse método.

4.3.3 Devolutiva da análise dos dados

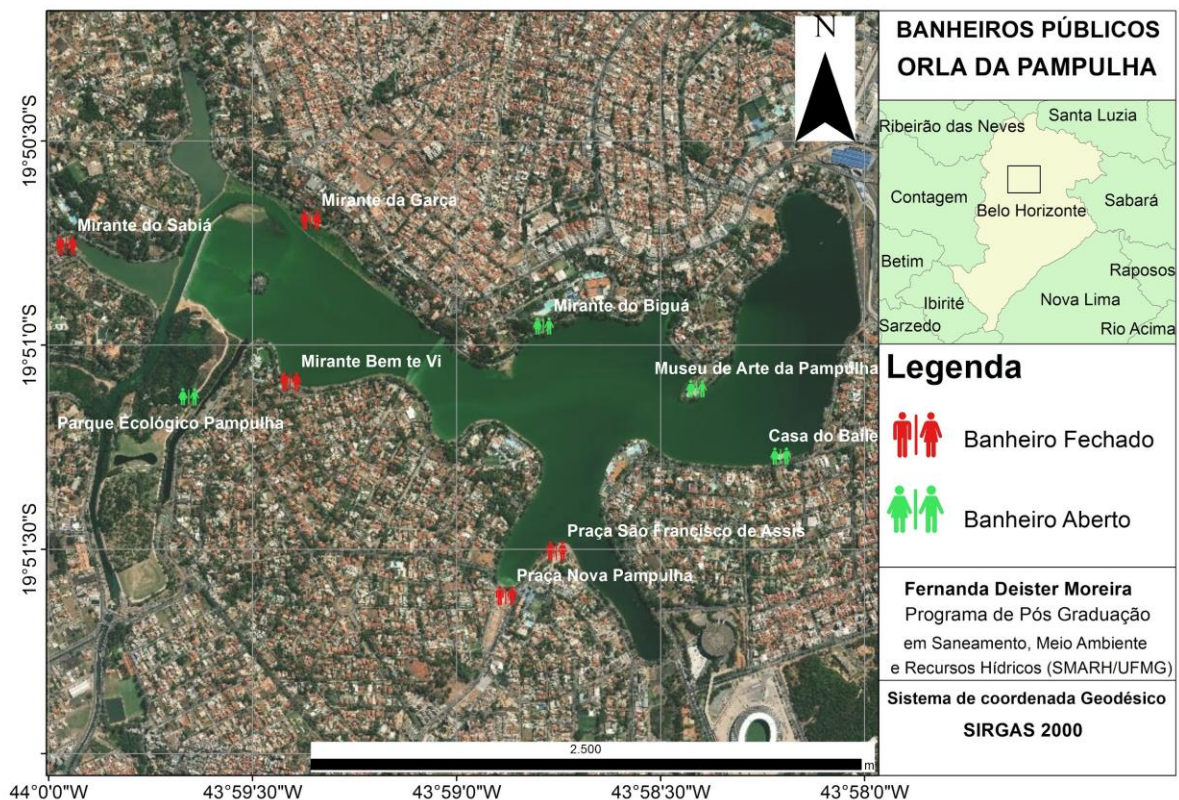
Como parte conclusiva desse trabalho, será realizado uma devolutiva aos gestores da PBH entrevistados com um documento (em folder) resumo apresentando os principais resultados da pesquisa em vista de orientar futuras ações em relação à política de banheiros públicos na OLP que pode ser visto no Apêndice 3 dessa dissertação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Diagnóstico dos banheiros públicos da OLP e seus usuários

Durante a observação de campo foram reconhecidos nove pontos na OLP com banheiros físicos, sendo esses pontos os espaços de maior movimento de pessoas que transitam pela orla (Figura 4). Ademais, os banheiros químicos, solução adotada recentemente, foram instalados em diversos pontos da OLP de sexta-feira a segunda-feira. Apresentar-se-á nessa seção a caracterização desses banheiros em relação a infraestrutura e gestão.

Figura 4: Mapa com marcação dos banheiros físicos da OLP.



Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 2 resume as características dos pontos em relação à quantidade de banheiros públicos, sua acessibilidade para cadeirante, valor cobrado, existência de banheiros químicos nos finais de semana, segregação por sexo, horário de funcionamento e distância de um banheiro ao outro.

Quadro 2:Características dos banheiros públicos da OLP

Ponto	Quantidade *	Acessibilidade física (para cadeirante)	Valor cobrado	Banheiro Químico final de semana	Divisão por sexo	Horário de funcionamento	Distância ao próximo ponto (m)
Praça São Francisco de Assis	2	Não	-	Sim (2)	Não	Fechado	400
Praça Nova Pampulha	11	Sim	-	Somente em eventos	Não	Fechado	2100
Mirante Bem – te-Vi	1	Parcial**	-	Não	Não	Fechado	900
Parque Ecológico	2	Sim	Gratuito	Lado externo (2)	Sim	8h30 as 18h (exceto segunda)	5100
Mirante do Sabiá	1	Parcial**	-	Não	Não	Fechado	2600
Mirante das Garças	1	Parcial**	2 reais	Não	Não	Fechado	1300
Mirante Biguá	1	Parcial**	1 real	Não	Não	8h30 as 19h	1200
Museu de Arte da Pampulha	2	Não	Gratuito	Não	Sim	9h as 19h (exceto segunda)	2600
Casa do Baile	2	Sim	Gratuito	Não	Sim	9h as 18h (exceto segunda)	2500

*Quantidade de entradas de banheiro. Não relativo ao número de bacias sanitárias.

**Entrada para cadeirantes mas banheiro sem suporte de apoio.

Fonte: Autoria Própria

5.1.1 Ponto 1 – Praça São Francisco de Assis

A praça São Francisco de Assis é a principal atração da OLP, por albergar a Igreja São Francisco de Assis, um dos principais pontos turísticos de Belo Horizonte. O público do Ponto 1 são turistas, transeuntes a lazer ou fazendo atividades físicas, e comerciantes ambulantes (vendedores de produtos alimentícios, como pipoca e picolé). Foi identificado como um público diverso não só pelas atividades fins como pela idade, já que é um lugar atrativo para crianças a idosos. Nessa praça também existe um posto físico da Guarda Civil Municipal e um posto móvel da Polícia Militar.

Nesse ponto os banheiros físicos são subterrâneos e seu acesso é feito por meio de escadas. Esses banheiros estão fechados por tempo indeterminado e pela imagem abaixo pode-se perceber a falta de manutenção e a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência ou dificuldade de mobilidade (Figura 5).

Figura 5: Escadas de acesso ao banheiro subterrâneo (esquerda) e banheiro trancado e descuidado (direita)



Fonte: Autora

O ponto 1 é um dos pontos da OLP que recebe banheiros químicos durante os finais de semana. Assim, dois equipamentos temporários são disponibilizados no meio da praça (Figuras 6 e 7). Destaca-se a desconformidade com a Lei da Acessibilidade, que estabelece que os banheiros de uso público em parques, praças, jardins e espaços livres públicos devem ser acessíveis, além de disporem de, pelo menos, um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT, relacionada às infraestruturas adaptadas para deficientes físicos (BRASIL, 2000).

Figura 6: Banheiros químicos do Praça São Francisco de Assis (Ponto 1)



Fonte: Autora.

Figura 7: Condições dos banheiros químicos da Praça São Francisco de Assis (Ponto 1) em dias de campo.



Fonte: Autora.

5.1.2 Ponto 2 – Praça Geralda Damata Pimentel (Nova Pampulha)

A praça Geralda da Mata Pimentel se situa a poucos metros do Ponto 1 (Figura 4). A praça recebe eventos esportivos em quase todos os finais de semana e o público desses eventos vem de diferentes regiões do município e mesmo de municípios vizinhos. Durante a semana o público é menor e mais restrito a moradores da região. A praça possui comércio ambulante de lanches rápidos que no final de semana funciona durante todo o dia e em dias de semana, pela manhã e a partir de 18h. Todos são autorizados pela Prefeitura e possuem pontos fixos na praça. Além disso, na praça há academia ao ar livre e é ponto de encontro de muitas equipes de corrida, grupos de academia e grupos com crianças e/ou cachorros.

Há uma infraestrutura de banheiros na praça, que conforme relato dos gestores e de comerciantes, foram fechados pela Prefeitura por dificuldade em se manter o serviço (Figura 8). Uma das portas desses banheiros foi quebrada e o banheiro é utilizado por moradores em situação de rua da região (Figura 9). Além disso, um dos lacres do banheiro foi serrado por um dos comerciantes que colocou um cadeado para uso próprio, como relatado por um dos comerciantes e observado em campo.

Figura 8: Banheiros trancados na Praça Geralda da Mata Pimentel (Ponto 2).



Fonte: Autora.

Figura 9: Banheiro com porta quebrada na Praça Geralda da Mata Pimentel (Ponto 2).



Fonte: Autora.

Banheiros químicos são disponibilizados em dias de eventos na Praça pelo organizador do evento (Figura 10). Destaca-se a provisão de banheiros acessíveis conforme legislação federal vigente, Lei n. 13.825/2019, que altera a Lei da Acessibilidade tornando obrigatório que em todo evento público ou privado 10% dos banheiros químicos disponíveis sejam destinados a pessoas com deficiência física ou dificuldade motora (BRASIL, 2019). Durante o campo, percebeu-se que essa requisição era cumprida, conforme Figura 10.

Figura 10: Banheiros químicos na Praça Geralda da Mata Pimentel (Ponto 2) em um domingo de evento esportivo.



Fonte: Autora

5.1.3 Ponto 3 – Mirante Bem te Vi

O Mirante Bem te Vi está situado entre os Pontos 2 e 4 (Figura 4). O mirante é ponto de parada para esportistas e pessoas a lazer que caminham na OLP, principalmente por possuir um bebedouro público. Tem uma academia ao ar livre e um comerciante ambulante trabalhando nos finais de semana.

O banheiro público encontra-se fechado com cadeado e sem sinalização (Figura 11). Nesse local não existe a infraestrutura de banheiros químicos, mas sim entre os pontos 2 e 3, onde são instalados três blocos com 2 unidades cada.

Figura 11: Banheiro físico com cadeado e sem sinalização no Mirante Bem te Vi (Ponto 3).



Fonte: Autora.

Durante as observações percebeu-se que poucas pessoas reconheciam aquela construção como um banheiro. Muitos estacionavam ali bicicletas ou carrinhos. Segundo o comerciante, o banheiro era da Prefeitura e não faria sentido para ele trabalhar no local todos os dias da semana apenas para ter a chave do banheiro, dando a entender que essa seria uma exigência da Prefeitura.

5.1.4 Ponto 4 – Parque Ecológico

O Parque Ecológico da Pampulha possui 30 hectares de áreas verdes e duas entradas com portarias que funcionam de terça a domingo de 8h30 às 18h (PBH, 2020). O público é muito similar ao dos demais pontos, com ênfase para pessoas a lazer.

No centro de visitantes do Parque existem banheiros físicos masculinos e femininos, com infraestrutura de pias e espelhos e com baias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, conforme imagens abaixo (Figuras 12 e 13).

Figura 12: Entrada dos banheiros do Parque Ecológico (Ponto 4).



Fonte: Autora

Figura 13: Detalhes dos banheiros do Parque ecológico (Ponto 4) , pias e espelho à esquerda e baia para cadeirantes à direita.



Fonte: Autora

Em toda a extensão do parque só há esses banheiros, que por sua vez são segregados por sexo. Segundo observação em campo, os banheiros estavam limpos e algumas baias possuíam papel higiênico. Por outro lado, a tranca do banheiro feminino de cadeirantes não estava funcionando e havia muitos mosquitos no banheiro feminino. De acordo com um funcionário do local, a manutenção dos banheiros é feita por uma empresa conservadora terceirizada.

Embora as portarias possuam banheiros, eles são destinados apenas aos funcionários do parque e não são abertos ao público. De acordo com um funcionário do local, essa restrição foi necessária, pois as pessoas não tiveram cuidado com o banheiro destinado a eles, já havendo registros de boletim de ocorrência devido a esquecimento/roubo de itens no banheiro entre outros conflitos que fizeram a gerência do parque restringir o acesso do público. Nesse caso, os transeuntes da OLP devem entrar no parque e utilizar o banheiro do centro de visitantes após uma caminhada de aproximadamente 4 minutos da Portaria I (Marco Zero) ou de aproximadamente 15 minutos da Portaria II (Toca da Raposa). Banheiros químicos são disponibilizados próximos as Portarias I e II nos finais de semana.

5.1.5 Ponto 5 – Mirante do Sabiá

O Mirante do Sabiá, como já é bem distante dos principais pontos turísticos da OLP, não tem como público os turistas, mas sim moradores locais ou esportistas (ciclistas, corredores, etc) que estão contornando toda a OLP. Nos finais de semana foram observados comerciantes do local. O banheiro público do mirante se encontrava trancado, assim como verificado no Ponto 3 (Figura 14). O ponto 5 não foi alvo de observação e entrevistas por ser representado pelo ponto 3 no que tange a gestão dos serviços e público alvo.

Figura 14: Banheiro público do Mirante Sabiá (Ponto 5) trancado com cadeado e sem sinalização.



Fonte: Autora

5.1.6 Ponto 6 – Mirante das Garças

Assim como nos Pontos 4 e 5, o Mirante das Garças tem como principal público moradores locais e esportistas. Nesse ponto, os comerciantes trabalham no local todos os dias da semana e têm a chave do banheiro (Figura 15).

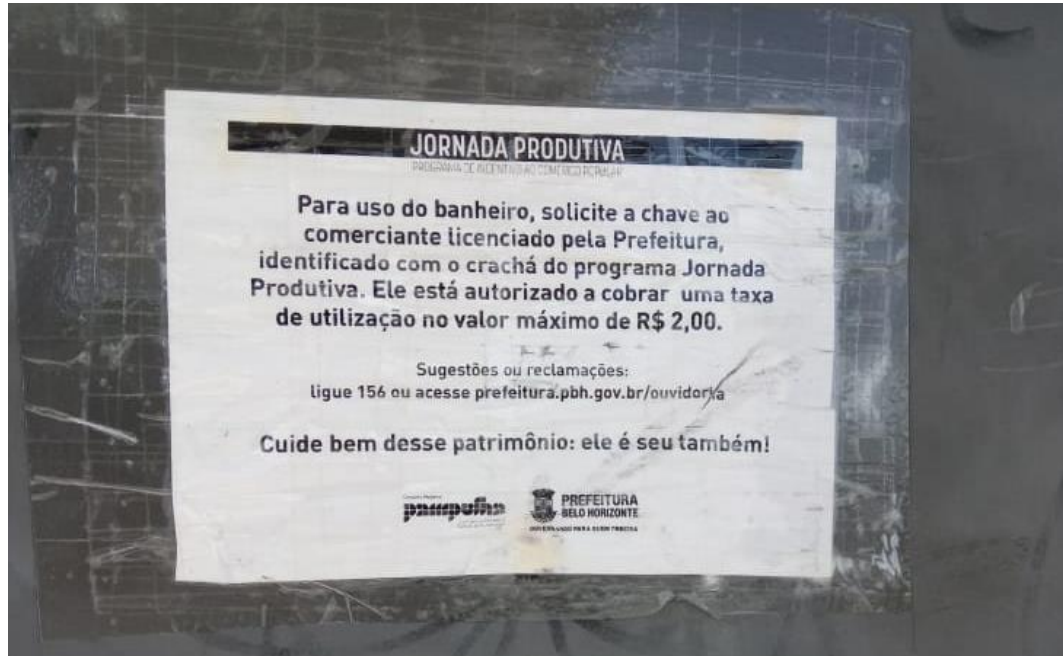
Figura 15 : Banheiro no Mirante das Garças (Ponto 6) com placa informativa sobre o serviço



Fonte: Autora.

Uma visão mais detalhada da placa na porta do banheiro contém informações sobre a parceria dos comerciantes locais com a Regional Pampulha e sobre o valor de cobrança do uso do banheiro (Figura 16).

Figura 16: Placa informativa na porta do banheiro do Mirante das Garças (Ponto 6).



Fonte: Autora.

Durante a observação foi solicitada a chave para uso do banheiro, porém o comerciante declarou não possuí-la. Em outra visitação no Mirante do Biguá (Ponto 7), o comerciante desse local comentou que o banheiro no mirante das Garças (Ponto 6) estava em funcionando novamente e a informação foi verificada ao retornar ao local e ver pessoas usando o banheiro.

5.1.7 Ponto 7 – Mirante do Biguá

No Mirante do Biguá (Ponto 7), o público é representado, principalmente, por moradores da região que fazem atividade física no local, e comerciantes ambulantes. Assim como nos outros mirantes, há uma academia ao ar livre, um bebedouro público e um banheiro físico. Durante a semana um grupo de idosos se encontra diariamente no local, conforme

observado e confirmado durante as entrevistas. O comerciante local é responsável pela chave do banheiro e trabalha entre 9h até 20h. O valor cobrado pelo uso do banheiro é de 1 real. O banheiro possui uma bacia sanitária, um mictório e pia de acionamento manual com temporizador. Também havia papel higiênico e sabonete. O banheiro não possui aberturas para ventilação (apenas a porta) e a luz não estava funcionando durante a pesquisa em campo. Apesar de ter uma porta larga que possibilite a entrada de cadeirantes, não há equipamentos de suporte dentro do banheiro para pessoas que usam cadeiras de rodas. Além disso, existe uma pilastra no meio que pode dificultar a mobilidade com a cadeira de rodas (Figura 17).

Figura 17: Imagens do interior do banheiro público no Mirante do Biguá (Ponto 7).



Fonte: Autora.

Nos finais de semana o movimento é maior, principalmente no domingo. O Ponto 7 foi alvo de observações, representando os banheiros públicos gerenciados por comerciantes locais. Apesar de placa na porta indicando a presença do banheiro e da sinalização na beira da

calçada indicando sua localização, percebeu-se que muitas pessoas não sabiam da existência desse serviço no local. Nesse ponto, não há instalação de banheiros químicos temporários.

5.1.8 Ponto 8 – Museu de Arte da Pampulha

No Museu de Arte da Pampulha (MAP) (Ponto 8), os usuários são visitantes do Museu e turistas, sendo o maior movimento no final de semana. Os banheiros no MAP são parte da arquitetura original do Cassino que funcionava da década de 1940, também planejado por Oscar Niemeyer. Segundo um funcionário do museu e também a partir das observações em campo, o banheiro passa despercebido por fazer parte da parede de espelhos do museu (Figura 18). Em termos de infraestrutura, os banheiros possuíam sabonete, papel toalha e papel higiênico.

Figura 18: Banheiros feminino (esquerda) e masculino (direita) do Museu de Arte da Pampulha (Ponto 8)



Fonte: Autora.

De acordo com a Figura 18, percebe-se que as portas de entrada são estreitas. No entanto, no interior do banheiro feminino há uma baia de banheiros para cadeirantes.

5.1.9 Ponto 9 – Casa do Baile

Assim como no Ponto 8, a Casa de Baile (Ponto 9) tem como principais usuários turistas e moradores da região a lazer. O maior movimento é no final de semana. No local funciona um restaurante e o Centro de Referência em Arquitetura, Urbanismo e Design de Belo Horizonte. Os banheiros públicos externos foram fechados (Figura 19) e os banheiros internos são abertos ao público durante o funcionamento do local (Figura 20). Durante a observação em campo, percebeu-se que os banheiros estavam limpos e possuíam sabonete, papel higiênico e ducha higiênica (Figura 20).

Figura 19: Porta de acesso ao banheiros público externo com aviso na Casa do Baile (Ponto 9).



Fonte: Autora.

Figura 20: Banheiro público interno à Casa do Baile (Ponto 9).



Fonte: Autora.

5.2 Da política pública: a perspectiva da gestão municipal

Para compreender a política pública local de banheiros públicos não basta compreender o funcionamento atual da gestão dos banheiros. Faz-se necessário compreender a política a partir da perspectiva dos gestores políticos municipais em relação às suas motivações e desafios. Isso poderia permitir elucidar e trazer considerações importantes para o desenvolvimento de uma política sistematizada.

Segundo os próprios entrevistados, o município de Belo Horizonte é dividido em nove administrações regionais, permitindo uma gestão municipal mais individualizada e descentralizada nos bairros. Antes de 2017, tais administrações regionais se configuravam como secretarias da prefeitura, ou seja, tinham autonomia para formulação, operacionalização

de políticas e tomada de decisão. Com a gestão do prefeito Alexandre Kalil (2017 - atual), a gestão da cidade passou a ser recentralizada. As regionais se tornaram coordenadorias, perderam a sua autonomia de tomada de decisão e passaram a ser vinculadas às secretarias da Prefeitura de Belo Horizonte, respondendo a esses órgãos e agindo de acordo com suas diretrizes.

A análise do conteúdo gerado a partir das entrevistas com os gestores foram categorizados em dois itens: Divisão da Política e Adversidades. Essas questões são apresentadas e discutidas a seguir.

5.2.1 Responsabilização

A primeira questão trazida pelos gestores trata da falta de definição sobre de quem é a responsabilidade pela gestão da política de banheiros públicos. Com a mudança na gestão conforme a reforma administrativa mencionada, o “*esvaziamento*” das regionais e a recentralização da gestão nas secretarias municipais, a questão dos banheiros públicos ficou sem lugar, ou como disse um dos gestores entrevistados: “*sem pai, nem mãe*” (**PBH_2**).

Na gestão atual, a responsabilidade de elaboração da política é das secretarias, enquanto de implementação e gestão do equipamento urbano, no caso dos banheiros públicos, é das coordenadorias regionais.

“(…) a gestão desses equipamentos - quem abre, quem fecha, quando, quem limpa - é feita pelas regionais. Mas no caso das políticas, as políticas não são definidas pelas coordenadorias. A coordenadoria é uma gestão de ponta, ela faz a conexão com a rua, com o cidadão, com o equipamento. Mas quem define as políticas são as secretarias mães, que no caso dos banheiros, apesar de as coordenadorias estarem vinculadas ao gabinete da Prefeitura, ele é um assunto mais complexo, né?, que envolve outras secretarias.” **PBH_1**

Buscando-se compreender a questão operacional da política de banheiros na Orla da Lagoa da Pampulha, buscou-se contato com funcionários da Regional Pampulha em vista de entender como era feita a gestão do equipamento, ou seja, como era a relação com os comerciantes responsáveis pelos banheiros dos mirantes e a sua manutenção. Após muitas

tentativas, as pessoas contactadas da Regional disseram que eles não eram as responsáveis pela gestão do equipamento e, sim, os gestores da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU). No entanto, as entrevistas com a SMPU continuaram a reforçar a importância da Regional Pampulha na gestão do equipamento e após retomar contato com essa Coordenadoria, compreendeu-se como foi construída a relação com os comerciantes e da gestão do equipamento.

“Na época que foi dada essa chave pra esse pessoal, realmente a Regional tinha essa autonomia. Hoje ela não tem mais.” **PBH_3**

“A gente foi conversar, foi ver como acontecia. De acordo com eles [os comerciantes], eles não tinham nenhum contrato, nenhuma formalidade, nenhuma concessão que dava formalidade a essa propriedade, essa posse deles do banheiro. Então... dizem eles, que foi numa época do Marcio Lacerda, que o assessor dele chegou lá, nos quatro mirantes e entregou a chave pro vendedor de coco que tava lá e pronto.” **PBH_2**

Esses relatos demonstram que a forma como o equipamento é gerido atualmente foi herdada de gestões anteriores. Um dos entrevistados comenta que trabalha há sete anos na PBH e que desde que é funcionário da Prefeitura, os banheiros dos mirantes já eram geridos pelos comerciantes. Um dos comerciantes reiterou essa afirmação ao dizer que foi realizado um abaixo assinado por parte dos moradores e dos comerciantes locais pedindo a instalação de banheiros: *“Acho que foi 2006 ou 2007 [que as chaves dos banheiros foram entregues aos comerciantes]. Tanto é que tem um abaixo assinado, inscrito lá com a gente, a gente mandou na Prefeitura...um cliente nosso mandou falando sobre os banheiros.”* (**HC_02**).

Quando questionados sobre os outros banheiros públicos da OLP, como os da Praça São Francisco de Assis e da Praça Geralda Damata Pimentel, os gestores disseram não saber mais informações, textualmente disseram *“não estar no radar”* da PBH (**PBH_5**).

No momento de recentralização, quando a SMPU já havia assumido diversos editais que envolviam o logradouro público, ficou decidido que também assumiriam o edital para os banheiros da OLP. Um dos gestores conta que para aproveitar o licenciamento dos ambulantes, surgiu a ideia de colocar como contrapartida a possibilidade de exploração do banheiro:

“ [...] porque a ideia nossa era de que o cara como contrapartida à licença dele tivesse a obrigatoriedade de cuidar da manutenção do banheiro, basicamente da limpeza. Porque se quebrar uma tampa do vaso era a Prefeitura que trocava; mas essa manutenção diária ele teria que fazer. E aí, pra subsidiar material de limpeza, todos aparatos necessários, ele poderia cobrar uma taxa, se não me engano era de um a dois reais.” **PBH_2**

Até então, três atores foram mencionados: a SMPU, os comerciantes e a Regional Pampulha. No entanto, existem outros atores envolvidos e devido ao fato de muitos deles estarem em esferas hierárquicas da PBH que se superpõem, um dos gestores entrevistados explicou com maiores detalhes essas relações que foram posteriormente representadas no fluxograma da Figura 21. Ele explica que o setor da Regional Pampulha responsável pela manutenção dos banheiros da OLP é uma gerência da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), denominada GERMAL, que por sua vez está vinculada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI). Portanto, a manutenção é responsabilidade direta da SUDECAP por meio dessa coordenadoria.

Além disso, surge um outro órgão responsável, a BELOTUR (Empresa de turismo municipal de Belo Horizonte), responsável pelos banheiros químicos. Tanto os gestores quanto os comerciantes da OLP comentaram que a ideia de colocar banheiros químicos na OLP foi do Prefeito Alexandre Kalil por ter percebido essa necessidade enquanto fazia um passeio pela orla. Por isso, aproveitou-se a licitação que a BELOTUR já possui de banheiros químicos, para colocar também em 15 pontos da OLP nos finais de semana, em vista de complementar os banheiros físicos que não são suficientes para o público que frequenta o local. Cada banheiro custa R\$73,50 por final de semana, são colocados dois banheiros por ponto, totalizando 30 banheiros, a um custo de R\$2.205, 00 por final de semana para a Prefeitura, de acordo com um dos gestores entrevistados.

Para complementar a diversidade de atores envolvidos, existem ainda outros órgãos da PBH que atuam indiretamente. Por exemplo, em relação à questão dos banheiros para pessoas em situação de rua, a SMASAC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania faz-se responsável, e em relação aos locais de esporte e lazer da cidade, a SMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer também contribui. Essa

última seria uma potencial Secretaria responsável pelos banheiros da OLP no lugar da BELOTUR, como mencionado por um dos entrevistados. Outro órgão envolvido na tomada de decisão sobre intervenções na OLP é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que deve autorizar obras em patrimônios históricos, como o Complexo Arquitetônico da Pampulha. Além disso, as intervenções também devem ser autorizadas pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) e o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM-BH) por terem jurisdição sobre o patrimônio.

Como pode-se perceber, existem não só diversos atores envolvidos, como atores de diferentes setores da administração local e de institutos estadual e nacional do Patrimônio Histórico. A intersetorialidade é uma estratégia de gestão pública e pressupõe articulação entre os setores envolvidos e complementaridade das ações em busca de responder em totalidade uma questão social (NASCIMENTO, 2010; WANDERLEY; MARTINELLI; DA PAZ, 2020). Isso pode ser ilustrado pela fala de um gestor, como pode-ser observado a seguir.

“eu não considero que seja uma política apenas da [Secretaria de] Política Urbana. Eu acho que é uma política da Prefeitura (...), porque quem faz a gestão não é a Política Urbana, são as regionais. Quem faz a disponibilização dos recursos é o gabinete do Prefeito. Quem faz o desenvolvimento dos projetos, pode ser a política urbana, pode ser a SMOBI pela SUDECAP, e quem faz a execução da obra é a SUDECAP, que vem la da SMOBI né?. Então, não tem uma secretaria que é responsável pelos banheiros.” (PBH_1)

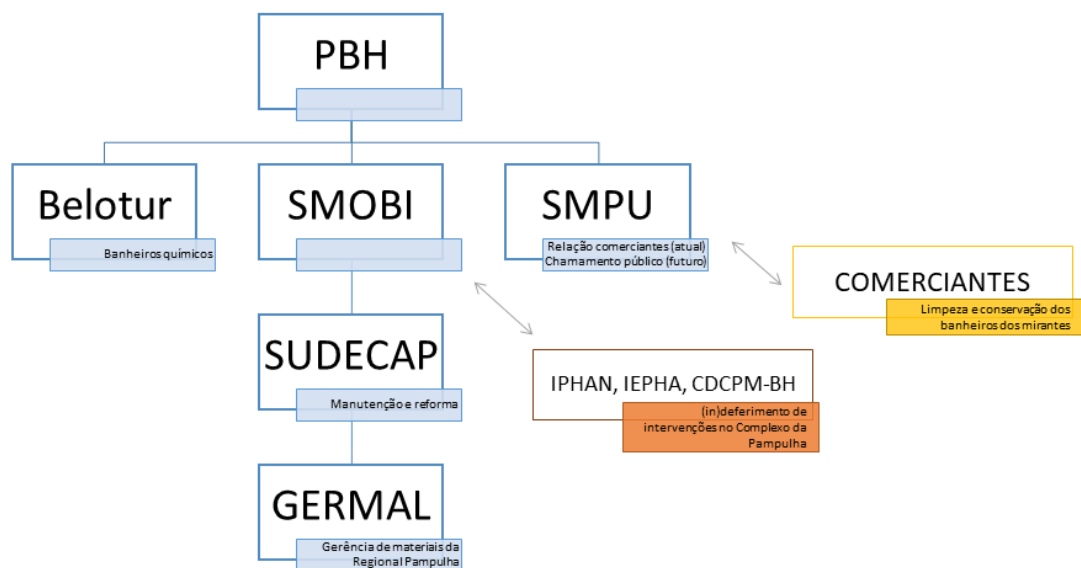
Embora esteja clara a intersetorialidade que abarca a questão, não existe uma sistematização no âmbito da política de banheiros, o que dificulta a integração entre esses atores. Essa falta de direcionamento em relação á gestão dos banheiros na OLP pode ser observada em uma fala de um gestor:

“Tem um monte de órgãos da Prefeitura diferentes [...] que têm responsabilidades parciais pela manutenção, pelo desenvolvimento da Orla, mas essa questão do banheiro, especificamente, ela não ficou sob responsabilidade clara de ninguém. E aí ficou (...) todo mundo fazendo um paliativo, então a SMPU tentando esse paliativo dos editais dos mirantes, o pessoal da Belotur com esse paliativo dos banheiros químicos, mas não caminhou para uma decisão coordenada” PBH_2

Além disso, percebe-se que a intersetorialidade no contexto da política de banheiros envolve departamentos da política urbana, do turismo e lazer, do setor de desenvolvimento da cidade e, eventualmente, da assistência social. Os setores de saneamento ou de saúde pública em nenhum momento foram envolvidos na discussão. Diferente das políticas de banheiros públicos de outros países, onde, em maioria, estão vinculadas á saúde pública (HOUSE OF COMMONS LONDON, 2008; DAHIYA; SINGH; YADAV, 2018; AUSTRALIA, 2020).

A Figura 21 representa graficamente os responsáveis pelos serviços de banheiros públicos na OLP, conforme a perspectiva dos gestores entrevistados.

Figura 21: Representação de órgãos envolvidos com a política de banheiros públicos da OLP



Fonte: Autoria própria

Segundo os gestores, não há conhecimento e informações concretas da existência de políticas sistematizadas e/ou legislação municipal que torne obrigatória a provisão de banheiros públicos. No entanto, no Código de Posturas de Belo Horizonte, Lei n. 8616/2003 (BELO HORIZONTE, 2003), a seção IV – Do sanitário público e da cabine sanitária diz:

Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da UFMG

“Art 88. O Executivo poderá instalar sanitários públicos nos locais de maior trânsito de pedestres, especialmente na Zona Central de Belo Horizonte - ZCBH , podendo delegar a terceiros, mediante licitação, a construção, manutenção e exploração do sanitário, conforme avaliação técnica. (Redação dada pela Lei nº 9845/2010)

Parágrafo Único. A instalação de sanitários somente poderá ocorrer em logradouros dotados de faixa de mobiliário urbano, nos termos do regulamento. (Redação acrescida pela Lei nº 9845/2010)” (BELO HORIZONTE, 2010)

Na redação dessa Lei, no entanto, não se torna compulsória a provisão dos banheiros públicos. No Estatuto do Pedestre, dado pela Lei Municipal n. 10.407/2012, estão dispostos no Art.2 os direitos do pedestre, sendo um deles as instalações sanitárias de uso gratuito. Em uma das entrevistas foi questionado o conhecimento dessa legislação. Apesar do desconhecimento do gestor em questão, foi feito um posicionamento sobre essa questão:

“É que o pedestre, não só o pedestre, as pessoas têm que ter direito e acesso a banheiros públicos. Acho que a prefeitura, como um todo, reconhece isso. [...] então eu acho que se o direito de acesso a banheiros tá na lei é uma coisa positiva para o cidadão demandar maior efetividade desse serviço. E isso é ótimo ne? É, mas continua sendo um desafio no âmbito do poder público.” **PBH_1**

Além das leis em vigor, buscaram-se projetos de lei (PL) que eventualmente tivessem relação com banheiros públicos no município. Foi encontrado o PL n. 1932/2016 que "Dispõe sobre a instalação, conservação e manutenção de banheiros publicos na Orla da Lagoa da Pampulha". A proposta se baseava na justificativa da pouca disponibilidade de banheiros na cidade, tendo a população que recorrer a estabelecimentos comerciais do entorno que cobram pelo uso ou que só oferecem o serviço para clientes ou, ainda, que recorrer à micção pública. Além disso, a Câmara dos Vereadores argumenta sobre a importância da tomada de responsabilidade do poder público e iniciativa privada em combater a micção pública com a instalação de banheiros e ganhar em civilidade, limpeza e higiene. Reitera-se, ainda que a necessidade de campanhas educativas. Na época, a OLP estava para receber o título da UNESCO e sediar jogos das Olimpíadas de 2016. No PL definia-se horário de funcionamento de todos os banheiros da OLP, inclusive dos que seriam construídos, de 6h às 23h, todos os dias. Estava prevista uma parceria público privada na gestão dos banheiros e a cobrança no uso dos banheiros para ser revertido em manutenção. Além disso, estava prevista a gratuidade para idosos e deficientes físicos (BELO HORIZONTE, 2016).

O PL passou pela câmara com aprovação dos vereadores em exercício e se tornou a Proposição de Lei n. 3/2018. Essa proposição foi vetada pelo prefeito Alexandre Kalil sob a prerrogativa de já estarem previstas no Código de Posturas do Município, questões relacionadas a banheiros públicos e que nessa mesma Lei existem regramentos para a instalação de mobiliários urbanos, como os banheiros públicos, inclusive prevendo a possibilidade de concessão a iniciativa privada. Além disso, reitera que prescinde ao poder legislativo, a autorização do Poder Executivo instalar banheiros públicos na cidade (BELO HORIZONTE, 2018).

No entanto, o Código de Posturas prevê a possibilidade de instalação e não a sua obrigatoriedade. A não existência de uma política pública sistematizada que torne obrigatória a oferta de banheiros de rua em locais públicos ou uma diretriz que oriente o poder público a ofertar o serviço, torna essa política refém do governo em exercício que pode tomá-la como prioritária ou não. Um dos gestores comenta que a política de banheiros é secundária tanto no executivo quanto no legislativo. É sabido que os banheiros públicos são vistos como não prioritários para a política urbana, sempre sendo cortados do orçamento (Greed, 2003).

5.2.2 Adversidades

Diversas falhas e desafios na implementação da política de banheiros foram apresentados pelos gestores durante essa pesquisa. Uma falha citada foi a própria questão da responsabilidade da política, uma vez que por não ser responsabilidade exclusiva de um órgão, ela não se torna algo prioritário. Segundo um gestor, *“o maior problema é não existir hoje na Prefeitura um dono ‘da coisa’”* **PBH_2**.

Essa questão é consequência da reformulação administrativa que recentralizou a gestão e tirou autonomia das regionais. *“Minha interpretação da coisa: quando saiu de modelo descentralizado das secretarias regionais pro modelo centralizado, esse assunto dos banheiros ficou sem pai nem mãe.”* **PBH_2**. Além disso, o arranjo da política tocante às frentes de trabalho são um dos grandes desafios a serem superados na gestão pública.

Uma das falhas decorrente do desafio da gestão da política parece ser a gestão dos banheiros físicos da Orla por parte dos comerciantes locais. Esse “convênio” é uma parceria informal que, de acordo com todos os gestores entrevistados, não está sendo eficaz. Primeiramente, chama-se atenção para o fato de que desde gestões anteriores os comerciantes são parcialmente responsáveis pela chave. No entanto, a atual gestão percebeu essa informalização e tentou reverter por meio de um chamamento em que os comerciantes da orla, tanto os ambulantes quanto os fixos, pudessem se inscrever para se responsabilizar pela chave do banheiro.

“O que aconteceu: quando o pessoal do carrinho começou a ver que a atividade não tava sustentando, que não valia a pena pra eles irem todos os dias lá, pro banheiro não ficar fechado, porque pra eles era uma contrapartida se o banheiro tivesse aberto todo dia, eles combinaram com o pessoal da kombi que ficava do lado deles lá, e entregaram a chave na mão deles. [...] e eram eles que tavam dando manutenção nos banheiros e ainda é isso, e é isso assim, só não é uma contrapartida formal porque o vínculo não é formal.” **PBH_2**

Dessa forma, a relação com os comerciantes do local não é feita por um vínculo formal e a política na informalidade apresenta diversos obstáculos a serem superados. Esse tipo de parceria com os comerciantes é algo que a prefeitura estava buscando fazer na OLP como um piloto de gestão de banheiros e, caso desse certo, seria aplicado em outros locais da cidades. Porém segundo gestores, *“deu errado, então a gente está buscando outras alternativas.”* **PBH_1**

Outra questão levantada pelos gestores foi a demanda por banheiros. Os gestores reconhecem que a quantidade de banheiros não é suficiente para o público que frequenta o local. Os gestores estão cientes de que a demanda é muito maior que a oferta e justificam a implantação dos banheiros químicos ao final de semana como uma solução paliativa até alternativas mais concretas serem encontradas. Para o órgão responsável pela licitação e contrato da empresa que disponibiliza os banheiros químicos, essa solução oferece *“mais comodidade ao turista e ao cidadão”* **PBH_4.**

No entanto, um dos gestores levanta a questão de que a Orla da Lagoa da Pampulha é Patrimônio Histórico e, novas intervenções para além de manutenção e reformas em

equipamentos já existentes, devem ser autorizados pelo IPHAN e os outros órgãos que tombaram o Complexo da Pampulha, o que torna o processo mais burocrático. Por isso, ele considera que a solução de banheiro químicos não é temporária e sim uma solução para dar um “*respiro para a população que frequenta o local*” **PBH_5**

Dentro desse contexto, buscou-se contato com o IPHAN para confirmar a informação. De acordo com o órgão, qualquer intervenção na OLP deve ser autorizada pelo IPHAN. O pedido deve ser protocolado e em até 45 dias o Órgão avalia e defere/indefer a intervenção. No entanto, o entrevistado salienta que a OLP vem sendo alvo de *intervenções imediatistas* e que o papel do IPHAN é avaliar o impacto disso a longo prazo no patrimônio e, por isso, certas intervenções não são autorizadas. Ainda, foi comentando sobre não adiantar construir novos banheiros na OLP se não colocar os que já existem para funcionar, o que deveria ser a prioridade. O Órgão afirma, ainda, que a burocracia existe para proteger o patrimônio. Para complementar, coloca como central a discussão da Prefeitura com o IPHAN antes de submeter o projeto para otimizar a avaliação e o deferimento da proposta. Comenta que há poucos anos, ainda na gestão Kalil, entrou-se com um projeto para instalação de banheiros de aço na OLP, mas que não houve avanço porque não foi um projeto discutido com o IPHAN, que não ornava com o Complexo Arquitetônico e que não conseguiam encontrar os pontos ideais de instalação dos banheiros devido ao espaço de caminhada ser estreito na maior parte da orla (**IPHAN_1**).

Para além das possíveis soluções para o problema existente, os gestores colocaram desafios recorrentes nos banheiros já implantados. A questão da depredação, vandalismo e mau uso dos banheiros foi o principal desafio citado pelos entrevistados da PBH e também por comerciantes da orla. Vasos quebrados e tubulação arrancada, entre outras situações, foram citadas. Para eles, esse tipo de demanda foi vista como “*meio que enxugar gelo, suja e limpa, suja e limpa, coloca a peça, estraga a peça*” (**PBH_1**). No ano passado, os banheiros dos mirantes foram reabertos após uma reforma que custou 100 mil reais, de acordo com um dos gestores. Em pouco mais de um ano os banheiros foram fechados novamente devido à depredação, já que não tinha responsável durante a pandemia. Um dos gestores se demonstrou

frustrado e revoltado com esse alto gasto em pouco tempo uma vez que o recurso foi proveniente do Recurso Ordinário do Tesouro (ROT), ou seja, um recurso de impostos pagos pela própria população.

Quando questionado sobre qual é a atitude da Prefeitura em relação ao vandalismo e depredação, uma vez que foi citado como recorrente, o entrevistado citou campanhas educacionais que não tiveram sucesso. Como solução, haveria a possibilidade de incluir medidas de coerção-educação, por meio da Guarda Municipal, que já faz ronda constante na OLP, ou ainda fazer um chamamento público para contratar vigias.

A manutenção de equipamentos urbanos foi citada como um dos desafios da gestão pública como um todo, não apenas dos banheiros públicos, de acordo com os entrevistados. Isso se dá pelo processo de licitação necessário para compra de materiais de reposição, como pias dos banheiros, como ilustrado pela fala de um gestor.

“Então quebrou a pia, você não tem, por alguma razão, duas, três guardadas ali na regional, você precisa fazer uma licitação e ninguém vai fazer uma licitação por causa de uma pia, vai esperar todos os banheiros, todas as pias de todos os banheiros quebrarem pra você justificar uma licitação, pra comprar um monte de pia pra trocar, e nisso passa um, dois, três, quatro anos” **PBH_2**

Nesse caso, as burocracias e os mecanismos de controle que envolvem a gestão pública parecem não conseguir dar a agilidade que a política de banheiros públicos precisa. Dessa forma, alternativas vêm sendo estudadas na Prefeitura. Uma delas seria a possibilidade de contrapartida por meio de empreendimentos da cidade, que preveem algum recurso de contrapartida para o município. No entanto, coloca-se a dificuldade de prever a estimativa do custo de depredação dos banheiros e isso dificulta colocar o banheiro como contrapartida de um empreendimento.

Para outro gestor, apesar de dizer que não é a favor de privatização e terceirização das responsabilidades da gestão municipal, no caso dos banheiros públicos ele considera possível que seja uma alternativa viável para aumentar a agilidade da gestão do equipamento. O gestor deixa claro que o valor cobrado pelo uso do banheiro seria controlado pela Prefeitura e seria

um valor para manutenção dos serviços. Segundo ele, seguindo a “*lógica de estrada, é melhor você pagar dois reais no pedágio e ter uma estrada boa do que não pagar nada e ter uma estrada cheia de buraco*” (PBH_2).

5.2.3 Reflexões sobre a gestão de banheiros públicos da OLP

Os gestores públicos apresentaram diversos desafios na conservação e manutenção de banheiros em espaços públicos, reafirmando o encontrado na revisão de literatura. Interpreta-se que devido a esses desafios, muitos municípios não garantem a provisão de banheiros em locais públicos ou não assumem os mesmos como uma prioridade. Isso se deve à falta da materialização das políticas públicas em leis, normas ou diretrizes que disponham sobre a titularidade do serviço, diretrizes da oferta e manutenção, entre outros aspectos.

Devido ao fato de a política de banheiros não ser prioritária e não ter um órgão responsável por ela, torna-se mais difícil que se torne sistematizada, apesar de os gestores terem mostrado esforços em testar alternativas para esse equipamento urbano. A OLP fazer parte de um complexo arquitetônico tombado também impõe obstáculos na agilidade da resolução de problemas, uma vez que torna ainda mais burocrático o processo de intervenção no local.

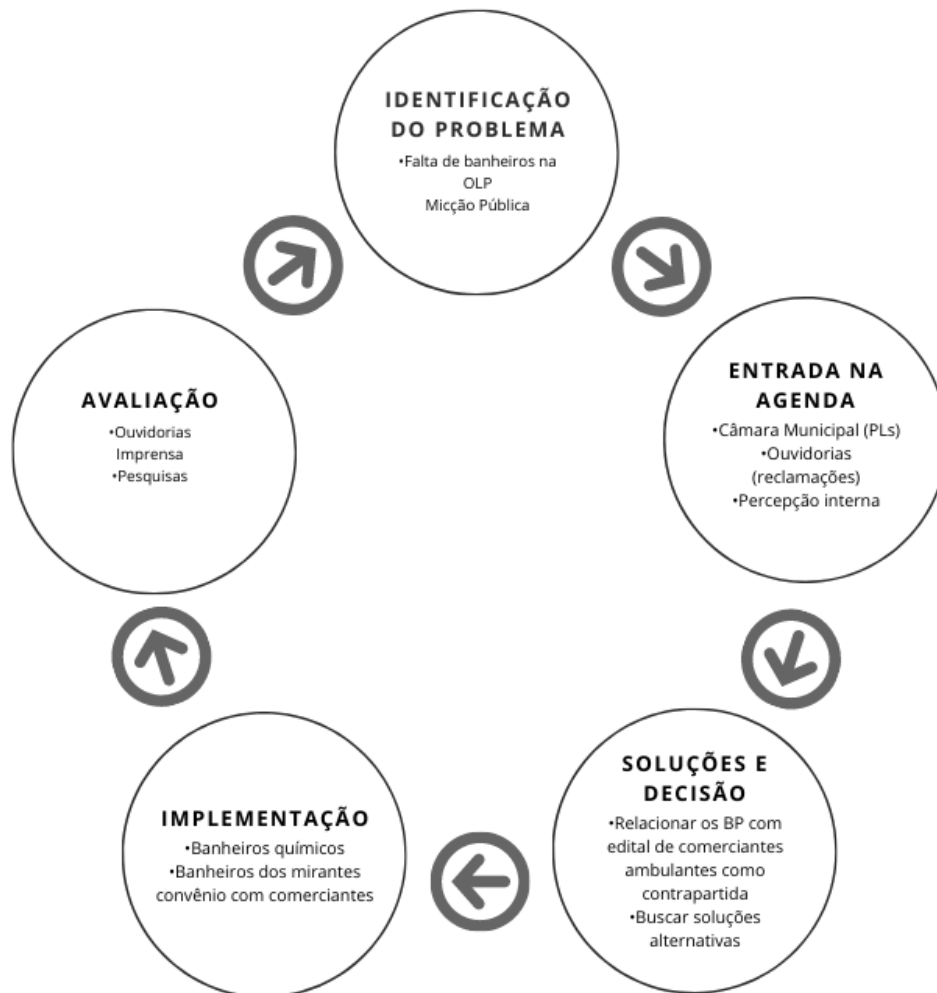
Percebe-se, então, como condicionantes da política de banheiros, a mobilização dos recursos para este equipamento urbano (que não é prioritário) e a aprovação do IPHAN. Como principais variáveis das políticas estão a priorização do equipamento, a intersectorialidade dos atores, a (falta) de responsabilização, a conservação e a manutenção dos banheiros.

Os gestores também comentaram sobre campanhas educativas realizadas na prefeitura relacionadas à conscientização da população. No entanto, no local não foram encontrados indicativos dessas campanhas. Além disso, um dos gestores falou sobre a possibilidade de colocar a guarda municipal para monitorar os banheiros e reduzir a depredação desses equipamentos.

Salienta-se que essas medidas tomadas pela Prefeitura são duas de diversas possíveis técnicas para influenciar uma mudança de comportamento da população. Como apresentando na revisão de literatura, existem diversas teorias e abordagens que abarcam essa temática. Tomando como referência a técnica da Roda de Mudança de Comportamento citada no marco teórico, os gestores da PBH mostraram ações relacionadas à educação (campanhas de conscientização), restrição (chave nos banheiros e limitação do horário) e coerção (colocar a guarda municipal para ficar próxima aos banheiros). No entanto, salienta-se que para uma efetiva mudança de comportamento, a esfera da política pública também deve ser mudada uma vez que para que as intervenções sejam efetivas há a necessidade de sistematizá-las em uma ou mais esferas da roda para além da provisão dos serviços (regulação, legislação, diretrizes, medidas fiscalizadoras, planejamento social/ambiental ou ações de comunicação e marketing). Ademais, compreender a fonte do comportamento é tão importante quanto aplicar medidas de intervenção. Quando questionados, os gestores falaram sobre o mau uso dos banheiros e do vandalismo, principalmente, por moradores em situação de rua, mostrando que questões sociais estavam envolvidas.

Ainda no âmbito da política, o ciclo de políticas públicas e as suas fases podem ser representados na Figura 22, onde estão representadas as etapas da política de banheiros do município de Belo Horizonte conforme resultados da entrevistas com gestores e de observações no local.

Figura 22: Ciclo de Políticas Públicas referente à política de banheiros da OLP



Fonte: Autoria Própria

É importante salientar que a presente pesquisa ateu-se à compreensão de quais foram as atividades atinentes às etapas do ciclo, mas de forma mais aprofundada nas etapas de avaliação por parte da opinião pública – e não da perspectiva do planejamento e da execução -

e identificação de novos problemas sob a perspectiva do público da política. Esse último será discutido no próximo capítulo.

5.3 Ao público da política

A presente seção resgata as principais questões associadas aos banheiros públicos da OLP de acordo com seus usuários, que segundo esse trabalho, se refere aos turistas, moradores da cidade e vendedores locais. Além das entrevistas, foram analisados comentários registrados no Google Local Guide (GLG). Segundo a discussão proposta para tais dados, esse capítulo está organizado em subitens: i) disponibilidade, ii) acessibilidade, iii) escolhas conflitantes, iv) saúde, v) qualidade e segurança e, vi) cobrança pelo uso do banheiro.

5.3.1 Disponibilidade

Durante essa pesquisa de mestrado, apenas 5 dos 9 pontos ao longo da orla estavam com o banheiro em funcionamento. Caso todos os banheiros existentes na OLP estivessem em funcionamento, o fator disponibilidade provavelmente não se mostraria tão presente na fala dos participantes. Foi observado durante o estudo que devido à falta de banheiros, as pessoas evitavam consumir líquidos para não sentirem vontade de urinar, como releva a narrativa:

“Nossa eu acho péssimo, nossa senhora! Gente, tinha que ter um banheiro para a gente usar. Como que você... Eu pelo menos, eu deixo minha água no carro. Aí como que você toma água...eu tomo depois que vou embora. Porque durante a atividade não tem como você tomar água, porque senão sente vontade.” **MM02_7**

De acordo com as informações encontradas na plataforma *GLG*, a falta de banheiros também aparece nos discursos coletivos formados nos pontos 1, 2, 3, 4, 6 e 8 da OLP. Em particular, o Ponto 1 apresentou 12 comentários relacionados à indisponibilidade de banheiros, que formaram o discurso coletivo a seguir:

“Não há banheiro público no local ou próximo, é inexplicável que não haja banheiros disponível aos visitantes. Sem banheiro suficiente para atender aos transeuntes, ir com criança que está desfraldando é um tanto complicado. Faltam banheiros (havia acabado de retirar os químicos) e não encontrei uma água para

beber no horário de meio dia. Pessoas estavam indo embora e comentando a mesma coisa.” **C1 a C11 – Ponto 1**

No ponto 2, 42 comentários formaram o discurso adiante, também relacionado à falta de banheiros no local:

“O espaço é bom, mas falta banheiro público. A falta de cuidado deixa a praça distante de seu potencial. Poderia ter banheiro e cobrar um valor simbólico para mantê-lo limpo. Isso iria fazer muita diferença! Sem infraestrutura para atender à demanda de pessoas que constantemente frequenta o local. Falta uma infraestrutura com banheiros e bebedouros para o público em geral. Falta uma solução permanente” **C14 a C56 – Ponto 2**

Deve se levar em consideração que os DSC foram formados por comentários do *GLG* de 2017 até fevereiro de 2020, representando a opinião das pessoas frente a gestão de banheiros do governo em exercício. No período estudado constata-se tanto a presença de banheiros quanto sua baixa disponibilidade ou ausência.

No Ponto 4, o Parque Ecológico, só existem banheiros disponíveis ao público no centro de vivência. A perspectiva das pessoas varia de acordo com suas experiências no local e em um mesmo espaço de tempo, uma pessoa poderia achar positivo a presença de banheiros no Parque, enquanto outra poderia sentir falta de banheiros no local, relacionado à quantidade de banheiros ofertados para um local de grande extensão. Nos DSC formados, há menções tanto em relação à presença adequada quanto à baixa disponibilidade de banheiros:

“O parque tem estrutura de banheiros e água. O banheiro estava em ordem e o bebedouro funcionando. Tem banheiro e bebedouro, porém não são dos melhores, mas dá pro gasto. Tem banheiros e bebedouros gratuitos!!! Conforto com banheiros internos bem distribuídos!” **C194 a C220 – Ponto 4**

“Mas tem varios problemas de estruturas, poderia ter mais bebedouros e banheiro em quantidade adequada. Faltam banheiros, precisa ter mais banheiro”. **C107 a C125 – Ponto 4**

A pesquisa mostrou que quando os entrevistados expressavam insatisfação relacionada à disponibilidade, eles interrompiam seu passeio e voltavam para casa ou procuravam um local alternativo que tivesse banheiros. No entanto, existem outras soluções encontradas pelos frequentadores da OLP, como urinar em público atrás de um carro ou de uma árvore, pagar

para entrar no Parque Guanabara para usar o banheiro local, ou até mesmo pular um muro de um terreno baldio próximo ao Ponto 2. De fato, a micção pública foi recorrente no discurso dos entrevistados e também nas observações de campo, sendo mais praticada por crianças e pessoas em situação de rua. No ponto 2, existe um *foodtruck* abandonado que foi considerado como “banheiro” - fato observado e confirmado em entrevista a um comerciante desse ponto. A micção pública decorrente da falta de banheiros públicos também foi constatada por outros pesquisadores que buscavam entender as consequências da falta de banheiros públicos (STANWELL-SMITH, 2010; GREED, 2006; COZENS; GRIEVE; ROGERS, 2019). Durante a fase de campo não foi percebido nenhum constrangimento das pessoas em contarem sua experiência em urinar na rua, principalmente porque essa situação vinha carregada da justificativa da falta de banheiros no local ou da inadequação da solução existente.

No Brasil não existe uma lei que criminalize a micção em público. Porém, se a denúncia for feita e determinada como ato obsceno, ato importuno em lugares públicos ou forma de depredação de monumento urbano, poderá ser aplicada multa e / ou até detenção (Brasil, 1940; 1941; TJDFT , 2014).

No âmbito dos banheiros da OLP, a disponibilidade está muito relacionada ao acesso principalmente porque a infraestrutura existe, mas não é colocada em funcionamento. No entanto, mesmo no Ponto 7, onde o banheiro físico funciona, há a insatisfação com a quantidade de banheiros.

Ressalta-se que a perspectiva trazida nessa seção pode ter sido impactada pela escolha metodológica em entrevistar pessoas em pontos que haviam banheiros construídos. Outras perspectivas poderiam surgir se as entrevistas tivessem sido feitas ao longo de pontos aleatórios na OLP como o maior aprofundamento nas questões relacionadas à distância e à sinalização dos banheiros.

Em relação aos banheiros químicos adotados nos finais de semana pela prefeitura, esses foram apontados como uma solução polêmica, agradando a poucos entrevistados e, perceptivelmente, não atendiam a demanda. Os equipamentos temporários foram

considerados inadequados ou em número insuficiente. Na verdade, apenas dois módulos foram colocados na Praça São Francisco de Assis (Ponto 1), que também deveria atender a demanda da Praça da Nova Pampulha (Ponto 2), sem banheiros químicos. Quando acontecem eventos esportivos no Ponto 2, os organizadores devem colocar banheiros químicos na praça como contrapartida. Por outro lado, algumas pessoas que mostraram contentamento com banheiros químicos explicaram que a solução era melhor do que nenhuma solução.

Os usuários que demonstraram satisfação com a presença de banheiros químicos na OLP, comentaram que essa solução melhorou em comparação à situação anterior, quando não havia nenhuma opção:

“Eu achei importantíssimo esses banheiros químicos [...] Mas eu achei ótimo, nossa eu sempre falava aqui precisava de um banheiro químico, a gente passava muito aperto aqui. Muita gente frequentava o banheiro da casa do Juscelino (Museu). Eu achei ótimo, achei uma ideia excelente. Aqui precisa, é um lugar público, tem muita gente. Precisa ter.” **MM02_3**.

Na perspectiva da oferta de banheiros públicos fica claro, sob a o ponto de vista dos transeuntes, que a responsabilidade é do poder público. Alguns entrevistados citaram o fato do complexo da Pampulha ser Patrimônio da Humanidade e ser de interesse para o turismo da cidade e que, por isso, deveria ter mais atenção da Prefeitura ou de outros entes federados:

“É eu sinceramente não acho a melhor solução [se refere aos banheiros químicos], acho que a Prefeitura ou o Governo Federal, por ser o patrimônio da humanidade, poderia ter alguma infraestrutura melhor para banheiro, até porque a Pampulha é um lugar bem visitado né? Bem frequentado.” **HM06_2**

A respeito dos comerciantes locais, o estudo mostrou como a falta de banheiros afeta suas próprias necessidades, uma vez que a OLP é o seu local de trabalho, mas também afeta o seu comércio. As pessoas deixam de consumir produtos, como água de coco, por saberem que não tem banheiro no local, como ilustra o trecho a seguir:

“Ah isso é muito ruim [a ausência do banheiro], ainda mais a gente que trabalha. [...]a gente tem que dar um jeito e [mas e] quem vem? turista, quem vem passear, vem correr. [...] Horrível, você transpira, mas se hidrata muito quando vai praticar esporte, você quer ir no banheiro e você vê a maioria dos corredores ai mergulhando [sentido figurado] assim na beiradinha da orla, entrando nessas ruas, procurar uma

arvore, pra usar na rua mesmo, é coisa ruim. [...] Eu já vi caso de mulher grávida, cara, passando por aqui assim, porque grávida a bexiga espreme e tal e não tem onde ir. Ai eu indico um restaurante aqui pertinho [...]. Nossa, isso acontece demais... às vezes a pessoa fala “eu vou deixar pra tomar outro dia, to precisando ir no banheiro urgente e to apertado e não tem como [...]”. Teve uma época que a igreja parece que foi... ah ganhou um título ai, mundial e tal, e veio gente do mundo todo, gente, Itália, Japão, veio muita gente, turista. E a primeira coisa que o guia perguntava era “onde tem um banheiro pra eu levar?” Não tinha. Entao, quer dizer, eu dava meu serviço, tomavam a agua de côco, mas nao tinha onde ir ao banheiro né?, é muito ruim.” **HCO1**

Durante as observações foi possível perceber que alguns vendedores adotaram alternativas como a Igreja Batista da Lagoinha e uma lanchonete (ambas na Av Octacílio Negrão de Lima, 2827), o clube da Caixa Econômica Federal e o Parque Guanabara, um parque de diversões na rua em frente à Praça São Francisco de Assis (Ponto 1), ou outros estabelecimentos comerciais. No entanto, o horário de funcionamento era restrito e os vendedores geralmente ficavam mais tempo trabalhando na OLP. No Ponto 2 observou-se que um dos onze banheiros abandonados possuía cadeado. A chave estava com um dos vendedores, para uso próprio e de membros de sua família que o ajudavam na venda.

O problema da falta de sanitários também foi relatado anteriormente em um estudo realizado na Rua Uruguaiana, importante centro comercial da cidade do Rio de Janeiro (Moreira, 2008). A autora mostrou como a falta de banheiros era a principal dificuldade expressa pelos vendedores de rua e também era apontado como a infraestrutura que as pessoas mais sentiam falta no local. Um estudo recente também mostrou a relação entre a falta de banheiros para os trabalhadores de rua e o desenvolvimento de doenças do trato urinário, confirmando-se como uma das principais causas do problema, principalmente para as mulheres (Meher e Ghatole, 2020).

Embora os banheiros públicos possam não ser uma necessidade devido à presença de outras opções no entorno, deve ser enfatizada a responsabilidade do governo em atender todos os usuários dos banheiros em locais públicos (Greed, 2006).

5.3.2 Acessibilidade

Banheiros trancados representaram uma falta de acessibilidade, conforme observado em campo e a partir dos comentários dos entrevistados e do GLG. Nesse caso, a falha no acesso ao banheiro converge para a indisponibilidade, já discutida no tópico anterior. Portanto, neste item, será discutida a questão do acesso aos banheiros – químicos e convencionais - em funcionamento.

Durante as observações foi perceptível a formação de filas para o uso dos banheiros químicos, principalmente no Ponto 1. As filas eram mais longas e mais demoradas no módulo feminino. Essa situação confirma uma das principais questões levantadas na literatura em relação a um planejamento urbano que privilegia os homens, pois não considera a diferença biológica entre os sexos (COOPER *et al.*, 2000; FLANAGAN, 2014). As mulheres também apresentavam mais dificuldade que os homens no uso do banheiro químico devido a, geralmente, carregarem bolsas ou outros objetos, e o banheiro químico não ter uma infraestrutura adequada para isso. Essa questão foi reportada também em um estudo anterior realizado na Turquia (AFACAN; GUREL, 2015). Segundo os autores, os resultados mostraram diferença significativa nas respostas entre homens e mulheres. Na presente pesquisa, foi observada uma situação particular em que uma mulher colocou seus pertences no chão ao lado de fora do banheiro químico e entrou no banheiro, confiando que ninguém pegaria seus objetos. O trecho da fala de uma entrevistada também ilustra situação parecida:

“Eu já usei quando eu tava com meu sobrinho, eu já usei um químico.. Ele veio comigo, segurou minhas coisas porque eu tava com polchete assim e eu entrei. Porque se você entra coisa com algum objeto, não tem como você usar o banheiro. Difícil...” **MM01_5**

Essas situação também foi percebida no caso de pais ou mães que estavam sozinhos com crianças e tinham dificuldade de entrar no banheiro com os objetos (bolsa/mochila, garrafa d'água, brinquedos, bicicleta etc.). Era comum que pedissem para alguém do lado de fora cuidarem de suas coisas ou ficavam com a porta entreaberta para vigiar os objetos do lado de fora. A dificuldade em levar crianças no banheiro químico foi identificada pela

pesquisadora ao observar pais e mães que tentavam ir com crianças ao banheiro e muitas vezes desistiam e levavam em outro local ou interrompiam o passeio.

O medo de deixar a criança ir sozinha ao banheiro também foi relatado, como o *medo da criança cair no buraco*, pelo fato de o banheiro ser dimensionado para adultos. Outro problema recorrente para famílias com crianças pequenas era a dificuldade para troca de fraldas. “*Não tem lugar apropriado para trocar...ou deita no chão ou deita no colo, não tem lugar próprio. E no dia de evento deveria ter né?*” **MM03_2**

Além disso dificuldades no acesso físico ao banheiro também foram reportados. Por exemplo, no DSC formado com comentários sobre o Museu de Arte da Pampulha (MAP), Ponto 8, interpretou-se a dificuldade de acesso físico aos banheiros do local:

“O banheiro que eu achei sem querer já que é intencionalmente escondido - coisa do projeto original que poderia ter sido solucionada para o uso atual, não é acessível, não sei dizer se tem outro. Deveriam ter sanitários disponíveis e bebedouro acessíveis” (C239 e C240 – Ponto 8).

O local em questão é o antigo Cassino Pampulha, como anteriormente mencionado, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e que integra o Conjunto Arquitetônico da Pampulha. Por essa razão, também é um ponto turístico cultural da região. Na visita diagnóstica, solicitou-se a localização dos banheiros para um funcionário do MAP. O banheiro é “um atrativo a parte” como mencionado no DSC, uma vez que suas portas espelhadas são como uma continuação da parede do museu e precisa ser muito observador para perceber que existe um banheiro no local, o que pode ser interessante e criativo. Porém, não agrada a todos, como foi observado no DSC supracitado. De fato, foi verificado em campo que as portas de entrada do banheiro são estreitas o que poderia dificultar a entrada de uma pessoa usuária de cadeira de rodas.

Ademais, o acesso aos banheiros também é dificultado devido a restrições no horário de funcionamento. No caso dos banheiros do ponto 4 (Parque Ecológico), que eram muito procurados por frequentadores da OLP, o acesso está restrito aos dias e horários de funcionamento do Parque (8h30 às 18h). No entanto, durante a semana e mesmo nos finais de

semana, a movimentação de pessoas começa cedo, muito antes do Parque abrir, às 8h30, e se mantém para além das 17h, horário máximo de entrada permitida no parque. O mesmo acontece com os banheiros do MAP (Ponto 8) e da Casa do Baile (Ponto 9). Durante a semana isso é mais crítico porque os frequentadores da OLP são pessoas em atividade física que frequentam a orla fora do horário comercial porque precisam ir trabalhar depois ou vão após o trabalho, e, portanto, ficam sem acesso ao banheiro.

No caso dos banheiros dos mirantes, o horário de funcionamento depende do horário que o comerciante, responsável pela chave, está no local. No ponto 7, Mirante do Biguá, o comerciante responsável pela chave dos banheiros chegava em torno de 8h30-9h. No entanto, a movimentação no local começava muito antes, por volta de 6h30/7h. Os trechos de entrevistas adiante demonstram essa situação.

“Ih isso é todo dia menina, o banheiro meu é no mato. Fica trancado, olha lá. Ele é muito bom, mas tem que ter aqui direto.” **HM01_7**;

“O bom é se a gente não precisar usar, mas você imagina uma emergência dessa. Uma emergência, o banheiro trancado. Você vai me desculpar a palavra viu moça, mas na boa, eu não passo aperto não.” **MM02_7**

Para os comerciantes, a mesma situação foi apresentada sob uma perspectiva diferente. De acordo com eles, durante o longo tempo que trabalham na OLP, eles testemunharam diversas situações que levaram a Prefeitura a limitar o funcionamento dos banheiros ou torná-los inacessíveis ao público (item 5.3.5). Em relação à disponibilidade de banheiro, o vendedor se mostrou enfático e referiu não negar o uso do banheiro a ninguém, podendo ou não pagar a taxa de manutenção (item 5.3.6).

Em suma, os banheiros da OLP não cumpriam o quesito acessibilidade no que tange aos horários de funcionamento dos banheiros dos Parque/Museus e Mirantes uma vez que não atendiam ao público que os frequentava nos horários de maior movimento nos dias de semana. Os banheiros químicos, além de só ficarem na OLP de sexta de manhã a segunda de manhã, foi percebidos como uma solução que dificulta o acesso para muitos frequentadores da Orla que levavam crianças para um passeio, por mulheres e idosos.

5.3.3 Escolhas Conflitantes

Durante as observações e entrevistas foram percebidas questões conflitantes em relação à tomada de decisão para utilizar o banheiro, principalmente os químicos. A primeira percepção foi de que em momentos de necessidade, a sinalização do banheiro químico por sexo era ignorada. Se anteriormente foi citada a formação de filas em módulos femininos, percebeu-se concomitante que no caso de não haver fila no módulos masculino, as mulheres também usavam aquele módulo ou vice-versa.

Além da sinalização do banheiro por sexo, o que importava na tomada de decisão sobre qual banheiro usar eram as condições internas do banheiro relacionadas à limpeza e odor. Essa situação, reforça Palmer *et al.* (2019) que assinalaram sobre a higiene de banheiro públicos ser motivo de escolha conflitante em detrimento da vontade de urinar. Essas condições foram tão importantes para o uso do banheiro que muitas vezes as pessoas decidiam esperar até achar outra solução que consideravam mais adequadas, procuravam outras alternativas ou mesmo interrompiam seu passeio para não precisar usar um banheiro que consideravam inadequado, situação exemplificada no trecho a seguir: *“Mas já usei, precisei de usar um banheiro químico e as vezes é terrível. Você entra, você prefere segurar até chegar em casa do que fazer uso. Se é uma necessidade de higiene, como que você vai fazer uso de um negócio que já ta imundo, que já ta inadequado?”* **HM04_3**

A falta de limpeza, segurança e mau cheiro também foram motivos apresentados por pesquisas correlatas publicadas anteriormente (DELABRIDA, 2010b; SIU;WONG, 2013; BELLANTHUDAWA *et al.*, 2018). Percebeu-se que o grau de necessidade é o que orienta a escolha conflitante entre o uso e o não uso do banheiro. O ponto de *tradeoff* de cada pessoa é particular, mas quando questionados sobre por qual motivo não usariam banheiros públicos, a resposta foi semelhante. Tendo em mente que existe uma escolha conflitante na tomada de decisão ao uso do banheiro, perceberam-se três cenários:

- i) Uso do banheiro independente das condições de higiene e limpeza por alto grau de necessidade;

- ii) Negação do uso do banheiro por condições de higiene e limpeza, optando-se pela privação da vontade ou procura por outra solução em local próximo (bares, restaurantes, “atrás” da árvore).
- iii) Negação no uso do banheiro por condições de higiene e limpeza, optando-se pela privação da vontade até não aguentar mais e/ou interromper o passeio.

Do cenário i) para os cenários ii) ou iii) existe um limiar entre o suportável e insuportável em relação à qualidade e conservação da infraestrutura. Infelizmente, não foi possível aprofundar nessa experiência dos usuários devido ao retorno a campo não ter sido possível em razão da pandemia da Covid 19. De toda forma, pode-se perceber que as questões de qualidade do serviço e questões de saúde são os *tradeoff* que levam as pessoas a não usarem o banheiro. Esses dois assuntos serão contemplados e aprofundados nos tópicos adiante.

5.3.4 Saúde

As questões levantadas pelos entrevistados relacionadas à saúde podem ser divididas em duas partes: i) higienização do banheiro e ii) falta de banheiros, ambas relacionadas a riscos que afetam a saúde do usuário. A questão da higiene dos banheiros foi marcante na fala dos transeuntes da OLP. Como discutido no tópico anterior, esse foi um fator que influenciou na escolha conflitante entre usar ou não os banheiros. Mas entender o porquê de a higiene ser fator determinante desse *tradeoff* vai além de saber que higiene e saúde estão relacionadas. Algumas pessoas demonstraram a questão da saúde e higiene de forma explícita ao citarem possíveis consequências de usarem um banheiro público, reiterando o que foi encontrado na literatura, relacionado a inadequação do local devido à sua higienização precária (NAVARRO *et al.*, 2014; YEN *et al.*, 2016; WU *et al.*, 2019).

O medo de infecção urinária foi relatado por uma mulher grávida entrevistada. Além disso, a fala adiante representa uma forte opinião relacionada ao receio de contagiar-se usando o banheiro. “*Mas tem essa questão da higienização, que realmente, você corre risco de ir ali e pegar uma bactéria fortíssima. Eu pelo menos, nesses banheiros de eventos ne, carnaval*”

coisa assim você não pode nem encostar em lugar nenhum. Você tem que ter muita cautela.”

HM02_3

A falta de banheiros também foi relacionada com questões de saúde pelos entrevistados. Nesse âmbito, os entrevistados comentaram sobre a falta de banheiro e como isso afeta suas vidas. Diversos entrevistados relataram que como eram pessoas idosas, precisavam ir mais frequentemente ao banheiro devido aos remédios de pressão, confirmado por um estudo recente (Navarro *et al.*, 2014). Os trechos a seguir representam essa situação:

“(…) é ruim pra gente. A gente tá velho, a gente precisa de um banheiro direto.”

HM01_7

“Ah eu vou te falar, isso é triste...ate minha mãe às vezes ela quer vir, ela fala: filho eu não vou. Minha mãe toma remédio, idosa tal, pra pressão e sente muita vontade de ir no banheiro. Eu fico até triste, não posso nem trazer ela aqui.” **HC01**

Em uma das entrevistas foi comentado que pessoas *com problema de bexiga evitam ir na OLP*, sabendo que o banheiro fica trancado. Fica claro como o banheiro foi percebido como importante quesito no fomento à circulação de pessoas em espaços públicos. Essa observação também foi notada por outros autores. Por exemplo, um trabalho mostrou como a presença de banheiros públicos pode ser um incentivo para que os idosos saiam mais e passem menos tempo sentados (BARNETT *et al.*, 2015). Além disso, a falta de banheiros desestimula as pessoas a usarem transporte sustentável, como caminhar, andar de bicicleta ou usar o transporte público (GREED, 2004).

Além disso, a falta de banheiros também está relacionada ao desenvolvimento de questões de saúde como foi relatado por um dos entrevistados:

“Eu tenho na minha família, uma pessoa que tava precisando usar o banheiro fazer xixi aí foi segurando, segurando, segurando, por causa de uma coisa boba dessa o médico falou que deu uma infecção, terrível. Por pouco não morreu, infecção passou para o sangue. Coisa bem assim de ficar segurando xixi” **MM02_7**

5.3.5 Qualidade e Segurança

A categoria qualidade e segurança traz luz a experiências dos usuários atinentes à conservação, manutenção e segurança dos banheiros públicos em funcionamento na OLP. As observações mostraram que os banheiros químicos, principalmente, são alvo de diversas reclamações relativas a conservação e manutenção. O trecho de uma entrevista representa essa insatisfação: *“Esses banheiros aqui não funciona (sic) nenhum. Teria que ser uma coisa mais própria, com mais higiene. Que teria um funcionário que limpasse sempre. Porque esses banheiros químicos para mim é uma verdadeira falta de respeito.”* MM03_3

Dentre os entrevistados que fizeram comentários sobre a manutenção e conservação dos banheiros, a maioria eram mulheres (12 de 17 pessoas). Durante a pesquisa, a questão de gênero foi percebida, mas não houve maior aprofundamento, pela limitação que a pandemia gerou no tempo de campo. No entanto, percebeu-se nas observações que mulheres se mostravam mais inseguras em usar banheiros químicos e na quase totalidade das observações, pediam para alguém segurar a porta do banheiro ou ficar “de guarda”. Isso pode ser um indício de que a solução de banheiros químicos foi entendida como constrangedora. Porém, maior aprofundamento por meio de entrevistas deve ser feito para aprofundar esse ponto. De toda forma, alguns homens demonstraram em sua fala uma percepção da diferença na demanda de banheiros para mulheres e homens, o que pode ser ilustrado pela fala a seguir: *“Normalmente homem não vai tanto em banheiro quanto mulher né?... a limpeza realmente deixa a desejar, o pessoal não tem cuidado sabe? É uma coisa cultural mesmo, a gente que é homem sofre menos, [para] a mulher [é mais] complicado, tem que sentar, não sei.”* HM02_3.

Essa percepção já foi afirmada na literatura. A necessidade da mulher de usar o banheiro é mais frequente, principalmente devido à menstruação, gravidez, cuidados infantis e para fins de alimentação (GREED, 1995; CAMENGA *et al.*, 2019; STEYN, 2019). Além disso, pesquisas anteriores também relataram que o medo de sentar e, alternativamente, usar posturas de agachamento em banheiros públicos pode causar problemas de saúde em

mulheres, como sintomas do trato urinário inferior (YANG, 2010; XU *et al.*, 2016; MEHER; GHATOLE, 2020)

Os comentários do GLG no ponto 4 (Parque Ecológico) também demonstra a insatisfação dos usuários com a qualidade do banheiro convencional. O DSC enfatizou que a solução era *desagradável, cheia de mosquitos, sem manutenção apropriada e mal cuidada. (C142 a C155, C157, C159 a C163, C165, C167 a C173, C175 a C179- Ponto 4)*. No entanto, também há comentários no Ponto 4 (o Parque Ecológico) elogiando o cuidado com os banheiros. Isso demonstra que a manutenção e conservação dos banheiros não era periódica ou constante ao longo do tempo nesse local. Outros pontos tinham apenas comentários elogiando a conservação dos banheiros (Pontos 6, 7 e 9).

Quando os entrevistados demonstravam insatisfação com a qualidade do serviço, no que se refere à manutenção ou à infraestrutura, questionava-se sobre qual solução se adequaria melhor às suas necessidades. Nesse sentido, os transeuntes explicavam que uma solução que os atenderia poderia ser simples, mas que tivesse *manutenção constante, alguém para limpar e vigiar*. Além disso, na maioria dos casos comentou-se que uma solução fixa seria muito mais adequada que um banheiro móvel, uma solução que tivesse pias e papel higiênico. Alguns, comentaram da importância do banheiro ser fechado para que não houvesse vandalismo e depredação da infraestrutura.

De acordo com os usuários, é responsabilidade do poder público ofertar e manter o serviço. Como já mencionado, muitos usuários citaram o fato do Complexo da Pampulha ser Patrimônio da Humanidade e de interesse turístico da cidade. A perspectiva de que a manutenção do serviço não dependia apenas no poder público ou do comerciante responsável pelo banheiro, também foi trazido pelos entrevistados. Dessa forma, a responsabilidade seria também dos próprios usuários dos banheiros, *da população entender que é do povo (MM02_7)*. A fala adiante foi muito marcante, trazendo essa perspectiva da colaboração de diversos setores da sociedade e não somente do poder público:

“As pessoas, às vezes não cuida gente! A Prefeitura acaba nem conseguindo dar manutenção (...) porque o pessoal vai destruindo tudo. Se você ver, ali na praça nova, lá tem banheiro público, tudo desativado, tudo quebrado [...] Não é assim, não há como responsabilizar só a Prefeitura, é uma coisa assim, as coisas que a gente tem que chamar a responsabilidade pro lado da gente também né? [...] porque as pessoas, (...), vai lá, suja o negócio tudo, e aí, quem vai limpar? [...]. Então, tem que procurar é fazer propaganda mais ai, educativas... cuidar mais daquilo que é nosso, porque não adianta você só dar o recurso e não cuidar, não ter uma pessoa pra manter ali, sabe? É um trabalho, assim, exige bastante colaboração mesmo, de várias partes.” **HM02_3**

Os maus cuidados com a infraestrutura por parte dos usuários também foram citados pelos comerciantes locais. De acordo com um dos comerciantes entrevistados, a motivação da Prefeitura em lacrar os banheiros se deu pela falta de cuidado dos usuários e do ponto estar sendo usado para uso de drogas. O outro comerciante comentou sobre situações recorrentes que aconteceram no banheiro em que é responsável:

“Eles vão la pegam a chave, usa o banheiro, pega papel higienico joga dentro do vaso, pega cartão e joga dentro do vaso. [...]. Eu também tenho boletim de ocorrência, porque eles tão arrombando o banheiro a noite para fazer point de prostituição, para fazer coisa. Já tem diversos BO com a gente. [...] Aí eles entram para roubar ou para fazer o que, o que eles vão encontrar la? Uma privada, uma pia, sabonete, papel higiênico e cesto. Até rodo e cesto eles ja roubaram da gente.” **HC02**

Em relação à responsabilização da manutenção, os dois comerciantes entrevistados acreditaram que a manutenção poderia ser feita pelos comerciantes locais uma vez que é de interesse deles que o banheiro esteja em funcionamento. No caso do comerciante que era responsável por um dos banheiros, foi comentado que a Regional Pampulha oferece assessoria na manutenção no caso de depredação da infraestrutura e que o contato acontecia direto entre o comerciante e o responsável pela manutenção. No entanto, enfatizou que a parte de limpeza, conservação e compra de papel higiênico é por parte do comerciante. Sobre a realização da limpeza do banheiro, ele comentou que faz limpeza frequente mas que depende da colaboração dos usuários.

Porém, apenas quatro pontos da OLP – os quatro mirantes - teve a conservação de seus banheiros feitas por comerciantes locais. Nos museus e parques ao longo da OLP, os banheiros eram administrados por serviços terceirizados. Entregar a chave aos vendedores

ambulantes pareceu uma solução parcial, ou seja, uma política incompleta, pois o serviço público falha em sua parte essencial, ou seja, na sua gestão.

A questão da higienização e limpeza de banheiros públicos já foi abordada por outros autores (AFACAN E GUREL, 2015; NAVARRO *et al.*, 2014; YEN *et al.*, 2016; WU *et al.*, 2019; CAMENGA *et al.* 2019). No entanto, esses autores deixaram de discutir em profundidade a motivação das pessoas que usam ou não os banheiros ou pela insatisfação com os equipamentos urbanos. Essa pesquisa de mestrado mostrou como a falta de limpeza foi o motivo mais relatado.

5.3.6 Cobrança pelo uso do banheiro

Essa categoria aborda o pagamento sobre o uso de banheiro públicos, relacionado à acessibilidade financeira. Em geral, as opiniões foram divergentes entre os entrevistados, enquanto alguns consideraram um *absurdo* a cobrança pelo serviço de banheiros em espaços públicos, outros, consideraram que a cobrança pelo uso do banheiro seria importante para que as pessoas valorizassem o bem público.

No primeiro caso, os entrevistados que consideraram desnecessário a cobrança pelo banheiro se pautaram no fato de que esse serviço deveria ser de responsabilidade da Prefeitura mediante os impostos pagos ao poder público, como ilustra o trecho a seguir: *“Não deveria ser pago não. A gente já paga tanto imposto, gente! Pagar pra ir ao banheiro é um absurdo”*

HM02_3

Além disso, os dados analisados mostraram que a aceitação da cobrança estava associada à sensação de mais manutenção e qualidade. Ainda, muitas pessoas sugeriram que os usuários valorizariam o banheiro se ele fosse cobrado, conforme mostrado na seguinte declaração: *“infelizmente cobrar, nem que seja uma taxa irrisória, mas assim a pessoa tem que pagar o que ela tá usando pra dar valor e manter uma pessoa vigiando, porque infelizmente nós somos um país sem cultura, higiênica, principalmente”* MM01_3.

No ponto de vista do comerciante que era responsável pelo banheiro, a taxa cobrada seria importante para manter o banheiro limpo. No entanto, ele entendeu que algumas pessoas não aceitam ser cobradas para usar o banheiro. O trecho a seguir representa o seu posicionamento:

“A pessoa está lá: “posso usar o banheiro?” Eu falo: “pode”. Às vezes eu nem peço [a taxa] porque eu coloco a placa lá por dentro e por fora. As vezes eu vejo o senso da pessoa. A pessoa chega e fala que está muito apertada, aí eu falo vai la depois você me paga. Tem gente que deixa a chave ali e vai embora [...]. Eu não faço questão de taxa de banheiro não, porque para mim é bom ná?, não é ruim não. Eu vou queimar meu filme como comerciante aqui por causa de banheiro, por causa de um real eu perco uma pessoa. Por causa de um real eu perco um cliente meu. Outra coisa, não é so pra eles é pra mim também [...] Isso aí é uma ajuda, isso aí depende do senso da pessoa. Mas ninguém aqui fica sem ir, pode ser, pessoal ai tá de prova, tanto morador de rua quanto qualquer pessoa ai. Negar eu não nego não!” **HC02**

Quando questionados sobre um valor que estariam dispostos a pagar para usar um banheiro público, muitos entrevistados disseram que deveria ser um valor simbólico para que todos pudessem pagar, já outros disseram que pagariam até 5 reais para usar um banheiro público, pois *“a questão não é o preço, é a qualidade do serviço que você oferece”* **MM02_2**.

Ressalta-se que a Regional Pampulha tem Índice de Desenvolvimento Humano – Renda de 0,859, o segundo mais alto de Belo Horizonte e acima da média do município (0,841) (PBH, 2018). Dessa forma, considerando o IDH-R, os moradores do entorno da OLP tendem a pertencer a classes média alta e alta. Essa questão pode ser percebida na perspectiva trazida na fala anterior de uma pessoa que mora no entorno e define 5 reais um valor justo, sem considerar que outras pessoas que convivem na Orla como os comerciantes e pessoas em situação de rua, por exemplo, não teriam a possibilidade financeira de pagar esse valor.

Na literatura pouca discussão foi encontrada referente à acessibilidade financeira de banheiros públicos. Stanwell-Smith (2010) afirmou que a cobrança para o uso de banheiros públicos reduz o acesso uma vez que nem todos podem pagar por esse serviço. Uma situação relatada por Clara Greed, especialista em banheiros públicos, em uma carta aberta a Casa dos Comuns de Londres, diz que cobrar por banheiros e não cobrar por mictórios só reforça a desigualdade entre homens e mulheres. Além disso, mesmo que os mictórios comesçassem a

ser cobrados, na busca por uma “igualdade”, seria comum ver homens pulando a catraca sem que ninguém os detivesse (HOUSE OF COMMONS LONDON, 2008). Em Nova York, situação similar à de Londres, os banheiros eram cobrados para mulheres, enquanto homens poderiam evitar esse gasto usando mictórios públicos de forma gratuita. Por isso, em 1975, a corte da cidade definiu que os banheiros não deveriam ter taxa de uso. No entanto, no mundo ainda há muitos banheiros de rua que são cobrados enquanto mictórios são gratuitos (ANTHONY; DUFRESNE, 2007). Apesar de na OLP não existir essa diferença, a falta de banheiros ou mesmo a cobrança pelo seu uso reforçam a desigualdade existente entre o atendimento da demanda do público feminino e o masculino, dado que as mulheres dificilmente urinam em locais públicos como relatado pelos homens, em entrevistas, e constatado em observações.

5.3.7 Reflexões sobre a perspectiva dos usuários

O trabalho revelou perspectivas dos frequentadores da Orla da Lagoa da Pampulha, um ponto turístico de grande relevância para a região. A população que frequenta a OLP tem características próprias, muitos transeuntes são moradores dos bairros do entorno da Lagoa, que como anteriormente mencionado representa um público de classe média alta e alta.

As escolhas feitas durante a pesquisa permitiram que determinadas realidades fossem captadas, como a de pessoas a lazer e em atividade física, e a de dois comerciantes que trabalham diariamente na OLP. No entanto, as limitações metodológicas impostas pela pandemia e por questões de tempo e recurso, deixa claro que as perspectivas trazidas não representam todas as tipologias de público as quais o banheiro público é relevante. A população em situação de rua, por exemplo, não foi discutida nesse trabalho e é uma das que mais sofre na falta de soluções de banheiros em espaços públicos. Apesar das limitações, entende-se que as experiências levantadas e discutidas são de extrema importância para o fortalecimento das ações municipais e da manutenção do espaço público como uma área em que a população usufrua do seu direito à cidade.

Para além das experiências das pessoas entrevistadas, a discussão desse trabalho também se pautou em experiências manifestadas no meio virtual, por meio de comentários no *Google Local Guides*. Essa ferramenta, pouco explorada na área acadêmica, se mostrou importante ao trazer contribuições voluntárias e espontâneas de pessoas que frequentam o local. Além de ter reforçado as experiências percebidas em campo, entende-se que a ferramenta possa ser usada em outros contextos e pesquisas para contribuir em diagnósticos, avaliação da opinião pública e de práticas turísticas.

6 CONCLUSÕES

O presente trabalho possui como objetivo geral compreender e analisar a provisão de banheiros públicos na Orla da Lagoa da Pampulha e verificar o atendimento aos elementos normativos dos Direitos Humanos ao Saneamento em Espaços Públicos. Apesar de diversos estudos já terem sido realizados sobre banheiros públicos, a temática ainda carece de uma abordagem com o viés do direito aos mais negligenciados com a falta desse equipamento urbano. Nesse momento, é oportuno construir uma recapitulação dos objetivos específicos e uma reflexão sobre os resultados alcançados.

Durante o trabalho foi possível identificar as características da oferta de serviços de banheiros na Orla da Lagoa da Pampulha e de seus usuários. Diferentes tipos de banheiros e gestão foram identificados, como a gestão via uma parceria informal entre a Prefeitura de Belo Horizonte e os comerciantes locais nos banheiros dos mirantes, a terceirização no caso do Parque Ecológico, Museu de Arte da Pampulha e a Casa do Baile e o aproveitamento de uma licitação da BELOTUR para disponibilizar banheiros químicos ao longo da OLP nos finais de semana. Além disso, foram identificados banheiros físicos fechados em duas praças principais da OLP. A diversidade de soluções (ou a falta de solução), além de um público diversificado, se apresentaram como desafios a serem superados na definição de soluções e alternativas para o local.

Como resultados do segundo objetivo, em que a pretensão era compreender a gestão dos banheiros, foi identificado que como política intersetorial ao planejamento urbano,

turismo, esporte e lazer e o setor de obras e infraestrutura, e no caso da OLP também do IPHAN, IEPHA e CDCM-BH a questão dos banheiros públicos se mostrou secundária nas prioridades do poder público. Os gestores apresentaram diversos desafios a serem superados, principalmente na carência de agilidade para resolver os problemas relacionados aos banheiros e recorrentes casos de vandalismo e mau uso do equipamento, tornando a manutenção custosa.

O terceiro objetivo específico, relacionado à experiência do público alvo e sua relação com os elementos normativos do DHAES-EP, percebeu-se que os principais problemas são a disponibilidade; o acesso para crianças, idosos e pessoas com deficiência; a conservação e; o pagamento dos banheiros. Também foram apontadas questões de saúde, algumas importantes para explicar as escolhas conflitantes no uso dos banheiros. A experiência do público também reflete sobre a importância da colaboração do próprio usuário entender que é um serviço de uso coletivo. No entanto, fica clara a responsabilização ao poder público.

Em suma, foi possível relacionar a experiência dos entrevistados com os elementos normativos dos DHAES-EP, demonstrando que esses elementos são essenciais e devem ser usados como base para a construção de uma política mais robusta e eficiente, a nível municipal ainda que com especificidades locais. Apesar de tais constatações parecerem óbvias, a naturalização da violação aos direitos humanos torna necessário estudos em profundidade e recomendações diretas ao poder público para que os banheiros públicos sejam vistos não só sob a ótica do direito ao saneamento, mas da saúde pública, de cidades inclusivas e sustentáveis e do fomento ao turismo.

7 RECOMENDAÇÕES

- Diante da escassez de pesquisas científicas sobre banheiros públicos e saneamento no Brasil e da sua clara importância para garantir cidades sustentáveis e inclusivas em termos dos DHAES, entende-se a necessidade de incentivar mais trabalhos sobre o tema.
- Um estudo mais abrangente na cidade faz-se necessário para uma efetiva sistematização da política pública. O estudo de caso traz importantes contribuições, mas representa apenas uma realidade em um dado momento e espaço. Por isso, compreende-se que estudos qualitativos podem ser uma alternativa para trazer uma maior representatividade para a situação de um determinado município.
- Maior aprofundamento é crucial em relação aos trabalhadores informais ambulantes, que são um dos públicos extremamente negligenciados na falta de banheiros público. Além disso, é um público que claramente não foi foco de estudos científicos no âmbito do saneamento até a data presente.
- Por fim, recomenda-se a realização de um trabalho semelhante para verificar diferenças de opinião/comportamento relacionadas aos banheiros públicos no pós pandemia Covid-19.

8 REFERÊNCIAS

ABRASPE – Associação Brasileira de Pedestres. **O pedestre – 13 condições para torná-lo feliz**. São Paulo, 2000.

AFACAN, Y.; GUREL, M. O. Public toilets: an exploratory study on the demands, needs, and expectations in Turkey. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 42, n. 2, p. 242-262, 2015.

ALAM, M.U., YEASMIN, F., BEGUM, F., RAHMAN, M., NISAME, F.A., LUBY, S., WINCH, P., UNICOMB, L. Can behaviour change approaches improve the cleanliness and functionality of shared toilets? A randomised control trial in Dhaka, Bangladesh. **Water&Sanitation for the Urban Poor**. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a0895be5274a27b200003b/DP009-ENGLISH-Can-behaviour-change-approaches-improve-the-cleanliness-and-functionality-of-shared-toilets.pdf>. Acesso em: 23/02/2021.

ALEXANDER, K. T. et al. Water, sanitation and hygiene conditions in Kenyan rural schools: are schools meeting the needs of menstruating girls?. **Water**, v. 6, n. 5, p. 1453-1466, 2014.

ANDREWS, M. W. Sanitary conveniences and the retreat of the frontier: Vancouver, 1886-1926. **BC Studies: The British Columbian Quarterly**, n. 87, p. 3-22, 1990.

ANTHONY, K. H.; DUFRESNE, M. Potty parity in perspective: gender and family issues in planning and designing public restrooms. **Journal of Planning Literature**, v. 21, n. 3, p. 267-294, 2007.

ARA - American Restroom Association. **Outdoor Toilet Facilities Availability Guidelines**. 2019. Disponível em: <https://americanrestroom.org/outdoor-toilet-facilities-availability-guidelines/>. Acesso em: 21/09/2019

AUSTRALIA. **National Public Toilet Map**. 2020. Disponível em: <https://toiletmap.gov.au/>. Acesso em: 09/06/2020

AYALA, S.O.. Banheiros públicos: acesso por trabalhadores e moradores de rua; estudo exploratório em Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015, 53p.

BALDWIN, P. C. Public privacy: Restrooms in American cities, 1869–1932. **Journal of Social History**, v. 48, n. 2, p. 264-288, 2014.

BALOGUN, S. A. et al. High level detection of extended spectrum beta-lactamase gene encoding Enterobacteriaceae in public toilets in Abeokuta, Nigeria. **Ceylon Journal of Science**, v. 49, n. 2, p. 165-172, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 225 p., 1977.

BARNETT, A. et al. Neighbourhood environment, sitting time and motorised transport in older adults: a cross-sectional study in Hong Kong. **BMJ open**, v. 5, n. 4, 2015.

BARTRAM, J.; CRONK, R.; MONTGOMERY, M.; GORDON, B.; NEIRA, M.; KELLEY, E.; VELLEMAN, Y. Lack of toilets and safe water in health-care facilities. **Bull. World Health Organ**, v. 93, n. 4, 2015.

BELLANTHUDAWA, B. K. A. et al. Assessment of current public sanitation status and demand calculation to enhance public sanitation facilities in an urban town: A study from Kegalle, Sri Lanka. **Research Symposium on Pure and Applied Sciences**, Faculty of Science, University of Kelaniya, Sri Lanka. p130, 2018.

BELO HORIZONTE. **Lei 8616, 14 de julho de 2003**. Contém o código de Postura o município de Belo Horizonte. Diário Oficial do Município. Belo Horizonte, 2003.

BELO HORIZONTE. **Lei 9845, 8 de abril de 2010**. ALTERA A LEI Nº 8.616/03, QUE CONTÉM O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Diário Oficial do Município. Belo Horizonte, 2010.

BELO HORIZONTE. **Projeto de Lei nº 1932, de 2016: Dispõe sobre a instalação, conservação e manutenção de banheiros públicos na Orla da Lagoa da Pampulha**. Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2016.

BELO HORIZONTE. **Veto à Proposição da Lei nº3/2018 que dispõe sobre a instalação, conservação e manutenção de banheiros públicos na Orla da Lagoa da Pampulha**. Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2018.

BICHARD, J.; HANSON, J.; GREED, C. Away from home (public) toilet design: identifying user wants, needs and aspirations. In: **Designing Accessible Technology**. Springer, London, 2006. p. 227-236.

BIRKLAND, T.A. Introducing the policy process In: BIRKLAND, T. **An introduction to the policy process: Theories, concepts, and models of public policy making**. Routledge, p. 3-24, 2015.

BLISS, D Z.; PARK, Y. S. Public toilets in parklands or open spaces in international cities using geographic information systems. **International Urogynecology Journal**, p. 1-7, 2019.

BLUMENTHAL, D. **Little vast rooms of undoing: Exploring identity and embodiment through public toilet spaces**. Rowman & Littlefield, 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.285, de 13 de maio de 2019**: Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.647, de 9 de abril de 2018**: Estabelece a obrigatoriedade da instalação de equipamentos para evitar o desperdício de água em banheiros destinados ao público. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018a.

BRASIL. **Lei nº 13.724, de 4 de outubro de 2018**: Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana.. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018b.

BRASIL. **Lei nº. 10.257 de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei nº. 11.445 de 5 de Janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB**. Brasília: Ministério das Cidades, 2013.

BRASIL. **Portal Câmara dos Deputados** – Relatório Resultado da Pesquisa “banheiros públicos” na seção propostas. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=relevancia&abaEspecificafalse&q=%22banheiros%20p%C3%BAblicos%22> Acesso em: 28/07/2020.

BRIDGMAN, R. Human dignity on main street: Public toilets in Canada. **Plan**, p. 27-30, 2010.

BROWN, C.; NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. The human right to water and sanitation: a new perspective for public policies. **Ciencia & saude coletiva**, v. 21, p. 661-670, 2016.

BROWN, G. Ceramics, clothing and other bodies: affective geographies of homoerotic cruising encounters. **Social & Cultural Geography**, v. 9, n. 8, p. 915-932, 2008.

BTA – BRITISH TOILET ASSOCIATION. About us. Disponível em: http://www.btalooos.co.uk/?page_id=7. Acesso em: 09/06/2020

BUCCI, M.P.D. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI (org) *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, pp.1-47, 2006.

CAMENGA, D. R. et al. US Adolescent and Adult Women’s Experiences Accessing and Using Toilets in Schools, Workplaces, and Public Spaces: A Multi-Site Focus Group Study to Inform Future Research in Bladder Health. **International journal of environmental research and public health**, v. 16, n. 18, p. 3338, 2019.

CAO, Y.; HANG, C. K.; FUNG, J. C. Using walk-along interviews to identify environmental factors influencing older adults’ out-of-home behaviors in a high-rise, high-density neighborhood. **International journal of environmental research and public health**, v. 16, n. 21, p. 4251, 2019.

- CHEMTOB, D. et al. " Getting AIDS: not in my backyard." Results from a national Knowledge, Attitudes and Practices survey. **IMAJ-RAMAT GAN-**, v. 8, n. 9, p. 610, 2006.
- COCHRAN, C. L.; MALONE, E F. Basic Concepts in Public Policy In: COCHRAN, C. L.; MALONE, E F. (Org) **Public policy: Perspectives and choices**. Sydney: McGraw-Hill College, p. 1-25, 2005.
- COMPARATO, F. K. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. **Revista dos Tribunais**, v. 737, p. 11-22, 1997.
- CONDÉ, E.S. Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v. 2, n. 2, 2013.
- COOPER, A. et al.. Rooms of Their Own: Public toilets and gendered citizens in a New Zealand city, 1860-1940. **Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography**, v. 7, n. 4, p. 417-433, 2000.
- COSWOSK, E.D et al. Having a toilet is not enough: the limitations in fulfilling the human rights to water and sanitation in a municipal school in Bahia, Brazil. **BMC public health**, v. 19, n. 1, p. 137, 2019.
- COZENS, P.; GREIVE, S.; ROGERS, C.. ‘Let’s be friends’; exploring governance, crime precipitators and public safety in the night-time economies of Cardiff (Wales) and Perth (Australia). **Journal of Urbanism: international research on placemaking and urban sustainability**, v. 12, n. 2, p. 244-258, 2019.
- CRONK, R.; BARTRAM, J.. Environmental conditions in health care facilities in low-and middle-income countries: coverage and inequalities. **International journal of hygiene and environmental health**, v. 221, n. 3, p. 409-422, 2018.
- CRONK, R.; SLAYMAKER, T.; BARTRAM, J.. Monitoring drinking water, sanitation, and hygiene in non-household settings: Priorities for policy and practice. **International Journal of Hygiene and Environmental Health**, v. 218, n. 8, p. 694-703, 2015.
- DAHIYA, R., SINGH, G., YADAV, N. Performance improvement strategies for public sanitation infrastructure in Haridwar: a case of public toilets. **International Journal of Civil Engineering and Technology (IJCIET)**, v.9, n.9, p. 1687–1700, 2018.
- DAVEY, H.; IMMS, C.; FOSSEY, E. “Our child’s significant disability shapes our lives”: experiences of family social participation. **Disability and rehabilitation**, v. 37, n. 24, p. 2264-2271, 2015.
- DAVIS, R. et al. Theories of behaviour and behaviour change across the social and behavioural sciences: a scoping review. **Health psychology review**, v. 9, n. 3, p. 323-344, 2015.
- DE ARAÚJO, I.S.A; CHAVES, L.H.; RIBEIRO, L.M.M.“No cadeia não tem nada disso não”: a percepção da saúde pelas internas do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade “In prison it is not like this”: the perception of health by internals of Centre of

Reference to the Pregnant. **Revista brasileira de ciências criminais**, n. 162, p. 345-382, 2019.

DEL RÍO ALMAGRO, A.; RODRÍGUEZ, O.C. Aseos públicos y ficciones de sexo-género: una investigación desde las prácticas artísticas. **Opción: Revista de Ciencias Humanas y Sociales**, n. 7, p. 55-73, 2016.

DELABRIDA, Z.N.C. Efeito de *prompts* no comportamento de usuários de banheiros públicos. **Psicologia IESB**, v. 2, n.1, p. 1-12, 2020a.

DELABRIDA, Z.N.C. **O cuidado consigo e o cuidado com o ambiente físico: Estudos sobre o uso do banheiro público**. Tese de doutorado do Programa de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2010b.

DITRICH, J. From dominatrix to lawyer: A case study in the application of PSH therapy to a fear of using public toilets. **Australian Journal of Clinical Hypnotherapy and Hypnosis**, v. 20, n. 2, p. 112, 1999.

DURRANS, S. Behaviour Change for Water, Sanitation and Hygiene. SHARE. 2018. Disponível em: https://www.pseau.org/outils/ouvrages/share_behaviour_change_for_wash_policy_brief_2_018.pdf. Acesso em: 23/02/2021.

DWIVEDI, K. K et al. Enteric opportunistic parasites among HIV infected individuals: associated risk factors and immune status. **Japanese journal of infectious diseases**, v. 60, n. 2/3, p. 76, 2007.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1992.

ELLIS, S.J.; MCNEIL, J.; BAILEY, L. Gender, stage of transition and situational avoidance: a UK study of trans people's experiences. **Sexual and Relationship Therapy**, v. 29, n. 3, p. 351-364, 2014.

FAKTOR, A. et al. Access and exclusion. **Journal of Human Security**, v. 7, n. 3, p. 10, 2011.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Sistema prisional e direitos humanos**. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. – Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2015. 120p. – Cadernos FGV DIREITO RIO.

FIGUEIREDO, M.Z.A.; CHIARI, B.M.; GOULART, B.N.G. Discurso do Sujeito Coletivo: umabreve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. **Distúrb Comun**, São Paulo, v25, n1, p 129 -136, 2013.

FIOCRUZ. **A Lagoa da Pampulha e a esquistossomose**. S.I. Disponível em: <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/a-lagoa-da-pampulha-e-a-esquistossomose/>. Acesso em: 15/01/2020

- FITZGERALD, J. et al. Health outcomes and quasi-supervised settings for street injecting drug use. **International Journal of Drug Policy**, v. 15, n. 4, p. 247-257, 2004.
- FLANAGAN, M. Private needs, public space: public toilets provision in the Anglo-Atlantic patriarchal city: London, Dublin, Toronto and Chicago. **Urban History**, v. 41, n. 2, p. 265-290, 2014.
- FLICK, U. **Introdução a metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Peso, 2013.
- FRYE, E. A.; CAPONE, D.; EVANS, D. P. Open Defecation in the United States: Perspectives from the Streets. **Environmental Justice**, v. 12, n. 5, p. 226-230, 2019.
- GARCIA, D. A. et al. A sustainable requalification of bracciano lake waterfront in trevignano Romano. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, v. 10, n. 2, p. 155-164, 2015.
- GERHARDTS, A. et al. A model of the transmission of micro-organisms in a public setting and its correlation to pathogen infection risks. **Journal of applied microbiology**, v. 112, n. 3, p. 614-621, 2012.
- GOODIN, R. E.; REIN, Martin; MORAN, Michael. The public and its policies. In: **The Oxford handbook of public policy**. 2006.
- GREED, C. H. Planning for women and other disenabled groups, with reference to the provision of public toilets in Britain. **Environment and Planning A**, v. 28, n. 3, p. 573-588, 1996.
- GREED, C. H. Public toilet provision for women in Britain: An investigation of discrimination against urination. In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 1995. p. 573-584.
- GREED, C. Join the queue: Including women's toilet needs in public space. **The Sociological Review**, v. 67, n. 4, p. 908-926, 2019.
- GREED, C. Taking women's bodily functions into account in urban planning and policy: public toilets and menstruation. **Town Planning Review**, v. 87, n. 5, p. 505-524, 2016.
- GREED, C. The role of the public toilet: pathogen transmitter or health facilitator?. **Building Services Engineering Research and Technology**, v. 27, n. 2, p. 127-139, 2006.
- GREED, C.. **Inclusive urban design**. Routledge, 2003.
- GREED, C.; DANIELS, I.. **User and provider perspectives on public toilet provision**. University of the West of England, 2002.
- GUPTA, A. K. et al. Phylogenetic characterization of bacteria in the gut of house flies (*Musca domestica* L.). **FEMS microbiology ecology**, v. 79, n. 3, p. 581-593, 2012.
- HELLER, L.. **Human Rights to water and sanitation in spheres of life beyond the household with an emphasis on public spaces**. Human Rights Council, UN. 2019.

- HERLITZ, C.; BRORSSON, B. Facing AIDS: Reactions among police officers, nurses and the general public in Sweden. **Social Science & Medicine**, v. 30, n. 8, p. 913-918, 1990.
- HILLMAN, J. Knowledge, attitudes, and experience regarding HIV/AIDS among older adult inner-city Latinos. **The International Journal of Aging and Human Development**, v. 66, n. 3, p. 243-257, 2008.
- HOUSE OF COMMONS LONDON. **HC 636 Provision of Public Toilets**. 2008.
- HOWARD, G. et al. COVID-19: urgent actions, critical reflections and future relevance of 'WaSH': lessons for the current and future pandemics. **Journal of Water, Sanitation and Hygiene for Development**, 2020.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems**. Toronto: Oxford University Press, 1955.
- HUTTINGER, A. et al. Water, sanitation and hygiene infrastructure and quality in rural healthcare facilities in Rwanda. **BMC health services research**, v. 17, n. 1, p. 517, 2017.
- ILO - International Labour Office. **WASH@Work: a Self-Training Handbook**. 2016.
- JASPER, C.; LE, T.; BARTRAM, J. Water and sanitation in schools: a systematic review of the health and educational outcomes. **International journal of environmental research and public health**, v. 9, n. 8, p. 2772-2787, 2012.
- JEFFREYS, S. The politics of the toilet: A feminist response to the campaign to 'degender' a women's space. In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 2014. p. 42-51.
- JOVIĆEVIĆ, L. et al. Awareness of HIV/AIDS and other sexually transmitted infections among the Montenegrin seafarers. **Vojnosanitetski preglod**, v. 76, n. 1, p. 24-29, 2019.
- KITCHIN, R.; LAW, R. The socio-spatial construction of (in) accessible public toilets. **Urban studies**, v. 38, n. 2, p. 287-298, 2001.
- KLEE, H.; MORRIS, J. Factors that characterize street injectors. **Addiction**, v. 90, n. 6, p. 837-841, 1995.
- KLEIN, H. Anonymous sex and HIV risk practices among men using the Internet specifically to find male partners for unprotected sex. **Public health**, v. 126, n. 6, p. 471-481, 2012.
- KOGAN, T. S. Public restrooms and the distorting of transgender identity. **NCL Rev.**, v. 95, p. 1205, 2016.
- KWAN, T. H.; LEE, S. S. Predictors of HIV testing and their influence on PrEP acceptance in men who have sex with men: a cross-sectional study. **AIDS and Behavior**, v. 22, n. 4, p. 1150-1157, 2018.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: Educs, 2003

- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C; MARQUES, M.C.C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciência & Saúde Coletiva**, v14, n4, p 1193-1204, 2009
- LEFREVE, F.; LEFREVE, A.M.C. O sujeito coletivo que fala. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.10, n.20, p.517-24, 2006.
- LIGHT, B.; MITCHELL, P.; WIKSTRÖM, P.. Big Data, method and the ethics of location: A case study of a hookup app for men who have sex with men. **Social Media+ Society**, v. 4, n. 2, p. 2056305118768299, 2018.
- MAISA, A. et al. Risk behaviours of homeless people who inject drugs during an outbreak of hepatitis C, Northern Ireland, 2016-2017. **Journal of viral hepatitis**, v. 26, n. 12, p. 1377-1387, 2019.
- MARA, D. et al. Sanitation and health. **PLoS medicine**, v. 7, n. 11, 2010.
- MEHER, S.R.; GHATOLE, P.S. A study of common health problems and utilization of healthcare facilities among self-employed street vendors of Chandrapur district of Maharashtra. **Int J Community Med Public Health** 2020, v 7, p. 2782-9.
- MEIER, B. M. et al. Translating the human right to water and sanitation into public policy reform. **Science and engineering ethics**, v. 20, n. 4, p. 833-848, 2014.
- MELLER, H. Gender, citizenship and the making of the modern environment. In: **Women and the Making of Built Space in England, 1870–1950**. Routledge, 2017. p. 25-44.
- MICHIE, S.; JOHNSTON, M. Theories and techniques of behaviour change: Developing a cumulative science of behaviour change. 2012.
- MICHIE, S.; VAN STRALEN, M. M.; WEST, R. The behaviour change wheel: a new method for characterising and designing behaviour change interventions. **Implementation science**, v. 6, n. 1, p. 42, 2011.
- MINAS GERAIS. **Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Legislação**. 2017. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/legislacao/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/160-conjunto-arquitet%C3%B4nico-da-pampulha>. Acesso em: 03/01/2020
- MINAYO, M.C.S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos controversias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 01-12, 2017.
- MINAYO, M.C.S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: Romeu Gomes, S.F.D.; Minayo, M.C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.
- MINAYO, M.C.S; RIBEIRO, A.P. Condições de saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2031-2040, 2016.
- MOLOTOCH, H. Introduction: Learning from the loo. In: **Toilet: Public restrooms and the politics of sharing**. NYU Press, 2010. p. 1-20.

MOORE, S.E.; BREEZE, S. Spaces of male fear: The sexual politics of being watched. **British Journal of Criminology**, v. 52, n. 6, p. 1172-1191, 2012.

MOREIRA, A. O mercado popular da rua uruguaiana: uma ambiência para o comércio informal. **Anais do II Colóquio nternacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem**, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/?evento=ii-cincci>. Acesso em: 28/07/2020.

MORGAN, C. et al. Water, sanitation, and hygiene in schools: Status and implications of low coverage in Ethiopia, Kenya, Mozambique, Rwanda, Uganda, and Zambia. **International journal of hygiene and environmental health**, v. 220, n. 6, p. 950-959, 2017.

MOSLER, H.-J.; CONTZEN, N. **Systematic behavior change in water, sanitation and hygiene. A practical guide using the RANAS approach**. Version 1.1. Dübendorf, Switzerland: Eawag, 2016.

MURATA, Y. The meaning of maleness in public space in Japan. **Geographical Review of Japan**, v. 75, n. 13, p. 813-830, 2002.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 101, p. 95-120, 2010.

NAVARRO, J.H.N. et al. Percepção dos idosos jovens e longevos gaúchos quanto aos espaços públicos em que vivem. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 461-470, 2015.

NIGATU, W. et al. Comparative study on the level of bacteriological contamination of automatic teller machines, public toilets and public transport commercial motorcycle crash helmets in Kigali City, Rwanda. **East African medical journal**, v. 91, n. 12, p. 467-476, 2014.

NIRTA, C. Trans Subjectivity and the Spatial Monolingualism of Public Toilets. **Law and Critique**, v. 25, n. 3, p. 271-288, 2014.

NÓREN, L. Only Dogs Are Free to Pee: New York Cabbies' Search for Civility. In: **Toilet: Public restrooms and the politics of sharing**. New York: New York University Press, 2010.

ONU- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Nova Agenda Urbana. 2016. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf?fbclid=IwAR2koIM7MtgBh6i57G4fxWeWpbK52Jr7sXIrGdBbJF81bF2GSzY527FWdAY>. Acesso em: 29/07/2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Agenda 2030**. 2015.

PAEZ, J.A.. Banheiros públicos: fronteiras do gênero. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, v 9., p. 94-110, 2017.

PALMER, M. H. *et al.* "A secret club": focus groups about women's toileting behaviors. **BMC women's health**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2019.

PARK, Y. S.; BLISS, D. Z. Availability of Public Toilets in Parks and Recreational Sites in Selected US Cities. **Journal of Wound Ostomy & Continence Nursing**, v. 46, n. 3, p. 235-239, 2019.

PARKIN, S.; COOMBER, R. Fluorescent blue lights, injecting drug use and related health risk in public conveniences: Findings from a qualitative study of micro-injecting environments. **Health & Place**, v. 16, n. 4, p. 629-637, 2010.

PATEY, A.M. et al. Changing behaviour ‘more or less’—do theories of behaviour inform strategies for implementation and de-implementation? A critical interpretive synthesis. **Implementation Science**, v. 13, n. 1, p. 134, 2018.

PBH-Prefeitura de Belo Horizonte. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-desenvolvimento-humano-municipal-de-belo-horizonte>. Acesso em 10/03/2021.

PBH-Prefeitura de Belo Horizonte. **Parque Ecológico da Pampulha**. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-ecologico-da-pampulha>. Acesso em 02/07/2020

PETERS, B.G. What is public policy? In: PETERS, B. **American public policy**. Chatham, NJ: Chatham House, p. 20-34, 2015.

PLASKOW, J. Taking a break: Toilets, gender, and disgust. **South Atlantic Quarterly**, v. 115, n. 4, p. 748-754, 2016.

PORTER, S. B. Public knowledge and attitudes about AIDS among adults in Calcutta, India. **AIDS care**, v. 5, n. 2, p. 169-176, 1993.

POTASMAN, I.; OREN, A.; SRUGO, I. Isolation of Ureaplasma urealyticum and Mycoplasma hominis from public toilet bowls. **Infection Control & Hospital Epidemiology**, v. 20, n. 1, p. 66-68, 1999.

RAMSTER, G.; GREED, C.; BICHARD, J.A. How inclusion can exclude: The case of public toilet provision for women. **Built Environment**, v. 44, n. 1, p. 52-76, 2018.

REDDY, Y. M.; RAGHAVAN, S.; VEDALA, S.C. A Narrative Exposition on Public Toilet Usage by Women: A Study from Warangal. **Indian Journal of Gender Studies**, v. 26, n. 1-2, p. 108-137, 2019.

SAAD, S.G. Water and sanitation in hospitals integrated environmental management a serious forgotten issue. In: **Eleventh International Water Technology Conference**. 2007. p. 695-701.

SANDERS, J.; STRYKER, S.. Stalled: Gender-neutral public bathrooms. **South Atlantic Quarterly**, v. 115, n. 4, p. 779-788, 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 14.541, de 14 de setembro de 2011**. Assegura a gratuidade na utilização de banheiros públicos nas estações rodoviárias no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2011.

- SCHAPPER, J. The writing is on the wall: the text (ure) of women's toilets in Australia. **Gender, Place & Culture**, v. 19, n. 4, p. 494-517, 2012.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SERLIN, D. Pissing without Pity. In: **Toilet: Public restrooms and the politics of sharing**. New York: New York University Press.2010.
- SERPA, A. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2018.
- SIBIYA, J.E.; GUMBO, Jabulani Ray. Knowledge, attitude and practices (KAP) survey on water, sanitation and hygiene in selected schools in Vhembe District, Limpopo, South Africa. **International journal of environmental research and public health**, v. 10, n. 6, p. 2282-2295, 2013.
- SILVA, P.N. **Direitos humanos e vulnerabilidade social: o acesso à água e ao esgotamento sanitário de pessoas em situação de rua**. Tese de Doutorado do Programa de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas René Rachou – FioCruz, Belo Horizonte, 2017.
- SIMONS, H. **Case study research in practice**. London: Sage.2009.
- SIMONS, H. Case Study Research: In-Depth Understanding in Context. In: Leavy, P. (ed.) **The Oxford Handbook of Qualitative Research**. Oxford University Press, 2014.
- SIU, K. W. M. Public Toilets for Visually Impaired Persons: Application of the Principles of Universal Design. **International Journal of Interdisciplinary Social Sciences**, v. 6, n. 2, 2011.
- SIU, K. W. M; WONG, M. M. Y. Promotion of a healthy public living environment: participatory design of public toilets with visually impaired persons. **Public health**, v. 127, n. 7, p. 629-636, 2013.
- SMALL, W. et al. Public injection settings in Vancouver: physical environment, social context and risk. **International Journal of Drug Policy**, v. 18, n. 1, p. 27-36, 2007.
- SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86, 2007.
- SOUZA, C. Estado e política de saneamento no Brasil. in REZENDE, S.C (org). **Cadernos temáticos para o panorama do saneamento básico no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2011.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, C.M.N. et al. **Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2015.
- STANWELL-SMITH, R. Public toilets down the drain? Why privies are a public health concern. **Public Health**, v. 124, n. 11, p. 613-616, 2010.

STEYN, R. Constructed gender discrimination: Reflections on a long and winding road. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 8, n. 5, 2019.

TIDWELL, J.B. et al. Effect of a behaviour change intervention on the quality of peri-urban sanitation in Lusaka, Zambia: a randomised controlled trial. **Lancet Planet Health**, v. 3, p. e187–96, 2019.

TIJM, M.; CORNIELJE, H.; EDUSEI, A.K. ‘Welcome to my life!’ Photovoice: Needs assessment of, and by, persons with physical disabilities in the Kumasi Metropolis, Ghana. **Disability, CBR & Inclusive Development**, v. 22, n. 1, p. 55-72, 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS-TJDFT. **Urinar na rua.** Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/urinar-na-rua#:~:text=Art.,a%20um%20ano%2C%20ou%20multa>. Acesso em 01/09/2020

TRISNAWATI, S.; SRIWARNO, A.B. Visual perception of the depiction of human figures in pictorial signage of public toilets. **Cogent Arts & Humanities**, v. 5, n. 1, p. 1553325, 2018.

UNESCO. **Conjunto Moderno da Pampulha.** 2017. Em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/pampulha-modern-ensemble/>. Acesso em: 15/10/2019

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY -UNGA. **Resolution 64/292: The human right to water and sanitation.** 2010

VELLEMAN, Y.; NORTHOVER, H. Mass Behaviour Change campaigns; what works and what doesn't. Water Aid, 2017.

WALES. **The Provision of Toilets in Wales: Local Toilets Strategies. Part 8 of the Public Health (Wales) Act 2017: Provision of Toilets.** Welsh Government. 2018.

WANDERLEY, M.B.; MARTINELLI, M.L.; DA PAZ, R.D.O. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 137, p. 7-13, 2020.

WHO/UNICEF. **Joint Monitoring Programme for Water Supply, Sanitation and Hygiene.** 2020. Disponível em: <https://washdata.org/>. Acesso em: 30/05/2020

WU, D. et al. A mixed-methods study on toilet hygiene practices among Chinese in Hong Kong. **BMC Public Health**, v. 19, n. 1, p. 1654, 2019.

WUMBA, R. et al. Epidemiology, clinical, immune, and molecular profiles of microsporidiosis and cryptosporidiosis among HIV/AIDS patients. **International journal of general medicine**, v. 5, p. 603, 2012.

XU, D. et al. Toileting behaviour and related health beliefs among Chinese female nurses. **International journal of clinical practice**, v. 70, n. 5, p. 416-423, 2016.

YANG, K.N. et al. Female voiding postures and their effects on micturition. **International urogynecology journal**, v. 21, n. 11, p. 1371-1376, 2010.

YEN, Y. et al. An assessment of the knowledge and demand of young residents regarding the ecological services of urban green spaces in Phnom Penh, Cambodia. **Sustainability**, v. 8, n. 6, p. 523, 2016.

YEON, J.W.; CHANG, M. W.; KIM, K.H. Detection and isolation of genital Mycoplasmas from public toilet bowls. **Journal of Bacteriology and Virology**, v. 32, n. 3, p. 231-238, 2002.

YIN, R.K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno; Revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre : Penso, 2016.286 p.

ZIEGLER, R.; KARANJA, B.H.K.; DIETSCHKE, C. Toilet Monuments: an investigation of innovation for human development. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 14, n. 3, p. 420-440, 2013.

9 APÊNDICES

9.1 APÊNDICE 1 – Roteiro das entrevistas semiestruturadas

Roteiro I – Roteiro para entrevista com comerciantes/ambulantes

Ordem	Questão
1	Qual o seu nome?
2	Há quanto tempo trabalha na OLP?
3	Qual a sua rotina de trabalho? (Compreender quanto tempo a pessoa fica na OLP, dias da semana e horários)
4*	Você sabe onde tem banheiro na OLP? Você já o usou? Porque usou/não usou ele? Tem algum banheiro ‘alternativo’? Qual banheiro você prefere? Como você faz para usar banheiro na OLP?
4A* (Se não, 4B*)	Como você se sente ao usar os banheiros?
4B*	Você já teve que segurar a vontade de usar o banheiro por falta de opção?/por trabalhar em um local ser fornecimento de banheiros?
5* (Se sim, 5A*)	Muita gente te pergunta sobre a localização dos banheiros?
5A*	O que você responde?
5A**	Como você se sente ao ter que responder isso?
6**	Como surgiu a relação com a Regional Pampulha?
7**	Por que esse é ainda o único ponto de banheiro físico aberto?
8**	Quem é o responsável pela manutenção/limpeza dos banheiros? Com qual frequência é feita? Caso seja o próprio ambulante, é ele quem compra os produtos de limpeza? Alguém dá algum subsídio?
9**	Muita gente vem procurar você para usar os banheiros?

10 (Se negativa, 14A)	O que você acha da atual solução de banheiros da OLP?
10^a	O que você sugere?/ Como você espera que sejam os banheiros da OLP?

* ponto que não possui banheiro físico ** ponto que possui banheiro físico

Roteiro II – Roteiro para entrevista com pessoas a lazer/ turistas/atividade física

Ordem	Questão
1	Qual o seu nome?
2	Mora em BH? Perto da Lagoa?/ De qual cidade você veio?
3	Com que frequência você vem à OLP?
4	Quando você vem à OLP quanto tempo você gasta na região?
5	Você sabe onde ficam os banheiros da OLP caso precise usar?
6 (Se sim 6A, se não 7)	Você tem filhos? Já passeou com ele na lagoa? Alguma vez você/seu filho já precisou usar o banheiro?
6A (Se sim 6B, se não 7)	Você encontrou/usou o banheiro?
6B	Qual banheiro você/seu filho usou?
6C	O que você achou do banheiro? Você teve que pagar? O que você achou da iluminação, limpeza, ventilação, acessibilidade, localização? Você acha que a solução existente é adequada? Como você se sentiu por ter que pagar pelo uso do banheiro?*
6D	Você acredita que os banheiros na OLP deveriam ser cobrados? Se sim, qual valor você considera viável? Por que? Se não, por que? Qual sugestão para melhorar o fornecimento dos serviços de banheiro?
7	Você/Seu filho ficou segurando a vontade de ir ao banheiro? Como você se sentiu ao perceber que não teria como usar o banheiro? Isso afetou de alguma forma o seu passeio?
8	Tem algum lugar turístico que você já foi que a solução de banheiro te atendeu bem? Como era?
9	Como você espera que sejam os banheiros da OLP? Qual sugestão para melhorar o fornecimento dos serviços de banheiro? / Qual tipo de solução atenderia suas necessidades como turista?

* caso tenha sido banheiro pago

Roteiro III – Roteiro para entrevista com gestores da Prefeitura de Belo Horizonte

Ordem	Questão
Geral	
1	Qual o seu nome?
2	Qual a sua função na PBH?
3	Há quanto tempo você trabalha aqui?
4	Como é feita a gestão atual dos banheiros? (De quem é a responsabilidade, desde quando funciona assim, como era antes, quem faz a manutenção, existe algum subsídio da prefeitura, qual o custo de manter os banheiros, quais são os maiores problemas envolvidos, há alguma especificidade na gestão de banheiros da OLP comparado a outros banheiros da cidade, qual?)
5	Quais recursos a PBH precisa para manter os banheiros em funcionamento? Qual esse custo para a prefeitura em termos de recursos humanos e financeiro?
6	Existe algum contato com a população antes de tomarem decisões sobre os banheiros da cidade? Onde é discutido? E especificamente para OLP?
7	Há algum plano futuro para os banheiros públicos da cidade?
Específico OLP	
8	Como é feita a gestão dos banheiros da OLP? Como é a relação com os comerciantes responsáveis pelos banheiros?*
9	Por que alguns banheiros foram lacrados?
10	Existe algum contato com a população antes de tomarem decisões sobre os banheiros da OLP?
11	Quem você acredita que seja o público usuário dos banheiros na OLP?

12	Já fizeram reclamações sobre os banheiros da OLP na prefeitura? Qual o procedimento?
13	Na avaliação dos gestores a solução atual atende as demandas de todos os frequentadores da OLP? O que você acha que poderia ser diferente?
14	Há algum plano futuro para os banheiros da lagoa?

*caso cite a relação com os comerciantes (percebida na etapa de caracterização local)

9.2 APÊNDICE 2 – Modelos de TCLE

TCLE gestores da PBH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

O (A) Sr.(a) está sendo convidado (a) para participar desta pesquisa, que tem como objetivo fazer um estudo da experiência da população e do poder público em relação aos banheiros públicos na Orla da Lagoa da Pampulha. Essa pesquisa está sendo realizada na Universidade Federal de Minas Gerais pela pesquisadora Fernanda Deister Moreira, sob orientação das Professoras Fabiana Passos e Sonaly Rezende.

A sua participação é essencial, pois a forma como o(a) senhor(a) enxerga a gestão dos banheiros públicos e a tomada de decisão será a minha principal fonte de dados para compreender a ação pública relacionada ao fornecimento de banheiros. A entrevista está sendo realizada nas dependências da Prefeitura de Belo Horizonte a duração média é de 30 minutos podendo variar de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Caso queira participar, saiba que seu nome não será revelado em hipótese alguma, os resultados serão apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Dessa forma, o (a) Sr. (a) não será em momento algum identificado (a) quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. **O risco que esta pesquisa pode proporcionar é a criação de expectativas ou constrangimento dentre os participantes.**

O método utilizado na pesquisa é a qualitativa através da realização de entrevistas e observação de campo. Caso você permita, iremos realizar gravações das falas para facilitar o uso da técnica. **Se em algum momento se sentir constrangido com os temas abordados, pode interromper.** Todo o material ficará guardado com a pesquisadora por um prazo de cinco anos, se necessário será destruído.

Sua participação neste estudo é muito importante e é voluntária. O (A) Sr. (a) tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Caso você aceite

participar da pesquisa, saiba que o pesquisador assegurará a sua privacidade, não revelando em hipótese alguma a sua fonte. Você não terá gasto com a participação na pesquisa, e também não receberá nenhum pagamento por isso. **O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP) poderá ser consultado em caso de dúvidas éticas.**

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Por fim, afirmo também que, sempre que julgar necessário, o(a) senhor(a) terá o direito de esclarecer qualquer dúvida a respeito da pesquisa. Para esclarecimento de qualquer dúvida sobre a ética desta pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP) poderá ser consultado. O COEP busca proteger o bem-estar dos entrevistados, tentando evitar riscos, constrangimentos e qualquer ação negativa que possa acontecer por participar da pesquisa. Segue o contato do COEP para esclarecimentos éticos: 3409-4592

3409-4592	coep@prpq.ufmg.br
Avenida Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II, sala 2005. CEP 31270-901 - Belo Horizonte, MG	

Rubrica pesquisador

Rubrica participante

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido seguirá em duas vias. Uma delas fica em posse do pesquisador, e a outra fica em posse do participante.

Abaixo o contato dos pesquisadores responsáveis para eventuais dúvidas ou queixas:

Fernanda Deister Moreira Mestrando no Programa de Pós Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SMARH/UFMG) (32) 984754925 fernanda.deister@engenharia.ufjf.br	Fabiana Passos Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (DESA/UFMG) (31) 3409-1014 fabiana@desa.ufmg.br
---	--

Dessa maneira, solicito sua autorização para realizar esta entrevista.

Atenciosamente,

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Li, ou alguém leu para mim, as informações aqui contidas antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que entendi tudo o que foi explicado, inclusive sobre os procedimentos da pesquisa, sobre os riscos e o sigilo. E, diante dos esclarecimentos, eu, _____, concordo em participar voluntariamente deste estudo de forma anônima.

Declaro ainda que recebi respostas para todas as minhas dúvidas e confirmo que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e outra via ficou com o pesquisador. Sei que sou livre para mudar minha resposta sobre manter ou não o anonimato a qualquer momento, sem qualquer prejuízo a mim ou à instituição que represento.

Fabiana Passos
Pesquisadora Responsável

Assinatura do pesquisador entrevistador

Assinatura do participante

Impressão dactiloscópica

Local: _____ Data: ____/____/____

TCLE comerciantes da Orla da Lagoa da Pampulha
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

O (A) Sr.(a) está sendo convidado (a) para participar desta pesquisa, que tem como objetivo fazer um estudo da experiência da população e do poder público em relação aos banheiros públicos na Orla da Lagoa da Pampulha. Essa pesquisa está sendo realizada na Universidade Federal de Minas Gerais pela pesquisadora Fernanda Deister Moreira, sob orientação das Professoras Fabiana Passos e Sonaly Rezende.

A sua participação é essencial, pois a sua experiência com os banheiros públicos da Orla da Lagoa da Pampulha será a minha principal fonte de dados para entender o histórico, as formas de gestão e manutenção dos banheiros. A entrevista está sendo realizada na Orla da Lagoa da Pampulha e a duração média é de 20 minutos podendo variar de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Caso queira participar, saiba que seu nome não será revelado em hipótese alguma, os resultados serão apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Dessa forma, o (a) Sr. (a) não será em momento algum identificado (a) quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. **O risco que esta pesquisa pode proporcionar é a criação de expectativas ou constrangimento dentre os participantes.**

O método utilizado na pesquisa é a qualitativa através da realização de entrevistas e observação de campo. Caso você permita, iremos realizar gravações das falas para facilitar o uso da técnica. **Se em algum momento se sentir constrangido com os temas abordados, pode interromper.** Todo o material ficará guardado com a pesquisadora por um prazo de cinco anos, se necessário será destruído.

Sua participação neste estudo é muito importante e é voluntária. O (A) Sr. (a) tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Caso você aceite participar da pesquisa, saiba que o pesquisador assegurará a sua privacidade, não revelando em hipótese alguma a sua fonte. Você não terá gasto com a participação na pesquisa, e também não receberá nenhum pagamento por isso. **O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP) poderá ser consultado em caso de dúvidas éticas.**

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Por fim, afirmo também que, sempre que julgar necessário, o(a) senhor(a) terá o direito de esclarecer qualquer dúvida a respeito da pesquisa. Para esclarecimento de qualquer dúvida sobre a ética desta pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP) poderá ser consultado. O COEP busca proteger o bem-estar dos entrevistados, tentando evitar riscos, constrangimentos e qualquer ação negativa que possa acontecer por participar da pesquisa. Segue o contato do COEP para esclarecimentos éticos: 3409-4592

3409-4592

coep@prpq.ufmg.br

Avenida Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II, sala 2005. CEP 31270-901 - Belo Horizonte, MG

Rubrica pesquisador responsável

Rúbrica participante

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido seguirá em duas vias. Uma delas fica em posse do pesquisador, e a outra fica em posse do participante.

Abaixo o contato dos pesquisadores responsáveis para eventuais dúvidas ou queixas:

Fernanda Deister Moreira Mestranda no Programa de Pós Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SMARH/UFMG) (32) 984754925 fernanda.deister@engenharia.ufjf.br	Fabiana Passos Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (DESA/UFMG) (31) 3409-1014 fabiana@desa.ufmg.br
---	--

Dessa maneira, solicito sua autorização para realizar esta entrevista.

Atenciosamente,

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

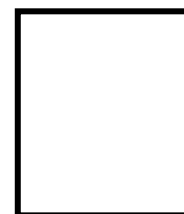
Li, ou alguém leu para mim, as informações aqui contidas antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que entendi tudo o que foi explicado, inclusive sobre os procedimentos da pesquisa, sobre os riscos e o sigilo. E, diante dos esclarecimentos, eu, _____, concordo em participar voluntariamente deste estudo de forma anônima.

Declaro ainda que recebi respostas para todas as minhas dúvidas e confirmo que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e outra via ficou com o pesquisador. Sei que sou livre para mudar minha resposta sobre manter ou não o anonimato a qualquer momento, sem qualquer prejuízo a mim ou à instituição que represento.

Fabiana Passos
Pesquisadora Responsável

Assinatura do pesquisador entrevistador

Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica

Local: _____ Data: ____/____/____

TCLE transeuntes Orla da Lagoa da Pampulha **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Senhor (a),

Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da UFMG

O (A) Sr.(a) está sendo convidado (a) para participar desta pesquisa, que tem como objetivo fazer um estudo da experiência da população e do poder público em relação aos banheiros públicos na Orla da Lagoa da Pampulha. Essa pesquisa está sendo realizada na Universidade Federal de Minas Gerais pela pesquisadora Fernanda Deister Moreira, sob orientação das Professoras Fabiana Passos e Sonaly Rezende.

A sua participação é essencial, pois a forma como o(a) senhor(a) enxerga os banheiros públicos será a minha principal fonte de dados. A entrevista está sendo realizada na Orla da Lagoa da Pampulha e a duração média é de 10 minutos podendo variar de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Caso queira participar, saiba que seu nome não será revelado em hipótese alguma, os resultados serão apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Dessa forma, o (a) Sr. (a) não será em momento algum identificado (a) quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. **O risco que esta pesquisa pode proporcionar é a criação de expectativas ou constrangimento dentre os participantes.**

O método utilizado na pesquisa é a qualitativa através da realização de entrevistas e observação de campo. Caso você permita, iremos realizar gravações das falas para facilitar o uso da técnica. **Se em algum momento se sentir constrangido com os temas abordados, pode interromper.** Todo o material ficará guardado com a pesquisadora por um prazo de cinco anos, se necessário será destruído.

Sua participação neste estudo é muito importante e é voluntária. O (A) Sr. (a) tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Caso você aceite participar da pesquisa, saiba que o pesquisador assegurará a sua privacidade, não revelando em hipótese alguma a sua fonte. Você não terá gasto com a participação na pesquisa, e também não receberá nenhum pagamento por isso. **O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP) poderá ser consultado em caso de dúvidas éticas.**

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Por fim, afirmo também que, sempre que julgar necessário, o(a) senhor(a) terá o direito de esclarecer qualquer dúvida a respeito da pesquisa. Para esclarecimento de qualquer dúvida sobre a ética desta pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP) poderá ser consultado. O COEP busca proteger o bem-estar dos entrevistados, tentando evitar riscos, constrangimentos e qualquer ação negativa que possa acontecer por participar da pesquisa. Segue o contato do COEP para esclarecimentos éticos: 3409-4592

3409-4592

coep@prpq.ufmg.br

Avenida Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II, sala 2005. CEP 31270-901 - Belo Horizonte, MG

Rubrica pesquisador

Rúbrica participante

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido seguirá em duas vias. Uma delas fica em posse do pesquisador, e a outra fica em posse do participante.

Abaixo o contato dos pesquisadores responsáveis para eventuais dúvidas ou queixas:

Fernanda Deister Moreira

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SMARH/UFMG)

Fabiana Passos

Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (DESA/UFMG)

Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da UFMG

(32) 984754925

fernanda.deister@engenharia.ufjf.br

(31) 3409-1014

fabiana@desa.ufmg.br

Dessa maneira, solicito sua autorização para realizar esta entrevista.

Atenciosamente,

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

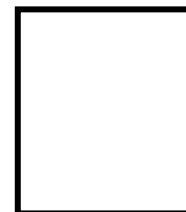
Li, ou alguém leu para mim, as informações aqui contidas antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que entendi tudo o que foi explicado, inclusive sobre os procedimentos da pesquisa, sobre os riscos e o sigilo. E, diante dos esclarecimentos, eu, _____, concordo em participar voluntariamente deste estudo de forma anônima.

Declaro ainda que recebi respostas para todas as minhas dúvidas e confirmo que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e outra via ficou com o pesquisador. Sei que sou livre para mudar minha resposta sobre manter ou não o anonimato a qualquer momento, sem qualquer prejuízo a mim ou à instituição que represento.

Fabiana Passos
Pesquisadora Responsável

Assinatura do pesquisador entrevistador

Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica

Local: _____ Data: ____/____/____

9.3 APÊNDICE 3 – Devolutiva da pesquisa ao público

Banheiro público é DIREITO de todos e todas!

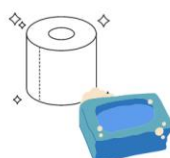
O banheiro público é um equipamento urbano muito importante e deve ser incluído no planejamento urbano municipal! Saiba seus direitos e deveres.

Serviço essencial

para garantir espaços públicos inclusivos e sustentáveis de modo a **assegurar o bem estar** de todos e todas que o frequentam.

É o mínimo

fornecer insumos básicos aos usuários e usuárias como **sabão** e **papel higiênico** para garantir a higiene pessoal e coletiva.



A responsabilidade é

do **poder público municipal**. Ainda que não exista uma lei que obrigue a oferta dos serviços, os banheiros públicos são equipamentos que se inserem na política urbana do município.



Soluções no entorno do espaço público como comércio, shoppings, entre outros não exime o poder público de ofertar o serviço!

A presença de banheiros públicos

incentiva que **peças circulem pro mais tempo nos espaços públicos e turísticos**, fazendo a economia local circular. Além disso, também incentivam a circulação de pessoas por transporte coletivo, de bicicleta ou a pé.



Para que pessoas de todos os gêneros estejam seguras



especialistas do assunto recomendam que os banheiros sejam **cabines individuais de acesso único**, sem definição de gênero ou do sexo reduzindo o **constrangimento e aumentando a segurança** dos usuários e usuárias.

É LEI! Em espaços públicos pelo menos um banheiro deve ser adaptado para portadores de deficiência

(Lei da Acessibilidade, 2019).



Além disso, é extremamente necessário **soluções adaptadas para crianças e familiares com bebês**.



O caminho até os banheiros deve garantir o acesso e segurança de todos e todas! **Sem escadas, sem pisos escorregadios e sem caminhos estreitos.**



Para que o direito seja garantido



também deve existir **cooperação dos usuários e usuárias no uso do equipamento**.

Faça bom uso do banheiro.



Lembre-se que **alguém sempre vai usar depois de você**.

Vandalismos e depredações são comuns em banheiros públicos! **Denuncie**.



Garantir Banheiros Públicos também é garantir direito ao saneamento, às cidades e à saúde!

Fernanda Deister Moreira • SMARH/UFMG • fernanda.deister@ufmg.br

A situação de Belo Horizonte

O Estatuto do Pedestre de Belo Horizonte, aprovado em 2012, prevê a instalação de equipamentos sanitários em espaços públicos mas não existem diretrizes e recomendações formais para o serviço.

Estatuto do Pedestre

No Art.2 da Lei 10.407/2012 (Estatuto do Pedestre de Belo Horizonte) está disposto como *direito* do pedestre **instalações sanitárias de uso gratuito.**

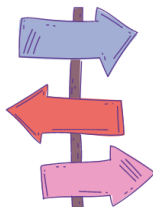


Quem é responsável?



A PBH como um todo é responsável mas existem duas secretarias diretamente envolvidas na oferta de banheiros públicos convencionais: **Política Urbana e Obras e Infraestrutura**. Para banheiros químicos, a BELOTUR e a Secretaria de Esporte e Lazer podem estar envolvidas.

Por mais que esteja no Estatuto do Pedestre, **não existe uma política pública sistematizada** no âmbito dos banheiros públicos definindo **diretrizes e regulação** para ofertar esse equipamento.



A diversidade de setores envolvidos com pouco diálogo entre si também não favorece a garantia desse direito, uma vez que a política fica **sem "dono"** e se torna secundária nas prioridades municipais.



Como eu cobro? Para quem eu reclamo?

- Ouvidoria da PBH <https://ouvidoriageral.pbh.gov.br/>
- **Abaixo-assinado** solicitando a instalação de banheiro em um local de interesse público
- Participação em **audiências públicas**
- Fale com os **vereadores** da sua cidade para a **formulação de uma política sistematizada e inclusiva**

O que o poder público pode fazer?

Estudar demandas de locais turísticos da cidade e lugares de grande movimentação:

- Tempo médio que as pessoas circulam no local
- Característica do público que frequenta o local (sexo, gênero, idade, atividade que realiza no local)
- Horários de pico de movimentação



Criar **diretrizes** de disponibilidade, acessibilidade, qualidade e segurança de banheiros públicos usando como referência o conteúdo normativo dos Direitos Humanos ao saneamento em espaços públicos. Além disso, criar **normas de regulação do serviço.**



Realizar um estudo sobre comportamento e aplicar **estratégias de mudança de comportamento** para reduzir o vandalismo e má conservação dos banheiros, com profissionais especializados.



Não deixar ninguém para trás

as diretrizes devem considerar tanto frequentadores pontuais como moradores em situação de rua do local e trabalhadores de rua/ambulantes locais.



Fernanda Deister Moreira • SMARH/UFMG • fernanda.deister@ufmg.br

O caso da Orla da Lagoa da Pampulha

A Orla da Lagoa da Pampulha é um dos pontos turístico mais importantes de Belo Horizonte. A Orla compõe o Complexo Arquitetônico da Pampulha, reconhecido como Patrimônio da UNESCO.



A Orla da Lagoa da Pampulha (OLP) possui particularidades na oferta de banheiros por ser um patrimônio histórico tombado. No caso dos banheiros da OLP, órgãos que tombaram o Complexo Arquitetônico também devem aprovar a instalação de banheiros permanentes. Mas como está a **situação dos banheiros existentes?**

<p>"Eu acho os banheiros muito longe um do outro" - Homem no Ponto 3</p>				<p>"o banheiro meu é no mato. Fica trancado, olha lá. Ele é muito bom, mas tem que ter aqui direto." (sobre banheiro no mirante do Biguá) - Homem no Ponto 7</p>
<p>"Ah porque você entrou lá dentro tá muito sujo, se eu sentir o cheiro aqui de fora eu não entro" (sobre banheiro químico) - Homem no Ponto 3</p>				<p>Mas eu achei ótimo, nossa eu sempre falava aqui precisava de um banheiro químico, a gente passava muito aperto aqui" - Mulher no Ponto 3</p>
<p>"Não tem lugar apropriado para trocar...ou deita no chão ou deita no colo, não tem lugar próprio" (sobre falta de fraldário) - Mulher no Ponto 2</p>				

1- Praça São Francisco de Assis/Dino Barbieri 2- Praça Geralda Damata Pimentel (Nova Pampulha)
3- Mirante Bem-te-vi 4- Parque Ecológico 5- Mirante do Sabiá 6- Miranprate das Garças
7- Mirante do Biguá 8- Museu de Arte da Pampulha 9- Casa do Baile

Público mais afetado na falta de banheiros na OLP, principalmente nos pontos mais frequentados que carecem de soluções adequadas:

- Vendedores e comerciantes ambulantes
- Mulheres e meninas
- Familiares com crianças
- Idosos
- Pessoas em situação de rua



Violação dos quesitos: **disponibilidade, acessibilidade, qualidade e segurança.**



Banheiro químico não pode ser considerado uma solução permanente

OBS: Resultados referentes a pesquisa feita entre novembro/2019 à março/2020 (antes da pandemia)

Fernanda Deister Moreira • SMARH/UFMG • fernanda.deister@ufmg.br